



**Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Vanessa Isabella dos Santos Ramos

**A Questão Étnico-Racial na Graduação em Serviço Social:
perspectivas a partir do ensino privado no centro-oeste paulista.**

Mestrado em Serviço Social

**São Paulo
2022**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação

Vanessa Isabella dos Santos Ramos

A Questão Étnico-Racial na Graduação em Serviço Social:
perspectivas a partir do ensino privado no centro-oeste paulista.

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social na área de Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional Serviço Social, sob a orientação da Profa., Dra. Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo
2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Agradecimentos

Agradeço imensamente os anos de aprendizado nesse programa que figurava entre os meus sonhos e que se torna realidade em minha vida.

Agradeço a toda minha ancestralidade por ter me guiado e me protegido em todos os momentos da minha vida que me trouxeram até aqui.

Agradeço todo corpo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP A coordenação, aos docentes, aos discentes, ao apoio administrativo e, principalmente a minha orientadora Maria Lúcia Martinelli.

Todas/os foram fundamentais para que eu conseguisse concluir essa etapa, principalmente após um período de enfermidade.

Agradeço as minhas amigas que sempre me apoiaram e também foram fundamentais nesse momento onde as dores e superações foram necessárias.

Agradeço à minha família que sempre acreditou em mim, em especial minha mãe, irmãos, cunhadas, sobrinhos e avós.

Aos meus filhos que são minha razão para viver, reitero o que escrevi quando do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, momento onde elaborei as palavras mais verdadeiras que já pude escrever:

“Quando estava pra retornar à esta terra, deus dividiu minha alma em quatro partes e deu a mais imperfeita delas o privilégio de aprender com as demais”

Agradeço a todas as pessoas que colocaram um tijolinho nessa construção desde o dia que sentei nos bancos da faculdade.

Esta dissertação ao dedico ao meu pai
Nilton Batista Ramos, homem negro
que viveu e morreu numa prisão brasileira,
por todo amor e aprendizados eternos!

Agradeço à CAPES pelo apoio fundamental para a realização do
Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PEPGSS
pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação
Rua Ministro Godói, 969 – 4º andar – Sala 4B-02 – Perdizes – São Paulo-SP
– CEP 05015-000 Fone: (11) 3670-8222 – E-mail: secteses@pucsp.br 5,
sendo que: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) -
Código de Financiamento 001.”

Agradeço o apoio da FUNDASP na concessão da Bolsa Parcial.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli (orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria Liduína de Oliveira e Silva
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz (suplente)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
(suplente) Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado, debruçou-se a estudar a questão étnico-racial na graduação em serviço social no centro-oeste paulista. Objetivou compreender se a formação na graduação do serviço social de instituições privadas oferta uma educação antirracista. Enquanto hipótese, indicou que as privadas não estão formando profissionais com uma educação voltada para as Relações Étnico-Raciais na qual o racismo seja problematizado a partir de uma proposta pedagógica crítica e explicitamente antirracista, como preconizam leis e documentos atuais. Utilizou-se a pesquisa documental para análise de Projetos Pedagógicos de Cursos de Serviço Social de Unidades de Formação Acadêmica com oferta de ensino privado na Região Administrativa de Bauru/SP. O estudo demonstrou que nesta região, as instituições privadas que oferecem no ensino superior em serviço social não ofertam nas propostas pedagógicas uma formação baseada na educação para as Relações Étnico-Raciais numa perspectiva antirracista que percorra tanto o ensino, quanto a pesquisa e a extensão. Outrossim, também não há em suas grades curriculares disciplinas que versem sobre a educação para as Relações Étnico-Raciais como orienta a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, cabendo a temática racial somente às disciplinas que compõe o Currículo Mínimo do Serviço Social. Concluiu-se, portanto, que se faz necessário um debate para a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social que contemple a discussão e inclusão da pauta étnico-racial superando essa questão na formação acadêmica profissional.

Palavras-chave: racismo, formação profissional, serviço social.

ABSTRACT

This master's research focused on studying the ethnic-racial issue in graduation in social work in the center-west of São Paulo. It aimed to understand whether undergraduate training in social work at private institutions offers an anti-racist education. As a hypothesis, it indicated that private schools are not training professionals with an education focused on Ethnic-Racial Relations in which racism is problematized from a critical and explicitly anti-racist pedagogical proposal, as advocated by current laws and documents. Documentary research was used to analyze Pedagogical Projects of Social Service Courses in Academic Training Units offering private education in the Administrative Region of Bauru/SP. The study showed that in this region, the private institutions that offer higher education in social work do not offer, in their pedagogical proposals, training based on education for Ethnic-Racial Relations in an anti-racist perspective that runs through both teaching, research and extension. Also, there are no disciplines in their curriculum that deal with education for Ethnic-Racial Relations, as guided by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work, leaving the racial theme only to the disciplines that make up the Minimum Curriculum of Social Work. It was concluded, therefore, that a debate is needed to update the Pedagogical Projects of Social Service Courses that contemplate the discussion and inclusion of the ethnic-racial agenda, overcoming this issue in professional academic training.

Keywords: racism, professional training, social work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1.0 CAPÍTULO I	15
1.1 A COSTRUÇÃO DA CATEGORIA RAÇA E A REPRODUÇÃO DE RACISMOS	15
1.1.1 Uma breve discussão sobre “raça”.....	15
1.1.2 Diversidade das características humanas e a classificação das “raças”	17
1.1.3 Raça enquanto conceito ideológico	19
1.1.4 A Conferência de Berlim.....	22
1.2 IDEOLOGIAS RACISTAS.....	24
1.2.1 Eugenia à brasileira.....	24
1.2.2 Democracia Racial e a consolidação do racismo no Brasil.....	29
1.2.3 O Racismo como instrumento de perpetuação de privilégios	34
1.3 INDICES E INDICADORES SOCIAIS DESCREVEM A REALIDADE DO PAÍS.....	41
1.3.1 Um projeto permanente de genocídio do povo negro	46
1.3.2 A Mulher Negra alvo da desigualdade brasileira	48
2.0 CAPIÍTLO II	50
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	50
2.1.1 A inserção do Serviço Social no Brasil.....	50
2.1.2 A Primeira Escola de Serviço Social do Brasil.....	51
2.1.3 As Instituições do Serviço Social no Brasil.....	54
2.1.4 As primeiras Organizações Internacionais	56
2.2 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.....	57
2.2.1 As Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS.....	61
2.2.2 Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social na Resolução 15 de 2002.....	69
2.2.3 O Grupo Temático de Pesquisa: Relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades da ABEPSS.....	71
2.2.4 Os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social da ABEPSS de 2018.....	78
2.2.5 Resistência e luta constante da ABEPSS	81
3.0 CAPÍTULO III	83
3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	83
3.1.1 Objeto e Objetivos	83
3.1.1.1 Objeto.....	84

3.1.1.2 Objetivo Geral.....	84
3.1.1.3 Objetivos Específicos.....	84
3.1.2 Problemática e Hipótese.....	84
3.1.2.1 Problemática.....	84
3.1.2.2 Hipótese.....	84
3.1.3 O Método e os Procedimentos Metodológicos.....	84
3.1.3.1 O Método escolhido.....	84
3.1.3.2 Metodologia da pesquisa empírica.....	85
3.2 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO-OESTE PAULISTA.....	88
3.2.1 Do centro-oeste paulista, a busca pelos documentos da pesquisa empírica.....	88
3.2.2 A Região Administrativa de Bauru.....	89
3.2.3 Apresentação das Instituições de Ensino Superior.....	91
3.2.3.1 O Centro Universitário de Bauru.....	91
3.2.3.2 A União do Norte do Paraná de Ensino.....	92
3.2.4 Apresentação dos cursos de serviço social das IES.....	94
3.2.4.1 O Curso de Serviço Social do CEUB.....	94
3.2.4.2 O Curso de Serviço Social da UNOPAR.....	106
3.2.5 Destaques preliminares das propostas dos cursos.....	111
3.3 ANÁLISE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL.....	114
4.0 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	138
REFERÊNCIAS.....	141

INTRODUÇÃO

“tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem, é nós”.

Mcida – Principia

Esta pesquisa que irá conferir o título de mestra pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP a uma mulher negra não retinta, ou seja, parda, segundo as definições do IBGE, é mais do que um estudo, é um grito de rebeldia pelas mais de quatro décadas de vivências das expressões do racismo estrutural em sua própria pele. E Esse grito não é só dela, é de todo o conjunto de seus/as antepassados/as, e esse grito ecoa, atravessando cinco séculos e movimento sonoro impresso no seu DNA, a trouxe até aqui. Somente as pessoas negras sabem do que falamos e não é uma questão de lugar de fala, mas de lugar de experiência que transcende a empatia, sem descartá-la.

A entrada no mestrado deu-se instigada pelo desenvolvimento do tema “Democracia e Direitos Humanos na Formação em Serviço Social”. Primeiro, porque estava vinculada ao Observatório de Educação e Direitos Humanos da Universidade Estadual Paulista – OEDH da Universidade “Júlio de Mesquita Filho, UNESP – Campus Bauru/SP, acompanhava as discussões sobre um projeto de pesquisa com o mesmo objeto em 5 cursos da Universidade (vários campus) num estudo comparativo com a Universidade de Antofagasta (Chile). Acreditava à época, que havia escolhido esse tema para compreender como a graduação em serviço social contribuía na formação de profissionais na perspectiva dos direitos humanos, visto o aumento exponencial de posicionamentos reacionários na profissão, sobretudo nas redes sociais, como os que pleiteiam a volta da ditadura civil-militar no Brasil, o acesso aos direitos pela via da meritocracia e os que reproduzem o jargão “*bandido bom é bandido morto*”.

Mal sabia que quem havia me escolhido, era o tema. Ianni p. 25: “*A inquietação e a interrogação caminham juntas, sempre correndo o risco de encontrar o óbvio ou o insólito, o novo ou o fascinante, o outro ou o eu*”. Eu encontrei tudo isso, inclusive o percurso foi em direção de encontrar o eu.

As almas de nossos ancestrais vão colocando as coisas no caminho da gente e a gente no caminho das coisas, eu achava que por ter vivido uma história incomum para a maioria de meus colegas discentes, eu deveria escrever sobre essas questões. Ledo engano, nem era uma história tão diferente assim, muitos haviam passado por inúmeras

privações tanto quanto eu. Percebi que era um chamado, não só pra mim, mas para os que estão chegando, quase que um puxão de orelha das entidades negras emanando: *“você não chegaram aí sozinhos/as, tem muito suor, lágrimas e, principalmente, sangue nosso aí, vocês vão ter que falar sobre isso, é a missão de vocês, nossa luta não foi em vão!”*.

Como num país como o Brasil, uma mulher negra não retinta, assistente social, filha de detento, concebida na visita de Natal do Carandiru, poderia falar de “direitos humanos” sem falar sobre o racismo, esse produto bruto da escravização de pessoas negras no Brasil? Não, não poderia! Ainda mais depois de ter participado por 4 semestres do NEAM – Núcleo de Estudos em Aprofundamento Marxista, no qual a questão étnico-racial é tratada com tanto enfoque e zelo, sem deixar de mencionar que essa pauta está presente nos demais núcleos, disciplinas e atividades, é a agenda da atualidade em um dos mais conceituados espaços de formação de assistentes sociais do país, bem como a reflexão permanente sobre as categorias marxianas suspendendo às aparências dos fenômenos.

Espera-se nesta pesquisa, apontar alguns elementos para a discussão sobre “A Questão Étnico-Racial na Graduação em Serviço Social”, que se tornou o tema da respectiva dissertação cuja pesquisa empírica será realizada em cursos de serviço social do centro-oeste paulista, especificamente na Região Administrativa de Bauru/SP.

O que fez mergulhar nessa busca, foi a compreensão de que a história do Brasil que contam nos livros de escola não tem muito a ver com a das pessoas negras, entretanto, as estatísticas sociais são tão presentes em nosso cotidiano que se não fosse pelo fato de olhar pra casa do vizinho e ver tantas outras estatísticas até poderíamos crer que alguma coisa está errada com as nossas famílias. O que parece, é que é uma outra realidade presente na vida de negros/as. Portanto, é fundamental tratar disto como Fenelon (1995. p. 83-87) indica:

A busca do consenso e da unidade, definidas a partir de cima, como linha de trabalho ou de omissão, há muito deixou de ser meta a se buscar. A exigência da investigação séria, a busca da recuperação de propostas alternativas, que foram sufocadas no caminho da luta, as condições de vida e a constituição da cultura e dos valores dos trabalhadores são as temáticas que interessam hoje e que a leitura e o exemplo de Thompson podem nos inspirar no caminho a percorrer. p. 83... Fazer, pois, do compromisso de escrever a história vista de baixo, como sendo a história da luta e da opressão de classes, no contemporâneo, fazendo surgir todos os sujeitos, combinando a investigação histórica com valores socialistas humanistas, sem perder a dimensão da “lógica histórica”. p. 87

Portanto, este estudo busca, antes de tudo, demonstra que não iremos avançar enquanto sociedade e tampouco na atuação do serviço social brasileiro, sem aprofundar o que foi a exploração deste país, desde as riquezas, o genocídio povos originários e a escravização de povos negros, sujeitos/as que foram submetidos pela sua cor, bem como

seus descendentes são submetidos até os dias atuais, tornando-se números, estatísticas. Essas pessoas, que chegaram à Universidade, tem a tarefa histórica de colocar esse debate na agenda do século XXI, como disse Sueli Carneiro “*aqui a gente se torna o cavalo de nossos ancestrais*”, portanto, atendendo ao chamado, falaremos por eles e com eles, a história que não foi contada, nós contaremos e as reflexões que não foram provocadas, nós colocaremos na pauta. Assim, como Ianni (2003, p. 29):

Mas os caminhos do mundo não são traçados. Ainda que haja muitos desenhados nas cartografias, emaranhados nos atlas, todo viajante busca abrir caminho novo, desvendar o desconhecido, alcançar a surpresa ou deslumbramento. A rigor, cada viajante abre seu caminho, não só quando desbrava o desconhecido, mas inclusive quando redesenha o conhecido.

Importante embasar o estudo com esses elementos históricos, principalmente para que as/os discentes de graduação, sujeitas/os que irão refletir com a pesquisa, possam construir sua compreensão acerca da questão étnico-racial baseada em um conteúdo que é invisibilizado no processo de educação formal (básica e superior). Esperamos, que essa contextualização histórica faça diferença, bem como a indicação da bibliografia.

O que se conta sobre a história do Brasil é uma versão romantizada negligente, omissa, que serve aos interesses da pequena burguesia branca, aristocrata, patriarcal e privilegiada deste país, que extrai sua reprodução e status quo desse que se tornou parte da estrutura social e econômica da sociedade brasileira, o racismo.

O racismo não brota das entranhas do mundo, e, neste momento, a questão é entender como nós negros e negras chegamos até aqui, pois, falando desta história, refletindo sobre ela, poderemos nos debruçar e reconhecer esse ciclo secular de violência, assumir que o racismo enquanto produto da escravização de pessoas negras no Brasil está na estrutura da nossa sociedade e o quanto há de racismo em cada brasileiro/a. Mas também identificar nossa luta, protagonismo e resistência.

Desta forma, poderemos ocupar os lugares que nos negam e que com nosso suor, lágrimas e sangue ainda privilegiamos os extratos da sociedade brasileira que não se constringem em nos dedicar desde sempre o lugar da servidão, da negação e da violência banalizada e naturalizada, que faz parte do nosso cotidiano em práticas contra nossos corpos e incidências em nossos não acessos.

Foi no espaço privilegiado da mais conceituada pós-graduação em serviço social do Brasil que fui apresentada a história do Brasil de modo que nos reconhecemos e essa oportunidade foi a ponte para discutir a formação profissional de assistentes sociais neste país e a lacuna de conhecimento sobre a questão étnico-racial na graduação. “*Entretanto, o caminhante não é apenas um “eu” em busca do “outro”. Com frequência é um “nós” em*

busca dos “outros”. Há sempre algo de coletivo no movimento da travessia, nas inquietações, descobertas e frustrações dos que se encontram, tensionam, conflitam, mesclam e dissolvem”. Ianni (2003, p. 28).

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os currículos de Cursos de Serviço Social do centro-oeste paulista, no intuito de compreender se a formação de assistentes sociais nessa região tem ofertado um ensino que contemple uma educação para as Relações Étnico-Raciais.

O Objeto de pesquisa é o racismo estrutural e as repercussões na formação superior em serviço social das primeiras décadas do século XXI. Objetivo Geral: Compreender se a formação na graduação do serviço social oferta nas UFAs privadas uma educação para as Relações Étnico-Raciais. Enquanto que os Objetivos específicos, são: - Identificar se na proposta da grade curricular dos cursos de serviço social existem disciplinas com ementas e bibliografia que contemplem o ensino para as Relações Étnico-Raciais e de que forma são ofertadas; - Levantar se existem nos Projetos Pedagógicos das UFAs privadas que ofertam os cursos de serviço social no centro-oeste paulista os pressupostos para a formação de assistentes sociais para uma educação das Relações Étnico-Raciais.

A problemática é se a graduação em serviço social forma, a partir da proposta pedagógica, profissionais capazes de compreender a desigualdade a partir de uma história de negligência, violência, omissão e proibição sobre o acesso da população negra neste país forjado por relações hierarquizantes e racistas e reconhece na população negra formas de resistência e protagonismo frente aos processos ao qual foi submetida?

A hipótese é que as UFAs privadas não estão formando profissionais com uma educação voltada para as Relações Étnico-Raciais na qual o racismo seja problematizado a partir de uma proposta pedagógica crítica e explicitamente antirracista, como preconizam leis e documentos atuais.

O desafio, hoje, é sensibilizar os assistentes sociais, porque nós temos uma função, ou um papel muito importante nessa trincheira. Não precisamos ser negros para entender que a escravidão é um crime de racismo. A Conferência e Durban em 2001 deliberou que o racismo é um crime contra a humanidade. Então, se as instâncias maiores, internacionais reportam que o racismo é um crime contra a humanidade, o nosso desafio é fazer com que os assistentes sociais percebam isso. Que os assistentes sociais, dentro do espaço de trabalho, possam dar visibilidade à discriminação racial e ao racismo institucional e não naturaliza-lo. Almeida 2013, p. 234.

As pesquisas embasadas em teoria consistente são fundamentais para desvelar as questões particulares da história e da realidade do Brasil. Sobre a importância da teoria Ianni (2003, p. 18) apontou:

É claro que a perspectiva teórica em que se coloca a análise estabelece às condições e as possibilidades da comparação. Seria possível dizer que cada teoria da realidade social implica não só a eleição de evidências como também a eleição de parâmetros lógicos de interpretação: dado e significado, descrição e análise, explicação e compreensão, parte e todo, sincronia e diacronia, quantidade e qualidade, passado e presente, singular e universal.

Portanto, os pressupostos teórico-metodológicos que iremos utilizar são da teoria de Karl Marx “Materialismo Histórico Dialético” que tem por premissa partir da realidade concreta para reflexão e análise, busca desvelar a realidade e aponta as contradições da sociedade em uma análise pautada na totalidade, como pontuou Kosic (1969, p. 45):

O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto – e, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. O método científico é mais ou menos eficiente segundo a maior ou menor riqueza da realidade – contida objetivamente neste ou naquele fato – que ele é capaz de descobrir, explicar e motivar. É notória a indiferença que certos métodos e tendências demonstram para com determinados fatos, em decorrência da incapacidade de ver, naqueles fatos, algo importante, isto é, o seu próprio conteúdo e significado objetivo.

Destarte, a teoria marxiana ilumina os fatos, coloca em evidência a raiz do que se encontra no empírico e aporta no tema com a condição de se fazer a análise crítica da realidade, como Guiraldelli (2016, p. 120) expressou:

Ou seja, o fundamento delineador de um método essencial e radicalmente crítico, respaldado na ontologia marxiana, é aquele que parte das bases do movimento real, dos indivíduos reais, das condições materiais de existência, permitindo a elevação do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal e assim vice-versa e sucessivamente.

A escolha do método é uma escolha política no sentido de reafirmar a direção social e compromisso da pesquisadora, também pelo vínculo que demonstrou ter com o tema que moveu e trouxe a discente até esse lugar. Com isso, destacamos Guiraldelli (2016, p. 124) quando citou: *“Por isso, o rigor do método está na apreensão da essência, de forma a apanhar a totalidade com suas múltiplas determinações”*.

Para tanto, a pesquisa foi organizada em capítulos para facilitar a compreensão e desenvolver um conteúdo capaz de proporcionar um percurso no qual a pessoa leitora possa apreender as dimensões que estarão presentes numa análise sobre a educação superior enquanto formadora de profissionais de serviço social num país onde a sociedade é forjada por uma história de desigualdades entre negros e não negros que se reatualiza no cotidiano, o que pode nos dar maiores condições de refletir sobre a atuação.

Sobretudo, esse trabalho será desenvolvido de modo a desvendar alguns aspectos da história do Brasil que podem fazer a diferença na forma como compreendemos e

analisamos os dias atuais, pela relação, pela semelhança e pelo resultado que provocou. Isso, eu estou convencida, muda a formação de profissionais que atuam com a camada que vive nas condições mais precarizadas da sociedade. Ver o Brasil de outro ângulo, como lugar de ocorrência e perpetuação de invisibilidades, onde as violências pontuais e históricas são naturalizadas e banalizadas, pode ser um passo na direção à superação do racismo entranhado em nossa sociedade. Portanto, para o constructo da pesquisa, utilizaremos de metodologia que segundo Guiraldelli (2016, p. 124):

A metodologia diz respeito ao conjunto de procedimentos, técnicas, meios e instrumentos utilizados nas sucessivas escavações do objeto, à luz de um método de análise, o que também implica direção baseada em uma finalidade. Sendo a pesquisa um arrefato humano e, por isso, caracterizada por uma natureza teleológica, ou seja, projetiva e orientada a um fim, observa-se que tanto no método, dos instrumentos e técnicas de pesquisa prevê uma intencionalidade e um objetivo previamente traçado.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi apontado na qualificação que uma pesquisa documental seria interessante, visto que os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação devem conter elementos que demonstrem como será construído o processo de formação profissional das/os discentes e, no caso do serviço social, mencionado que a trajetória da ABEPSS tem sido fundamental tanto nos apontamentos quanto as Diretrizes Curriculares, quanto no profundo debate em torno da Questão Étnico-Racial no Serviço Social.

Portanto, buscamos em Marconi e Lakatos (1990, p. 57): que: “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Ou seja, nesta pesquisa, como utilizaremos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social, teremos uma pesquisa documental. As autoras ainda destacam: “Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno, ocorre ou depois. Utilizando essas três variáveis – fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas”. Portanto, no caso desse estudo utilizou documentos escritos de fontes primárias contemporâneas.

No que concerne à metodologia, os caminhos da pesquisa indicam a organização do estudo que se inicia com a INTRODUÇÃO e segue em capítulos, sendo: **O CAPÍTULO I**, denominado como: A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA RAÇA E A REPRODUÇÃO DE RACISMOS, com os seguintes subtítulos: as IDEOLOGIAS RACISTAS: os INDICES E INDICADORES SOCIAIS DESCREVEM A REALIDADE DO PAÍS. No **CAPÍTULO II**, denominado como: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, com o seguinte subtítulo: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. No **CAPÍTULO III** iremos apresentar o PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA com os seguintes subtítulos: A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS

DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO-OESTE PAULISTA; A ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS e por fim as APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS que precedem às REFERÊNCIAS.

A Questão étnico-racial no Brasil, não se resume a questão de negros/as, mas o enfoque dessa pesquisa será as repercussões do racismo estrutural na formação, portanto, este estudo trata da questão do povo negro e, como deixamos explícito no título do estudo, é uma questão a ser tratada, debatida, assumida e superada na sociedade brasileira. Mas enquanto tivermos que lutar e enfrentar em nosso cotidiano essa seara em que se inscreve a educação para as relações étnico-raciais no âmbito da garantia de sua existência nos espaços de formação, ela não deixou de ser uma “questão” e estaremos sempre trazendo esse debate à tona, como a missão que nos foi dada pela nossa ancestralidade e que somos designadas/os à cumprir.

1.0 CAPÍTULO I

1.1 A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA RAÇA E A REPRODUÇÃO DOS RACISMOS

1.1.1 Uma breve discussão sobre “raça”

A discussão sobre “raça” tornou-se fundamental, sobretudo no Brasil, um país com a trágica história de quase quatrocentos anos de escravização de pessoas negras africanas e seus/as descendentes, que foram sequestradas em seu continente de origem, e que foi o último país das Américas a abolir formalmente a escravização negra.

Aprofundar os aspectos que envolvem a construção dessa categoria é condição para o desenvolvimento desse estudo que enseja tratar do racismo, portanto, iniciamos por Almeida (2021, p. 01) quando aponta a existência de uma divergência quanto a etimologia do termo raça:

O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI.

Contudo, é fundamental considerar a defesa de Munanga (2003) que apresenta etimologicamente “raça” como: *“A palavra veio do italiano razza, que veio do latim ratio, que significa sorte, categoria, espécie ... No latim medieval o conceito de raça passou a*

designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas com um ancestral comum”.

O autor aponta que a palavra em sua origem versa sobre a designação de indivíduos com ligação entre si, destacando que no século XVIII o naturalista Carl Von Linné classificou “raças” de plantas, levando o termo para a botânica, o que está superado nos tempos atuais. Acrescenta que quanto aos seres humanos, no século XVII o francês François Bernier deu o sentido moderno da palavra ao *“classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças”*. Assim, no autor, identificamos referência de que o termo passou a ser usado no cerne das relações sociais francesas para distinguir a *“nobreza que se identificava como Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses, população identificada como plebe”* e essa *“diferença”* conferia-lhes maiores condições e aptidões hierárquicas do ponto de vista social, intelectual e garantia a possibilidade de dominação de uns para com os *“outros”*, atribuindo essa *“superioridade”* que foi trazida da botânica como característica que inferia uma *“pureza”* que não se materializava morfo-biologicamente.

Foram nos séculos posteriores ao início do processo de escravização negra africana no Brasil, que o conceito de raça da modernidade foi forjado, visto que o mundo era movido pelos interesses mercantis europeus. Desta forma, a escolha para ampliar esse domínio foi a exploração dos povos africanos, diferentes dos europeus pela tonalidade retinta de suas peles.

Munanga (2003) ainda aponta que nas descobertas do século XV, a partir das navegações marítimas atlânticas, o conceito de humanidade até então conhecido nos limites da civilização ocidental foi colocado em dúvida, (ameríndios, negros, melanésios, etc). A partir deste movimento os europeus iniciaram questionamentos acerca do que seriam os novos povos localizados ao redor do mundo, se bestas ou humanos, sem esquecer que a referência para esse questionamento era o homem civilizado, considerado por eles mesmos como o europeu, sendo os demais identificados como os *“outros”*.

Até o século XVII as explicações para as diferenças eram encontradas na bíblia, a partir da descendência de Adão até o mito dos Três Reis Magos. Ou seja, a crença na origem das descendências entre os povos estava alocada principalmente na religião majoritária entre os poderes de reinados europeus, a católica e que no século XVIII, batizado de século das luzes, isto é, da racionalidade, os filósofos iluministas contestaram em virtude do monopólio do conhecimento e das explicações estarem concentrados nas mãos da igreja e os poderes dos príncipes, seus protegidos escolhidos por deus.

Assim lançaram mão do conceito de raça existente nas ciências naturais para nomear esses “outros” que se integraram à humanidade europeizada como de “raças” diferentes, abrindo caminho ao nascimento de uma nova disciplina que chamaram História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física.

Mbembe (2014, p. 25) dimensiona o debate sobre a raça quando traduz o que o termo significa para negros/as: *“Se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica”*.

1.1.2 Diversidade das características humanas e a classificação das “raças”

A discussão mais profícua aponta que a conceituação e a normalização do conceito “raça” servem tão somente para garantir à branquitude desde sempre o que Munanga (2003) trata como a ‘hierarquização que pavimentou o caminho do racismo’.

Essa forma de diferenciar pessoas por características físicas, usou a priori o critério da semelhança e da diferença, onde a cor da pele tinha centralidade e, por esse motivo temos essa sedimentação da divisão de raças no senso comum, como destaca o autor no mesmo evento: *“A cor da pele é definida pela concentração da melanina e o grau dessa concentração define a cor da pele, dos olhos e do cabelo, mas apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor”*.

O autor pontua que a partir do século XIX outras características físicas foram acrescentadas aos critérios como os formatos de nariz e cabeça com o intuito de evoluir na concepção da classificação das ditas “raças”, mas a partir de estudos que apontavam o meio enquanto determinante, como os de Franz Boas (1912) tais argumentos racialistas foram derrubados.

Ao longo do século XX tantas outras pesquisas científicas foram demonstrando que para além das características físicas, marcadores genéticos podiam aproximar mais os seres humanos do que o fenótipo, da mesma forma também podiam afastá-los. Ou seja, pessoas de características diferentes poderiam estar mais ligadas geneticamente do que com suas semelhantes. A ciência passa a desenvolver maior protagonismo na construção das teorias, superando visões metafísicas que eram predominantes até então, confirmando que *“... os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente*

inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente as raças não existem!” Munanga (2003).

Para Pereira (2012), a ideia de raça é fruto de um debate da história contemporânea que diz respeito tanto à produção de homogeneidade e hierarquias face à dinâmica de constituição dos Estados-Nação como as relações do “Ocidente” com o restante do planeta. Henrique Dussel (1994) acrescenta ao debate sobre os conceitos de “desenvolvimento”, “centro” e “periferia” a necessidade de rompimento com epistemes exclusivamente ocidentais, demonstrando seus possíveis encobrimentos produzidos pela ciência e filosofias ocidentais. Isso não quer dizer que devemos abandoná-las, mas, ao contrário, ampliar seu escopo de análise, situando os processos de invisibilidades das/os subalternas/os (Spivack, 2010), mulheres negras e indígenas, e seus territórios, de onde foram expurgadas/os (África, Índia, Palestina, Ásia e os territórios indígenas e quilombolas), no descrédito tanto de suas formas de produção de conhecimento quanto de seu legado familiar, cultural, religioso etc. Almeida (2021, 172).

O maior entrave da classificação das raças foi a valoração que os europeus atribuíram ao conceito quando instituíram uma hierarquia que as diferenciava, colocando o seu grupo, o branco, como mais evoluído em todos os aspectos:

... em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. Munanga (2003).

Almeida (2021, p. 172) destaca: *“Nesses termos, Quijano (2005) afirma que a raça é uma categoria mental da modernidade. As relações sociais baseadas nessa ideia irão justificar a dominação/opressão dos corpos para moldá-los segundo o modo de viver ocidental, que, nessa ótica será etnocêntrico e produzirá novas identidades – o índio, o negro, os mestiços – e redefinirá outras”.*

Desta forma, identificamos que se cria um estereótipo para essa “diferença” entre os indivíduos que parte do orgânico, do biológico para o ser ético, moral e social e que foi difundido como uma imagem, uma verdade que se tornou permeável entre as camadas e grupos sociais, como afirmado por Munanga (2003):

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudocientífica, a raciologia, que ganhou, muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar os extermínios cometidos durante a Segunda guerra mundial.

Essa ideia de organizar as relações sociais a partir da distinção entre os brancos, considerados humanos evoluídos, e os demais, os inferiores, incluindo os povos negros, foi o instrumento mais eficaz no exercício da exploração sem limites de corpos escravizados praticadas nas colônias e impérios ao redor do mundo extra europeu, como traz Ortegá (2018, p. 417): *“Em um mundo marcadamente antropocêntrico, caracterizar determinado grupo como não humano ou sub-humano resultava em total isenção moral para a exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado”*.

Destarte, o conceito de raça atua na manipulação de pessoas ou grupos sociais com vistas à manutenção do projeto que privilegia a branquitude e também, favorece uma nefasta disputa entre parcela da população da mesma matriz étnico-racial negra.

Esse movimento, mantém a grande parcela da população brasileira no lugar que sempre ocupou, na base da pirâmide social, experimentando as mais degradantes vivências. Mas esse projeto, se traveste com uma roupagem igualitária, apresenta um discurso de acesso calcado nos poucos exemplos de pessoas que superaram as vicissitudes e a condenação a elas impostas, tornam a exceção um exemplo para justificar a condição da regra atribuindo culpa, como ilustra Eurico (2018, p. 521):

Raça é um conceito elástico que se modifica conforme as demandas históricas e pode ser utilizado igualmente tanto por defensores da ideologia racial, quanto por seus adversários. Essa elasticidade, não raramente, traz como resultado a indiferença quanto a um problema social tão complexo conforme Santos (1984). Portanto, mesmo que eu compartilhe dessa ideia, de que o conceito não se sustenta a partir do biológico, o debate sobre raça não é uma falsa questão, uma vez que os grupos raciais constroem concepções acerca dos outros grupos raciais, no intuito de marcar a diferença e a hierarquia.

1.1.3 Raça enquanto um conceito ideológico

Munanga (2003) cita que *“o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.”* trazendo que o conceito de raça é tratado enquanto etno-semântico, ou seja, abordado pela via da biologia e no campo semântico está determinado pelas relações de poder que governam a sociedade, destacando diferenças nos conceitos em regiões distintas e, acrescenta que: *“Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico”*.

A categoria raça atravessa os limites da dimensão biológica o qual foi submetido há séculos e que inclusive já superou e, se impõe no âmbito sociopolítico e sociocultural

usando como base determinadas dimensões fenotípicas e critérios morfológicos humanos para sedimentar determinados privilégios: *“É a partir das raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares”*. *Idem*.

O fato do conceito não ter sido banido socialmente como foi na biologia, está calcado na presença do mesmo entre relações sociais de poder e, conseguinte, a discussão sobre a superação do sentido social da palavra e a diferença na hierarquização da sociedade que ela representa, como pontua o autor, é fundamental para que esgotemos os debates e apontemos as práticas racistas no intuito superá-las, assim, destaca Munanga (2003) que alguns teóricos sociais: *“... justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exclusão”*.

Outro ponto destacado pelo autor é a importância da diversidade para garantir maior riqueza e pluralidade cultural da humanidade, ou seja, as mais variadas culturas e características devem ser respeitadas, protegidas e reconhecidas em benefício da própria humanidade, contrapondo o que impõe o eurocentrismo.

Para Almeida (2021, p. 24-31), o desenvolvimento da economia mercantilista sobretudo a partir do século XVI e com o descobrimento do novo mundo favoreceram esse sentido específico à ideia de raça forjada no interior de uma cultura renascentista europeizada. A ascensão e expansão burguesa desloca a centralidade do homem dos limites do Velho Mundo: *“... o moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas”*.

Todo processo de construção desse ideário se deu no período que foi denominado por iluminismo, como pontua: *“A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças “enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)”*”. Essa compartimentação das dimensões da vida humana que possibilitou inclusive a categorização da humanidade na qual *“Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o discurso civilizado e primitivo”*.

Os europeus usaram o iluminismo como justificativa filosófica em diversos aspectos, como por exemplo nas grandes revoluções liberais que visavam libertar o mundo do atraso provocado pela religião, destacando o catolicismo e como atuava no controle e manutenção

de espaços de poder, interligando os estados com a dimensão metafísica personificada na autorização de deus para o exercício dos reinados pelos reis, seus legítimos representantes. Dessa ruptura com a sociedade feudal surgiram para além da concepção de homem universal, de razão universal, a de civilização.

As revoluções realizadas por brancos na Europa e América, encontraram justificativas nessas concepções como a Revolução Inglesa, Revolução Francesa e a Revolução Americana, mas quando houve a Revolução Haitiana protagonizada por negros na América Central, os preceitos filosóficos do iluminismo os foram negados, impedindo-os de alcançarem a liberdade da França, vanguarda revolucionária branca.

Empunhados de discursos que declamavam a defesa da civilidade os europeus e suas ideologias raciais expandiram seus territórios, tomando outros lugares e povos, explorando, saqueando e expropriando suas riquezas que financiaram o enriquecimento e proporcionaram as melhores condições de vida alcançadas pelos povos do Velho Mundo que observamos atualmente, como Almeida destaca (2021, p. 26-27):

Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo.

E justamente o conceito de raça foi usado e serviu como argumento para a escravização de povos indígenas e negros, entre outros, base nas economias das colônias criadas em terras invadidas, como Almeida (2021, p. 28) aponta: *“Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania”*.

Era uma prática destacar profissionais que percorriam esses territórios colonizados para elaborar descrições que tratavam os povos não brancos sempre na situação de inferioridade, como identifica Almeida (2021, p. 28):

Sobre os indígenas americanos, a obra do etnólogo holandês, Cornelius de Pauw, é emblemática. Para o escritor holandês do século XVIII, os indígenas americanos "não tem história", são "infelizes", "degenerados", "animais irracionais" cujo temperamento "tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetam". Já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Hegel acerca dos africanos, que seriam "sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição".

A técnica utilizada foi a de bestializar os não brancos assemelhando-os a animais e subjungando seus conhecimentos, saberes e culturas, sedimentando a ideia de inferioridade em razão das diferenças em relação aos europeus que se autodeterminavam e agiam como

modelo a ser seguido e, para tanto, declaravam-se em condições e dever de impor aos demais povos do mundo sua perspectiva:

As referências de "bestialidade" e "ferocidade" demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje. Almeida (2021, p. 28-29).

O positivismo, de Augusto Comte, originou-se desse movimento intelectual europeizado e voltado para referendar e legitimar as ações do dominador, as origens das ciências sociais buscaram nessas fontes encontrar as justificativas para a continuidade dos processos exploratórios coloniais, até os dias de hoje vemos que a diversidade está em segundo plano frente ao modelo de civilidade imposto pelos instrumentos de perpetuação da ideologia burguesa, apoio do sistema capitalista:

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças... Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por esta razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a "mistura de raças", pois o mestiço tendia a ser o mais "degenerado". Esse tipo de pensamento identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX. Almeida (2021, p. 29).

Como afirma Souza (1883, p. 02): *"Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro"* e reforçam Pereira e Sampaio (2018, p. 437): *"O negro permaneceu sempre condenando a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como "igual"*.

1.1.4 A Conferência de Berlim

O século XIX indicava uma crise no sistema capitalista mundial, tal perspectiva que poderia levar ao empobrecimento das nações europeias motivaram líderes de alguns países a se reunir para traçar estratégias de "prevenção" e saída para as consequências e, mais uma vez, escolheram a expropriação de outros territórios, seus saberes, povos e culturas, todos que se localizavam em outros continentes. Em 1873 optaram pela África, como afirma Almeida (2021, p. 29-30): *"... neocolonialismo, que resultou na invasão e divisão do território da África, nos termos da Conferência de Berlim de 1884.*

Ideologicamente, o neocolonialismo assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento.”

Na contribuição de Passos (2021, p. 57) vemos a necessidade de se compreender que a construção ideológica da história remonta acontecimentos que posicionam o/a sujeito/a da Europa “branco” e os fatos a ele relacionados como detentores de legítimo protagonismo, relevância e veracidade. Desta forma, se moveram sustentados no colonialismo que emplacaram no mundo em detrimento das demais experiências humanas por eles subjogadas:

Partindo dessa compreensão de inter-relação entre a produção da vida material e a vida social, política e intelectual, sinalizamos a necessidade de entendermos como a concepção de ser social foi forjada na modernidade sem levar em consideração a colonialidade e o racismo. Torres (2008), a modernidade compõe uma forma de colonização do tempo, centrando os adventos históricos em solo europeu, ocasionando uma leitura fragmentada e parcial da realidade. Passos (2021, p. 57)

A raça tem sido categoria central nesses processos de dominação e segue até os dias atuais servindo a esses propósitos, legitimar argumentos socialmente vigentes ainda que descartados cientificamente e, submeter coletividades a esse processo de fomento às desigualdades, garantindo privilégios para minorias que detém poder através de algumas ferramentas de exploração, opressão e controle:

Desse modo, pode-se concluir que, por sua configuração histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: 1 - como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; 2 - como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, "a uma certa forma de existir". A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Franz Fanon denomina racismo cultural. Almeida (2021, p. 30-31)

Ainda que invadindo e saqueando outros territórios com a sórdida justificativa calcada na superioridade da raça, declinada pela ciência, alguns países europeus continuaram expropriando vários povos e etnias em toda a África, fomentando guerras civis e se beneficiando financeiramente de acordos e conspirações. Ou seja, a proposta da Conferência de Berlim foi exitosa para a manutenção desse sistema e os países envolvidos neste “loteamento” nefasto não foram punidos pelas desumanidades causadas. Contraditoriamente, a desumanidade causada na Europa com o Holocausto, alterou a concepção acerca de violações de direitos, elevando as discussões e defesa ao status dos Direitos Humanos, que em suma alcançam maior notoriedade e legitimidade quando se alocam em territórios europeu:

No século XX, parte da antropologia constituiu-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça. Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico. Almeida (2021, p. 31)

Portanto, a partir da afirmação biológica da inexistência de raças entre humanos podemos compreender o quão estamos distantes da superação do conceito de lastro político ideológico, como Almeida (2021) acrescenta: *“o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”*.

A travessia do Atlântico, rota privilegiada do mercado de seres humanos pelos comerciantes de africanas/os escravizadas/ os desde o século XVI, registrou a maior história de exploração e opressão da humanidade, promovendo a acumulação da riqueza por mais de três séculos em meio à custa da destruição da África e das civilizações ameríndias nas Américas, na Oceania e na Índia, capitalizando a ação militar, religiosa e econômica de forma global desde então pelos invasores europeus. Almeida (2021, p. 170)

1.2 IDEOLOGIAS RACISTAS

1.2.1 A Eugenia à brasileira

A partir da "Origem das Espécies" teoria publicada por Charles Darwin (1959), o antropólogo inglês Francis Galton usou da descrição biológica para justificar comportamentos delinquentes no interior da sociedade burguesa fundando a "ciência" eugênica que em grego significa "bem-nascido", com isso acreditava-se que era possível herdar aspectos físicos, mentais, emocionais e criativos, baseou-se nos estudos de Hebert Spencer para fundar a eugenia, como Weber (2021, p. 35) destaca: "... o pensador inglês reivindica a eugenia não apenas como alternativa para a eliminação das contradições sociais, mas como elevação da "raça humana"". E Costa (2021, p. 96) acrescenta:

O termo eugenia foi utilizado pela primeira vez em 1883, no auge da "era moderna da ciência da hereditariedade" (Stepan, 2005, p. 29). A eugenia teve como preocupação primária o aperfeiçoamento da humanidade por meio da reprodução dos/as considerados/as detentores/as de "bons" genes. Mas não tardou para que também se ocupasse de impedir a reprodução dos/as que estivessem fora desse seletivo grupo, definido a partir de critérios fenotípicos, comportamentais e psicológicos muito específicos do ponto de vista racial. Afinal, a Europa e a branca que buscava irradiar ao mundo foram cruciais para o entendimento de quem era ou não apto à reprodução.

Com isso, rapidamente a eugenia foi justificativa para o controle reprodutivo dos "portadores de distúrbio social" com o intuito de que tais condições fossem superadas, beneficiando a sociedade, e essa ideia foi espalhada.

No Brasil a Eugenia repercutiu na transição do século XIX para o XX para responder a questões como por exemplo o "problema da raça" e do sanitarismo. Membros da elite se dedicaram ao que seria a construção do que Diwan (2006, p. 36) apontou como: "um povo homogêneo, tipicamente brasileiro", seguindo os passos de países da Europa como Weber destaca (2021, p. 36): "Havia a pretensão de racionalizar a imigração, acabar com a delinquência, liquidar os "degenerados" através da consolidação de uma política cariz sanitária. Melhorar a raça, por meio do branqueamento, seria um meio para construir uma nação que representasse o progresso. Assim as ideias eugênicas foram difundidas sobretudo a partir do século XX, por meio de congressos, produção de livros e teses, com a finalidade de superar os "problemas" sociais. Em suma, os eugenistas buscavam intervir concretamente na vida cotidiana para subsidiar o Estado com propostas de transformar suas resoluções em políticas governamentais defendendo que "purificar" e "modernizar" o Brasil era preciso. O contexto de exploração ao qual o território brasileiro foi submetido, foi o propulsor também da exploração dos povos não brancos que aqui foram subjugados. Como as riquezas eram exportadas, coube permanecer na labuta a maioria da classe trabalhadora composta de escravizados/as:

O fluxo de chegada dos diferentes povos e etnias africanas na condição de escravizados/os no Brasil estava ligado ao desenvolvimento do capitalismo europeu e da sociedade capitalista brasileira. As veias abertas de nossas riquezas naturais nutriram com ouro e prata sobretudo o capitalismo industrial inglês, mas também de outros países da Europa. Em 1800, dois terços da população brasileira eram de africanos e descendentes, e um terço branco, o que demonstra a superexploração da força de trabalho da população negra para a manutenção da ordem colonial e imperial no capitalismo do século XX. Almeida (2021, p. 171)

As ideias de Galton avançaram entre a medicina brasileira, principalmente entre os higienistas que almejavam extinguir a degeneração "moral" e "racial" da população. Weber (2021, p. 37) indica que: "Alguns defendiam a tese da existência de indivíduos fortes, sadios, virtuosos e, para outros, os principais causadores dos males do mundo eram os fracos, portadores de doenças mentais, imorais, criminosos e preguiçosos", enquanto Silva (2021, p. 81) destaca sobre a importação das ideias racistas que no Brasil foram difundidas: *"No Brasil, o Império foi sucedido, em 1889, por uma República que manteve quase inalterada a estrutura de oligarquias agrário-exploradoras do período anterior. Nesse quadro, o racismo dos intelectuais nacionais foi alicerçado por teorias pseudocientíficas oriundas da Europa, que sedimentaram o pensamento acerca do negro como problema nacional"*.

Em 1918 o médico Renato Kehl fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo que impulsionou outras organizações semelhantes por todo o país.

Oliveira Vianna foi um dos idealizadores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Vianna acreditava piamente na possibilidade de arianização da sociedade brasileira e prontificou-se à identificação dos "tipos brasileiros". Por influência sua Kehl, Roquette-Pinto e outros eugenistas fariam parte de importantes comissões para decisões de assuntos de Estado. Oliveira Vianna acreditava no atavismo e mesmo na degenerescência dos mestiços, mas, como outros, defendia que haveria um apuramento racial paulatino no Brasil, resultando no branqueamento, na arianização. Costa (2021, p. 99)

Weber (2021, p. 37) complementa que: "É nesse estágio de ânimo que um dos principais expoentes da eugenia elabora sugestões para que o Brasil pudesse consolidar um povo higienizado. Os temas referentes à "miscigenação", à "raça" e ao "branqueamento" foram alvo das produções realizadas por Renato Kehl. Essa inovação nefasta trazida pelo médico brasileiro que se utilizou da biologia para explicar "as relações sociais e da história da humanidade" pontua que Weber (2021, p. 37): "... logo, temas como miscigenação, raça e branqueamento serão plasmados no projeto de nação brasileira", na medida que para Silva (2021, p. 81) essa introdução da eugenia no país tem raízes nazifacistas:

A agudização da crise do capitalismo na Europa dos anos 1920 impulsionou o racismo também pela via do nazifacismo. No Brasil, essa tendência foi revigorada pela ideologia eugênica – travestida como práticas de saúde e higienismo –, que defendia publicamente a esterilização e a segregação dos indivíduos considerados desequilibrados, segundo os critérios racialistas.

Segundo Weber 2021, sobre a miscigenação, Kehl (1923) reconhece num primeiro momento a formação social do Brasil com a contribuição de diversos povos e afirma que tal mistura étnica não redundara num povo degenerado, ainda que considerasse o mestiço brasileiro como pertencente a um grupo social "inferior" e argumentava que o problema para a consolidação de um "povo" estaria na superação de doenças como o alcoolismo e a sífilis. Defendia um projeto de "salvação nacional" aliada com frentes de saneamento, combate ao analfabetismo e à pobreza. Contudo, Silva (2021, p. 82) explica:

O branqueamento justificado como salvação contra a suposta "degeneração racial" consequente da miscigenação acenava com a esperança de um desenvolvimento social e econômico equivalente ao das nações brancas. E tornou-se o substrato ideológico das práticas genocidas do Estado, particularmente, contra os homens negros, expressas na negação do trabalho, nas mortes e nos encarceramentos massivos.

A partir do abandono da discussão étnico/racial via sanitarismo e clima, como Weber (2021, p. 38) apresenta: "Kehl passa a afirmar que levará tempo para objetivar um padrão nacional no Brasil, fazendo-se necessária não só compreender esta heterogeneidade, mas

também consolidar soluções para a superação do "problema" identificado. Assim, o autor não tem outro caminho que não seja propor o branqueamento do Brasil". Madeira e Gomes (2018, p. 464) indicam que o projeto de branqueamento se constituía projeto de dominação:

A escravidão nos legou o racismo como prática social dominante que liga ideologicamente os brancos, mantendo seus privilégios, enquanto é negada a cidadania aos negros e negras (Nogueira, 2017). Foi edificado um projeto de Estado-nação que insistia no processo de branqueamento, impedindo a evolução e o desenvolvimento do Brasil. Essa ideia é ilustrada quando o antropólogo Roquete Pinto, ao presidir o 1 Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, previa que em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços, nenhum negro, nenhum índio (Schwarcz, 1998, p. 26).

No Brasil houveram alguns teóricos do branqueamento como Silvio Romero, Batista Lacerda, Oliveira Vianna que defendiam que grupos étnicos como negros e indígenas seriam eliminados do país através da miscigenação. Em Weber (2021, p. 28). "Vemos em Kehl, portanto, não haver exaltação em classificar o Brasil enquanto um país mestiço e que não inveja outros países, mas a ânsia em impulsionar a mistura para que o branco se torne homogêneo. Somente por esse viés o Brasil cristalizaria um "povo" sólido". Na mesma direção argumenta que o grupo social que deveria ser extinto seria o dos descendentes de africanos escravizados, isto porque "[...] a raça negra possui grau intelectual um tanto inferior a todas as outras", logo embora tenha havido no seio da raça negra "[...] exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença ou melhor essa verdade. São exceções e raríssimas que não de se invalidar a regra". A saída, para Kehl, seria consolidar o "povo" brasileiro a partir do incentivo do cruzamento entre brancos e negros para que estes fossem extintos no Brasil. Enfim, a miscigenação é concebida como projeto "inteligente" de extinção do negro: "Sendo o Brasil um cadinho de cruzamentos, pode-se afirmar que ele está avançando para o aperfeiçoamento do seu povo, até constituir uma raça forte, vigorosa e intelectualmente superior".

Em suma, Kehl pretendia um projeto de nação brasileira livre de africanos aos quais considerava presença negativa ao país e essa eliminação se daria através da miscigenação e incorporação de imigrantes europeus no Brasil. Ainda assim, teme a degeneração do branco com essa mescla. Costa (2021, p. 98) apresenta:

O Brasil, como outros países latino-americanos com histórico colonial-escravista, buscava dissociar esse passado de sua imagem, garantindo outro tipo de inserção na economia mundial. Um dos empecilhos a esse projeto encampado pelo Estado era a massiva presença de pessoas negras, mestiças e indígenas. A invisibilidade da nação brasileira era atestada desde o século XIX por viajantes estrangeiros que, ao chegar no Brasil, condenavam o perfil racial da população, majoritariamente negra e mestiça. Era preciso criar um povo para o Brasil, construir uma nação brasileira, preferencialmente embranquecida.

Weber acrescenta que a concepção de humanidade de Kehl é determinada por "raças" diferentes, pois a combinação entre grupos sociais seria uma prática contrária aos preceitos da eugenia e, deveríamos evitar a mistura entre homens. Esse posicionamento coloca o homem no patamar de animais que não desenvolvem suas relações sociais a partir da mediação do trabalho e possuem linguagem, cultura e religião.

O médico defendia que os brancos habitassem a terra como "povo" eleito pela sua superioridade e também fossem os constituintes da nação. Weber (2021, p. 42) "No ano de 1933, em *Aparas eugênicas: sexo e civilização*, o autor passa a fazer uma análise referente à constituição do "povo" brasileiro a partir do Censo de 1972, ao reconhecer que havia uma quantidade significativa de africanos no Brasil em comparação aos brancos, e sugere a limitação na natalidade do negro, argumentando que os africanos são uma massa de "inferiorizados" que deve ser impedida de se multiplicar", ideia que reverbera até hoje.

O autor continua: "Kehl anseia que o impedimento em relação aos nascimentos de descendentes de africanos no Brasil seja uma prática, sobretudo, aplicada por meio de políticas de Estado. Para o médico eugenista, faz-se necessária uma política de equilíbrio entre os grupos sociais pertencentes à nacionalidade, pois, com a reprodução de negros - e, concomitantemente, de amarelos - os brancos continuarão em desvantagem". E complementa (2021, p. 43): "Assim, para Kehl, a miscigenação é a causa das anomalias encontradas na sociabilidade. É nessa perspectiva que o projeto da eugenia deve ser encampado. Por fim, seu projeto de povo, na realidade e em seu contexto, expressava a preocupação das elites brasileiras, que, desde o seu nascedouro, tinham como perspectiva resolver o "problema" da raça e construir o Brasil à sua semelhança".

Nos desdobramentos das ideias eugênicas, os países da América Latina aderiram ao movimento por conterem uma burguesia que acreditava num ideário de nação - tema corriqueiro a partir do século XIX o XX - e conceberem a eugenia como um meio para propiciar a consolidação de um país que tinha, como escopo, o modelo de nação espelhado nos países europeus, como Rocha (2021, p. 97) complementa:

A América Latina se aproximou do lamarckismo e depois do neolamarckismo nascidos na França. Na perspectiva latino-americana, o meio adquiria, portanto, grande importância na melhoria da raça. No Brasil, o enfrentamento do consumo de álcool e tabaco e doenças como a sífilis tornou-se regra. Afinal, regenerar os degenerados para formar uma nação seria possível. Diante disso, a eugenia na América Latina se concentrou em ações sociais, morais e médicas: preocupações com saneamento, higiene mental, higiene das células, higiene social.

Se por um lado, a ideia se contrapõe à mistura - que estraga o "homem branco", por outro, sugere o controle da natalidade, tendo o Estado como elemento central da política

de dizimação sistemática do africano no Brasil e, conseqüentemente, dos segmentos considerados "anormais". Costa (2021, p. 95) também "*Destaca o papel do Estado nessa seara, num contexto de preocupações em torno da construção de uma nação para o Brasil que redundou num projeto de embranquecimento como símbolo de redenção econômica e política*".

1.2.2 Democracia Racial e a consolidação do racismo velado no Brasil

Concomitante ao projeto eugênico brasileiro, se gestava também no seio da nossa sociedade a ideia da Democracia Racial, que permeou de tal forma a nos fazer destacar alguns elementos sobre o assunto nesta pesquisa.

Assim sendo, Domingues (2005, p. 116) aponta que: "Embora o racismo à brasileira, no pós-abolição, tenha sido exacerbado na prática social, foi neste momento que as bases teóricas do mito da democracia racial se consolidaram no imaginário social". Portanto, a penetração no senso comum desse ideário se deu de forma especialmente exitosa, o que trouxe várias implicações à sociedade, especialmente à população negra, como Silva (2021, p. 83) apresenta:

Com a recomposição política e econômica ordenada pelo golpe institucional de 1930, a discussão sobre a realidade brasileira tomou como uma problemática a questão da integração entre os diferentes segmentos raciais para a construção da identidade nacional, entendida como significativa para o desenvolvimento do país. Estão localizadas nas décadas de 1930 e 1940 as três tendências mais influentes do pensamento sobre a formação social do Brasil, cujas ideias incidiram fortemente no imaginário sobre negros/as e indígenas como elementos da nação e se perpetuaram de diferentes maneiras em produções de intelectuais posteriores. As interpretações feitas por Gilberto Freyre (*Casa-grande senzala*, 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*, 1942) – representantes de segmentos em disputa pela hegemonia intelectual e política – expressam concepções diferentes, mas todas elaboradas com vistas a um projeto de Brasil e, portanto, apresentam uma releitura do passado, uma apreensão do presente e uma prospecção do futuro.

Sem perspectiva para instituir o projeto de eugenia como política de Estado, a Democracia Racial se mostrou como ideologia substitutiva pois em suma, diz sobre um modo de vida livre de barreiras e prejuízos decorrentes das ideias pautadas nas diferenças étnico-raciais, como preconiza o mesmo autor (2005, p. 116-117):

Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito e discriminação. A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros no Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. No entanto,

não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo no alvorecer da República.

Desde os primórdios de nossa República, seguindo o que anteriormente ocorreu, podemos identificar um projeto de sociedade que organizou um repertório de dispositivos para dificultar e/ou impedir a igualdade perante as diferentes matrizes étnico-raciais constituintes da população brasileira. Desta forma, as desvantagens para a sobrevivência entre negros e brancos continuavam latentes e provocadas a partir de legislações, mas ainda assim, o discurso legitimado destaca valores subjetivos, morais e a meritocracia, disfarçava a condição da população negra por trás de afirmações inverídicas sobre suas condições de vida e comportamentos reiteradamente desqualificados.

A contribuição da dimensão cultural na solidificação do projeto racista travestido de “Democracia Racial” foi fundamental para o êxito da ideologia, em suma, a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” fez com que houvesse a penetração da proposta em vários segmentos da sociedade, como Silva (2021, p. 64) pontua:

Os argumentos de Freyre não são novos, mas é nova a sua apresentação positiva do mestiço brasileiro como o fruto de uma solução original, o elemento nacional capaz de ultrapassar os conflitos de origem e transcender o profundo desajustamento ocasionado pela escravidão negra. Nesse sentido, a apropriação pelo Estado da ideologia da miscigenação contribuiu para a invisibilização do racismo nas políticas públicas.

Ou seja, sutil e sorrateiramente foi implantada uma ideologia a serviço do racismo, sem atacar diretamente o/a negro/a o que se tornou uma armadilha. Destarte, os três motivos para a escolha da alternativa se deram na proteção da hierarquia, como menciona Domingues (2005, p. 118):

Primeiro: desarticulava e/ou evitava a luta de qualquer movimento de retaliação dos manumitidos contra os ex-senhores, uma espécie de acerto de contas derivado do acúmulo de ódio racial, mau humor, estresse, desânimo ou tristeza. Segundo: minou qualquer possibilidade de o Estado brasileiro implementar políticas compensatórias em benefícios dos ex-escravos e seus dependentes, como forma de reparo às atrocidades, os danos e à expropriação causados pelo regime escravista. Terceiro: isentava o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino dos manumitidos, nas condições em que se construiria um mercado livre de trabalho.

Desta forma, a Democracia Racial se tornou extremamente permeável e eficaz aos objetivos: *“Uma vez que culminou sendo adotado como ideologia oficial a democracia racial eximia os brancos de qualquer responsabilidade pelo drama da população negra. Não havia barreiras ao progresso dos mais capazes”* idem.

Essa ideologia de fabricação nacional contou com a vasto apoio da burguesia, a concepção de superioridade dos brancos no país se reserva ao confortável lugar da aceitação aos indivíduos de pele negra como serviçais, mas a proposta destaca as oportunidades estão democraticamente disponíveis para os indivíduos racializados que superem as imensas dificuldades estruturais, como Domingues (2005, p. 118) revela: “O espaço na sociedade para o negro era cedido desde que não se colocasse em risco o domínio da “raça” branca ... Contudo, o mito da democracia racial inverteu o eixo da questão: transformou a exceção em regra; o particular em universal; casos isolados em generalizações”. idem (p. 119)

Essa versão “pacífica” de abolição vende que a inexistência de uma revolução escrava denota uma convivência harmoniosa interracial no Brasil, na qual o povo negro é tido como submisso, dependente e demonstrando docilidade na relação com a parcela branca da população brasileira. Pese-se Domingos (2005, p. 121) que: *“Um setor da população negra continuou ligado, por laços de dependência e dominação, à elite tradicional. Esse comportamento parecia solapar: primeiro, uma tomada de consciência da situação; segundo, qualquer iniciativa autônoma que representasse uma ameaça aos interesses da “raça” branca”*. Tais manifestações “justificam” a ausência de preconceito, exceto pela contribuição de setores da imprensa negra:

Decerto, a maior proeza do mito da democracia racial foi ter ocultado: primeiro, o conflito inter-racial; segundo, a abissal desigualdade social entre negros e brancos em São Paulo. Essa solução, mais que prescindir a simbólica do negro no seio da nacionalidade. O idílico cenário racial era apontado como vantagem para o desenvolvimento nacional. (p.122)

À época, os regimes segregacionistas como o dos Estados Unidos foram usados para exemplificar regimes racistas, facilitando a absorção da “Democracia Racial” no Brasil como sendo indicativo da ausência de práticas racistas no seio da sociedade, como Domingues (2005, p. 123) alude: “Daí a auto-imagem tão positiva das relações raciais no país”. Muito dessa sedimentação foi fruto do processo de miscigenação. “O mito da democracia racial, da mesma maneira, era fundamentado pelo elevado grau de miscigenação na formação histórica do país, que por sinal, era defendida como sinalizadora da tolerância étnica. A produção intelectual do início do século XX”. (2005, p. 123-124)

A miscigenação é a consequência mais latente das violências sofridas pelas mulheres negras no curso do período de escravização com ênfase à exploração e controle sobre seus corpos que forjaram inúmeras formas de resistência e enfrentamentos que sempre foram duramente reprimidos e atacados pelos brancos, como Domingues (2005, p. 124-125) escancara:

As incursões sexuais dos portugueses sobre a escrava eram reconhecidas como prova da ausência de preconceito do branco. A mestiçagem era representada como expressão do estreitamento nas relações raciais. Não obstante, a tendência inata do português a uniões com negras era um engodo. No transcorrer de toda a escravidão, o abuso sexual da escrava era norma na conduta do senhor. Daí a origem de todo processo de miscigenação. Os contatos de absoluta intimidade não anulavam a relação de intolerância do branco e a subalternidade do negro, no interior de um sistema marcado pela opressão racial ... o que determinou o elevado nível de miscigenação, no Brasil, não foi a "tara" do português pela mulher negra ou a tendência ninfomaníaca das africanas, mas o estatuto da escravidão, que assegurava, independente do sentimento racial, a livre exploração da mulher negra escravizada.

Essas ideologias em disputa, camuflam o jogo e intencionalidade do projeto de descaracterização da existência do oprimido, trazendo à tona somente os aspectos e situações priorizadas pelo opressor. Desta forma, a Democracia Racial foi a justificativa perfeita para a manutenção do exercício de domínio da população não branca no país. Não obstante, Silva (2021, p. 88) evidencia:

O jogo dialético entre consciência e memória configura uma disputa permanente pela primazia da verdade histórica. No caso brasileiro, uma verdade que tem a suavização da escravização, o apassivamento dos escravizados e a democracia racial como discursos dominantes. Quando, ao contrário, foi justamente a brutalidade do modo de produção escravista o chão, a base concreta para a revolta, para o aquilombamento, para o movimento teleológico de pensar uma vida em liberdade. Um movimento que impeliu o Estado brasileiro à construção de um complexo sistema de exploração e opressão, articulando mecanismos de coerção e consenso sustentados pelo mito da democracia racial, que se tornaram primordiais para o funcionamento do capitalismo na atualidade.

A diversas cores de pele negra no Brasil também foi fator oriundo da miscigenação que contribuiu no processo de alargamento da desigualdade social e produziu um fenômeno que não acontecia em outros territórios que tiveram exploração de mão-de-obra escravizada, como aponta Domingues (2005, p. 125):

A diferença no processo de miscigenação do Brasil para os Estados Unidos foi que aqui, o mito da democracia racial "fabricou" a figura do "mulato" como uma categoria independente, ao passo que nos Estados Unidos, o regime de Jim Crow considerava o "mulato" como negro, ou seja, não fazia distinção do grau de pigmentação da pele para discriminar. O resultado é que o "mulato" no sistema racial brasileiro, passou a ter um tratamento diferenciado, com maiores chances de ascensão e aceitação social, mas, em contrapartida, capitulou mais facilmente aos interesses da dominação, amortecendo o choque derivado do antagonismo racial. A construção da categoria "mulato" então, foi a saída encontrada pela ideologia da democracia racial para difundir a ilusão de que no Brasil não existiam distinções de "raça".

Acrescenta o autor (2005, p. 126): *“Dividir a população negra em duas categorias, a dos "pretos" e dos "mulatos" e, de acordo com as conveniências, jogar uma contra a outra, foi um dispositivo ideológico eficaz, usado pela elite para impedir a unidade daquela população e mais facilmente mantê-la sob o jugo racial”*. A estratégia permanece até os

dias atuais e intensifica essa estratificação que se sagrou como exitosa ao longo do século XX e décadas iniciais do século XXI a medida que a Democracia Racial se solidificava:

Do ponto de vista do discurso da ideologia racial no pós-abolição (a saber, o da democracia racial), as oportunidades eram dadas igualmente para negros e brancos. Mas como os negros não as aproveitavam, concluíam-se que eram incompetentes, incapazes e/ou inferiores. Portanto, uma das dimensões psicológicas do mito da democracia racial foi ter reforçado o "complexo de superioridade" no branco, em contrapartida, desenvolvido no negro o "complexo de inferioridade", isto é, fez o negro sentir-se responsável pelos seus próprios infortúnios. Assim, a classe dominante transferiu ao negro a culpa por todas as mazelas que o afetavam. A hierarquia racial, não de direito, mas de fato, era apontada como consequência natural das deficiências do negro, de sua incapacidade de adaptar-se ao estilo de vida do mundo urbano e fabril. Domingues (2005, p. 126)

A ideia de democracia racial causou uma dificuldade de negros compreenderem o processo que os condenava a viver à margem na sociedade brasileira, como sempre, argumentos eram usados para travestir a realidade e fomentar esse discurso alienado, sobretudo no Brasil que foi um dos poucos países do mundo construído principalmente por mão de pessoas escravizadas, tendo como protagonistas desse processo as pessoas negras que foram sequestradas na África, bem como seus/as descendentes brasileiros/as:

O mito da democracia racial dificultou para os negros e "mulatos" a compreensão de que seus interesses eram comuns. Quando o negro ou "mulato" agregava-se aos estratos mais elevados, sofria um processo de cooptação ideológica e abandonava sua identificação com a luta do seu grupo racial de origem, preferindo pautar-se como "negro de alma branca"... Tal comportamento causava revolta nos "irmãos de cor" menos favorecidos. Além disso, o mito da democracia racial conseguiu introjetar na cabeça do negro que a solução para os males produzidos pela exclusão era individual e não passava pela luta coletiva de transformação do sistema racial. Domingues (2005, p.126).

Vimos que os/as negros/as sofreram um processo de alienação da sua própria historicidade, a branquitude privilegiada tinha a ideia de que não poderia permitir que o contingente negro remanescente da escravização que habitava o Brasil alcançasse a tomada de consciência sobre todos os crimes, abusos e crueldades que haviam sido cometidos contra seus povos ao longo de todos esses períodos, como o autor afirma:

Entre 1889 e 1930, em São Paulo, o sentido da democracia racial, no plano das ideias, era senso comum. Portanto, Gilberto Freyre não fundou o mito da democracia racial, mas o consolidou, elevando ao plano considerado científico um racial, mas o consolidou, elevando ao plano considerado científico um imaginário das relações raciais, fortemente arraigado no pensamento nacional. Domingues (2005, p. 127).

O que se faz necessário e urgente é que as discussões e propostas sobre a superação do racismo sejam incorporadas às práticas sociais, mas para isso o conhecimento e reconhecimento do fenômeno e de como ele se manifesta é fundamental,

como Dias (2015, p. 329) afirma: *“É preciso ir muito além dos discursos e mover o recalque que mascara a sociedade dos privilégios, mas que na verdade, mantém tudo exatamente no mesmo lugar que sempre esteve e assim, superar ideologias como o mito da democracia racial no Brasil e toda a manipulação engendrada para a sua manutenção e efetivação”*

A pluralidade étnica da composição social brasileira não diminui as perdas das pessoas negras ao longo destes séculos, mas a Democracia Racial usou dessa roupagem para minimizar os prejuízos de uma construção social radicalizada, hierarquizada em que os lugares sociais estão pré designados e em desfavor de negros/as brasileiros/as, como afirma Dias (2015, p. 315-316):

De fato, este país é um caldeirão étnico, porém nada democrático do ponto de vista econômico, social, de gênero, cultural e racial. Embora o projeto de embranquecimento físico tenha fracassado, outras formas de embranquecimento permanecem no imaginário da nossa sociedade, como o embranquecimento cultural, psicológico, social, econômico. A tentativa de branqueamento se estende até os anos 30 do século XX, em que, só a partir de então, foi substituído pelo discurso ideológico da democracia racial.

Sem conseguir um projeto de superação total da negritude no Brasil, coube a branquitude se valer da democracia racial para dar continuidade em seu projeto de sociedade “ideal”, a exclusivamente branca. Almeida (2021, p.181) refere alguns elementos para a superação desse mito que ainda está presente entre o senso comum e que necessita ser superado: *“A luta negra exige dois movimentos: o enfrentamento da branquitude e do mito da democracia racial e o fortalecimento da negritude no confronto das práticas marcadas pelo terror racial, na desterritorialidade provocada pelo tráfico Atlântico e na sobrevivência na Diáspora por mais de 520 anos de violências”*.

1.2.3 O Racismo como instrumento de perpetuação de privilégios

O racismo não é sintoma de um comportamento social característico exclusivamente do Brasil, vamos encontrar outras manifestações de racismo em vários territórios espalhados pelo mundo, mas para fundamentar a análise que pretendemos realizar acerca da existência de ensinamentos sobre as relações sociais atravessadas pela dimensão étnico-racial nos cursos de serviço social, vamos nos ater ao racismo brasileiro, como Ortegal (2018, p. 420) inicia:

Apesar de possuírem características comuns nos mais diferentes países, as ideias de raça e a operação do racismo possuem peculiaridades que as diferenciam de um território para outro. Na realidade brasileira, a ausência de um regime de segregação como o apartheid e o Jim Crow estadunidense, favoreceu por muito tempo a ideia já referida de um paraíso racial, onde brancos e não brancos conviviam harmoniosamente após o fim da escravidão.

É comum encontrar nos dias atuais pessoas que entendem que o racismo é uma manifestação distante das práticas cotidianas, defendendo posturas que não contribuem com a superação desse flagelo que atinge milhões de pessoas e que impede o avanço e desenvolvimento do país, como Eurico (2021, p. 123) revela:

Argumentos com “ter boas relações com pessoas negras” e “nunca ter sido racista”, embora possam ser bem-intencionados, em nada abalam a estrutura racista, patriarcal e classista da sociedade capitalista. Via de regra, quem reproduz tais discursos o faz porque se recusa a suspender a vida cotidiana e pensar criticamente sobre a função social do racismo.

O posicionamento é atitude necessária para o reconhecimento do racismo, Almeida (2021, p. 32) define: *“Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social a qual pertençam”*. E Rocha (2021, p. 66) confere:

Além disso, concordamos com análises que demonstram que essas relações também são delineadas histórica e ideologicamente por elementos que estão na esfera da superestrutura subsidiando a estrutura (Gramsci, 1978). É desse lugar que compreendemos o racismo como um sistema de dominação que se assentou, primeiramente, em explicações referendadas pela religião; posteriormente, a ciência elaborou argumentos partindo da construção ideológica de uma supremacia branca e europeia mediante uma suposta inferioridade dos “outros” especialmente negros e indígenas (Munanga 1999; Carneiro 2011; Almeida 2018; Somet 2016).

Para tratarmos de racismo, precisamos diferenciá-lo de preconceito e discriminação racial para que sigamos na discussão específica no que é fundamental para nosso estudo. Para avançar, indicamos as definições de Almeida (2021, p. 32): *“O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”*. É o pré julgamento realizado ou presente no senso comum que faz indivíduos terem uma opinião sobre pessoas e/ou grupos considerando somente algumas de suas características biológicas ou culturais. E acrescenta (2021, p. 32) sobre: *“A discriminação racial por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça”*.

O racismo no Brasil é um fenômeno que se sedimentou com base em ideias e ideologias racistas que sempre negaram hipocritamente diferenciar os grupos, mas que usavam da super valorização da vida, cultura, estética europeia, diminuindo as demais experiências sociais para permanecer como referência, como Eurico (2018, p. 520) destaca:

O racismo é um fenômeno universal que, no caso do Brasil, incide majoritariamente sobre a população negra e tem como uma das formas mais eficazes de opressão a desqualificação de tudo aquilo que remete a sua herança genética, cultural, religiosa, as suas tradições e valores, quando estes colocam em jogo a supremacia branca. Há, no entanto, a apropriação de alguns símbolos do grupo e uma valorização positiva a partir da análise do grupo dominante, com o intuito de promover a harmonia social. Com frequência podemos encontrar a valorização de objetos/adornos específicos, o que nem de longe é sinônimo de valorização da própria população negra.

Os primeiros instrumentos racistas do estado brasileiro no pós-abolição são os legais, da mesma forma que anterior ao período, os implementados concomitante à República impediam que milhares de pessoas negras fossem inseridas no conjunto da sociedade de maneira igualitária, como trazido por Pereira e Sampaio (2018, p. 442): *“O Código Penal de 1890 (Decreto n. 874/1890) oferece indícios desses processos. Além da evidente criminalização da pobreza que ofereceria “perigo” à segurança pública, em seu capítulo XVII, intitulado “Dos vadios e capoeiras”, associa a prática desta última a uma infração e, conseqüentemente, à sua criminalização”*. Atribuía à cor e à cultura dos/as negros/as comportamentos imorais e viciosos indicando que não teriam condições de viver numa sociedade civilizada.

Para manter esse projeto de privilégios da branquitude, ou seja, tendo o racismo como instrumento de subordinação e subalternização de grupos racializados, existem construções sociais que são legitimadas. A própria produção e reprodução das cidades e a política de segurança pública apresentam um retrato do quanto as políticas são desiguais, por conseguinte racistas, como desvela Eurico (2020, p. 52):

No Brasil, ao contrário da segregação racial oficial, o que se identifica com frequência são outros modos de segregação, como a segregação do espaço urbano, o encarceramento em massa, com uma parcela considerável de pessoas aprisionadas sem o devido processo legal (disposições legais que criminalizavam a população negra de forma indireta), o processo de deslocamento forçado dentro do próprio território, em virtude da luta pela posse da terra, entre outras formas de apartação.

Desta forma, o racismo enquanto fenômeno gestado e presente do cerne da sociedade brasileira deve ser compreendido em suas dimensões, como aponta Dias (2015, p. 314): *“Ainda hoje percebemos que a sociedade brasileira tem o racismo e suas práticas hierarquizantes como base das relações sociais entre negros e não negros”*. E define Almeida (2021, p. 35) sobre como se manifesta o racismo, as concepções: individualista – relação com a subjetividade; institucional – relação com o Estado e a estrutural – relação com a economia. Sendo o racismo na concepção Individualista (2021, p. 36):

O racismo, segundo esta concepção é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou

coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo numa “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio de aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Sob esse ângulo não haveriam sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo.

Portanto, o racismo que é creditado na perspectiva individualista, se mostra apartado do processo histórico da escravização de pessoas que ocorreu no Brasil por séculos, como pontua Almeida (2021, p.34): *“... se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discricionário ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais e reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas”*.

O racismo que se manifesta nessa vertente se esconde, resguarda da compreensão de que é um fenômeno das relações sociais que usam e impõe relações de poder e hierarquia baseadas em distinções entre indivíduos. Almeida (2021, p. 37) acrescenta: *“... quando se limita a olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”*.

O racismo individualista é o que vemos sendo destacado diariamente na mídia e que dificulta uma ação mais contundente e articulada, pois tende a atingir os indivíduos de forma particular e, por vezes, consegue repercussão na opinião pública, mas sem nenhum compromisso com transformações estruturais para combater ou extinguir tais práticas. Nascimento (2021, p. 52) nos atenta para a complexidade sobre o racismo:

A ideologia do racismo tem raízes tão profundas na formação social brasileira que temos de levar em conta uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneiras de ser e de agir inerentes não só ao branco (agente) como ao negro (paciente). Principalmente, é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual ele participou em todos os níveis.

A compreensão de racismo na concepção institucional, por Almeida (2021, p. 38):

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça.

Essa tipologia de racismo está concentrada no direcionamento da presença de indivíduos nas instituições, sendo sempre “reservado” o lugar de cada grupo a partir das

relações raciais hierarquizadas que vigoram, como o autor (2021, p. 39) acrescenta: “As sociedades não são homogêneas, visto que são marcadas por conflitos, antagonismos e contradições que não são eliminados, mas absorvidos e mantidos sob controle por meios institucionais, como é exemplo o funcionamento do “sistema de justiça”. Para Eurico (2021, p. 135), o racismo institucional se constituiu:

Para captar o racismo institucional, utilizamos a definição do Dfid/ Pnud (2005: 06), segundo a qual o conceito compõe-se de duas dimensões interligadas: a dimensão político-pragmática, que permite explicar como o conservadorismo opera no âmbito das ações institucionais, favorecendo a permanência do racismo institucional e a violação de direitos, e como o autoritarismo é usado enquanto justificativa para o restabelecimento da ordem, ainda que a seleção entre aqueles que devem ser punidos ou não, via de regra, se apoie em estereótipos que determinam quem é naturalmente recuperável e quem não tem mais “jeito”; e a dimensão das relações interpessoais, na qual identificamos a reprodução de piadas e comentários racistas, a relação naturalizada entre raça/etnia e violência exacerbada, a definição de um padrão de beleza a partir da branquitude, que confere simultaneamente boa aparência, educação e inteligência a direito a afeto.

Em suma, o racismo institucional tem que contar com a reprodução e a manutenção da branquitude nos espaços de poder, nas instituições públicas ou privadas e, com isso, perpetuam os interesses e as ideologias que lhe servem de conveniência como é o caso do racismo. Impedindo ou dificultando o acesso de pessoas não brancas nesses espaços os projetos continuam sendo a expressão do que se materializa na prática das respectivas instituições:

O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. É, sem dúvida, um salto qualitativo que nada se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista. Assim, detém o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. Almeida (2021, p. 40)

Os padrões construídos pela branquitude são reforçados pelas regras institucionais que espelham e naturalizam a hegemonia da presença branca como majoritária nesses espaços como regra e modelo a ser seguido para que as relações transcorram sem conflitos, da mesma forma que nas mesmas instituições vamos encontrar com a mesma naturalização as pessoas negras atuando nas funções que não incidem nas decisões e transformações da ordem secular ainda vigente:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornam-se horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de

universidades etc – e instituições privadas – por exemplo, diretorias de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da existência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. Almeida (2021, p. 40-41).

Sobre a concepção de racismo estrutural, Moura (1994, p. 29) em sua imensa contribuição para a negritude brasileira destaca: *“O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas””*. Pensamento adensado por Rocha (2021, p. 66-67):

Portanto, o racismo, entendido como aparato ideológico, justifica uma monta de violência à qual a população não branca foi submetida, tonando-se imensamente eficaz no contexto do mercantilismo colonial e nas diferentes fases do capitalismo, inclusive na conjuntura atual assentada no neoliberalismo de cunho penal (Wacquant, 2013). O racismo permanece como elemento determinante da sociabilidade contemporânea, impondo à população negra os lugares mais precários nas relações de trabalho e os lugares mais distantes do acesso aos direitos. Por isso, entendemos o racismo como estrutural e estruturante das relações sociais brasileiras.

As definições mais atualizadas que discutem o uso do racismo como fundante das relações sociais no Brasil, e portanto, instrumento de interesses econômicos presentes na organização das instituições, o que nos remete a Almeida (2021, p. 50-51):

... o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além das medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que as ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis, ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial.

O racismo portanto, rege as relações sociais na sociedade brasileira, mas com os instrumentos de dissuasão, permanece encolhido, camuflado, incidindo entre as pessoas

negras desde antes da abolição, impedindo quaisquer avanço em direção à igualdade social. Desmascarado pelas estatísticas e pela realidade factual da situação de indivíduos e famílias brasileiras no campo e na cidade, identificamos seus resultados com o aumento e direcionamento das expressões da questão social entre a população negra, como pontuam Madeira e Gomes (2018, p. 464):

Para Nogueira (2017), o racismo só pode ser compreendido como relação de poder, estruturado por dentro das instituições sociais, e sua superação não se faz sem a reforma destas, Racismo é uma relação que se estrutura política e economicamente. Desse modo, raça ganha centralidade como variável presente na produção e reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social da população negra no Brasil. No dizer de Hasenbalg (1979), está presente na estrutura de classe e no sistema de estratificação social, daí a importância de uma análise crítica versar sobre as relações raciais no pós-abolição e a permanência do racismo estrutural.

Romper com o racismo estrutural vai nos exigir reconhecer que as expressões das desigualdades no Brasil passam pelas desigualdades nas relações raciais oriundas da nossa história escravista e os benefícios que causam para uma minoria branca. Olhar criticamente para nossa realidade e impedir que seja invisibilizada a natureza de tamanhas desigualdades é fundamental para que as relações se tornem cada vez mais igualitárias e as pessoas negras possam avançar no que concerne aos patamares de desenvolvimento. *“Esse rico movimento abre uma nova janela para a observância e o combate da naturalização dos processos de sujeição das populações subalternizadas, devolvendo-lhes a humanidade subtraída pelo racismo”*, Almeida (2021, p. 177). Afirmações referendadas por Eurico (2021, p. 121) quando alude à dinâmica do racismo brasileiro:

O racismo é, de fato, uma arma letal, que há séculos vem atingindo as vidas negras, ceifando sonhos e possibilidades de enraizamento de parte expressiva das famílias negras. Na medida em que políticas sociais não são criadas para reduzir os níveis de desigualdade e que, pelo modo como o racismo opera, ser desigual equivale a ser negra/o, e este ser também está associada/o à inferioridade racial, a humanidade negada é parte constitutiva desse círculo violento.

Oportunidade em que discute as relações sociais e de trabalho as quais diferentes povos negros africanos foram submetidos e sob os quais reproduziram suas experiências e constituíram formas de re-existências:

A apropriação do racismo estrutural como base sobre a qual se desenvolvem as relações de produção no período escravista e pós-abolição no Brasil e no mundo possibilita que se desvelem assimetrias e similitudes no âmbito das relações sociais. Há entre escravidão e capitalismo uma complementariedade no processo de desenvolvimento rumo ao progresso da humanidade. Contudo, o acesso à riqueza socialmente produzida está condicionado pela propriedade privada. Quem detém os meios de produção detém o controle sobre a sociedade, e uma das justificativas utilizadas para excluir parte expressiva da população negra das instâncias de poder e sua insignificância no processo de produção e reprodução das relações sociais. Eurico (2021, p. 122)

Da mesma forma Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 158) destacam que assim como é produto da modernidade para atender os interesses econômicos europeus, o racismo atendeu e continua à serviço do capitalismo e, portanto, alicerçando as relações sociais racializadas que solidificam e perpetuam os interesses da classe burguesa:

Uma teoria social que desconsidere a raça enquanto estruturante da classe está parcialmente aprendendo a realidade, sem a devida capacidade de compreender o capitalismo enquanto organização das relações sociais, uma vez que esse modo de produção compreende não somente “meios materiais de vida, mas também as relações sociais, em que tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização de capital, sem que se levem em conta os imperativos humanos vitais” (Silva, 2020, pg. 168). Portanto, o racismo não se constitui como um recorte social, mas um vetor da divisão de classes, na subjetivação das pessoas, na produção das contradições e nas resistências. Almeida (2019)

Portanto, o combate e a luta pela superação do racismo, apesar de ser importante para o conjunto da sociedade brasileira, tende a movimentar a pirâmide social e, talvez seja exatamente por esse motivo que existe tanta resistência da branquitude em apoiar a luta antirracista. Como a população negra tem enfrentado todas as suas pautas desde que foi submetida ao tráfico de pessoas, essa continuará sendo a mais importante das bandeiras e enquanto houver qualquer expressão do racismo haverão negros/as para enfrentar.

1.3 INDICES E INDICADORES SOCIAIS DESCREVEM A REALIDADE DO PAÍS

O Brasil é um país marcado por uma história na qual a forma como os colonizadores implantaram suas famigeradas sagas econômicas, e todas dinâmicas de lucratividade foram através da exploração da mão de obra de pessoas escravizadas.

O regime escravista de pessoas negras capturadas na África durou quase 4 séculos, mas desde que se aboliu a permissão jurídica para realizar essa prática nefasta de escravização de pessoas negras, outras formas de exploração e expropriação estão cotidianamente lançando corpos negros à própria sorte, nos fazendo refletir se realmente superamos os tumbeiros, as senzalas, as correntes e os pelourinhos. Como Madeira e Gomes (2016, p. 468) destacam:

O racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Por esse motivo, buscamos explicitar não ser esse um problema que se limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais. Daí a importância de observar as singularidades históricas, sob o risco de afastar o debate ideológico do combate ao racismo de questões ligadas a transformações societárias.

As repercussões do regime escravista se estendem até hoje impulsionadas pelas ideologias racistas que permeiam a sociedade e o momento de capitalismo neoliberal, que tem por premissa a mínima intervenção do Estado e o enxugamento do que chamam de gastos públicos aos quais a população negra ainda acessa com muita dificuldade aponta o que Santos (2021, p. 141) evidencia:

Conforme Paixão (2014, p. 25) “a arquitetura que levou à constituição do Estado brasileiro jamais foi generosa com os descendentes dos antigos escravizados”. A arquitetura à qual o autor se refere revela um conjunto articulado de ações políticas, econômicas, sociais e culturais que retratam a pessoa negra como desprovida de inteligência, humanidade e capacidade de articulação política, não sendo pensada como alvo de cidadania plena.

As oportunidades para as pessoas que foram oprimidas, exploradas e expropriadas nunca chegaram com a mesma igualdade designada à população branca que aqui se estabeleceu desde a invasão até tempos contemporâneos. As chances para os corpos negros no Brasil são à conta gotas e poucos são os exemplos em meio a um mar de gente abandonada desde a data da abolição, que inclusive foi pensada para que ocorresse após a criação de legislações e mecanismos que impedissem a ascensão das pessoas negras que contribuíram na construção do país, sofrendo com privações que foram orquestradas muito antes da promulgação da Lei que “libertou” cativos/as na última nação das Américas:

Sem embargo, a repartição desigual e antidemocrática da riqueza produzida durante 388 anos de escravidão, a qual perdurou todo o período colonial, imperial e foi extinta no ano que antecedeu à República – e mesmo após a sua institucionalização – indica o modelo de desenvolvimento adotado pela elite republicana, que não abriu mão do domínio da propriedade privada da terra, do poder político e da divisão social, racial e sexual do trabalho em bases hierárquicas desiguais. Almeida (2021, p. 168)

Os dados que remetem às condições de vida da população estão em parte defasados tendo em vista o atraso no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE provocado pelo Governo Jair (2018/2022), mas algumas organizações produziram materiais aos quais podemos apontar dados que retratam e corroboram com os argumentos apresentados nesse estudo.

O primeiro dado que se destaca é o crescimento da população negra no Brasil, segundo dados Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD Contínua *“Entre 2012 e 2021, a participação da população que se declara branca caiu 46,3% para 43,0%. No mesmo período, houve crescimento da participação das pessoas autodeclaradas pretas (de 7,4% para 9,1%) e pardas (de 45,6% para 47,0%). Desde 2015, segundo a PNAD Contínua, a maior parte da população residente no país é a dos que se declaram pardos”*. O que nos indica o contrário do que previam os projetos de eugenia e branqueamento, a

população negra são maioria entre as matrizes étnicas na população brasileira, ratificado por dados da mesma pesquisa que indica: *“Em dez anos, a população preta cresceu 32,4% e a parda, 10,9% ambas com aumento superior ao da população total do país (7,6%). Já a população branca ficou estável”*.

O Boletim Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE publicado em 19/11/2021 intitulado: *“Desigualdade sobre negros e não negros se aprofunda na pandemia”* apresenta dados para explicitar a desigualdade para enfrentar a crise sanitária e garantir a sobrevivência em período pandêmico (p. 02) em que: *“... 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho – perderam empregos ou deixaram de procurar colocação por acreditarem não ser possível conseguir vaga no mercado de trabalho. Desse total, 6,4 milhões eram negros ou negras e 2,5 milhões, trabalhadores e trabalhadoras não negros”*. Mas se formos considerar a pós pandemia, o mesmo documento ainda pontua na (p. 10): *“Com o avanço da imunização, no final de 2020, os níveis de ocupação de negros e não negros começaram a crescer. Entretanto, é possível observar que quase 40% dos negros que antes estavam na força de trabalho ainda não voltaram ao trabalho”*. As situações mais extremadas expõem ainda mais negros e negras historicamente.

Em busca de contribuir com a compreensão dos levantamentos, o mesmo documento aponta dados do Ministério da Saúde (p. 10): *“... os negros tem 40% mais chances de morrer de covid-19 – pois estão mais expostos”* acrescenta que segundo o IBGE os óbitos de covid-19 entre negros foram de 57% e os brancos 41%. Portanto, o ano de 2021 encerrou com o seguinte cenário (p. 10): *“Os dados de ocupação e rendimento em 2021 mostram que persiste a intensa desigualdade de inserção e de ocupação de negros e negras, e não negros e não negras, que enfrentam inserção vulnerável e frágil”* que demonstram a reiterada política que dificulta e inviabiliza a inserção de pessoas negras ao mercado de trabalho e aprofunda cada vez mais as desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Segundo a Coleção Ibegeana de Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2ª edição, publicada em 11 de novembro de 2022 (p. 04):

O recorte por nível de instrução e hora trabalhada torna a percepção da desigualdade ainda mais nítida. Em 2021, enquanto o rendimento médio de pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 19,0 por hora, os valores para pretas (R\$ 10,9) ou pardas (R\$ 11,3) foram significativamente inferiores... Com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas ganharam, em média, 50% a mais do que as de cor ou raça preta e cerca de 40% a mais do que as pardas. A população ocupada preta ou parda apesar de estimada como maioria em 2021, 53,8%, estava presente apenas em 29,5% dos cargos gerenciais ocupados em 2021. Já a população ocupada branca, 45,2% do total, estava presente em 69,0%

desses cargos... Em 2021, na classe de rendimento mais elevada, somente 14,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que, entre as brancas, tal proporção atingiu 84,4%.

A renda familiar é das maiores implicações nas condições de vida da população negra e como todos os indicadores que podem medir as condições de sobrevivência da população que sofre com o racismo estrutural, esse também é um quesito que aponta o nível de desigualdade entre brancos/as e negros/as no país, como pontua o livro acima citado (2022, p. 05): *“Em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita da população branca (R\$ 1 866) era quase duas vezes o verificado para a população preta (R\$ 965) e parda (R\$ 945), tendência que se manteve desde 2012”*.

Contudo, sabemos que nos últimos anos, sobretudo após o golpe contra a presidenta Dilma – PT, o país se deparou com a inserção de milhões de brasileiros na linha da pobreza, como Guedes (2022) destaca através da Agência Senado:

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

Na Coleção Ibegeana 2022 os dados apontam que a pobreza no Brasil tem raça e cor e atinge implacavelmente a população negra, como descrito (p. 06):

A análise das linhas de pobreza monetária, propostas pelo Banco Mundial (World Bank), reforçam o quadro de maior vulnerabilidade da população preta e parda, que apresentou percentual de pobres superior ao verificado para a população de cor ou raça branca. Em 2021, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 18,6%, ao passo que entre as pessoas pretas o percentual foi de 34,5% e, entre as pardas, 38,4%. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 5,0% das pessoas brancas tinham rendimentos abaixo da linha, 9,0% das pessoas pretas e 11,4% das pardas situavam-se também abaixo.

O acesso da população negra à educação nos últimos anos também sofreu as disparidades dispostas entre os grupos raciais no país, como o documento Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil – IBGE (2022, p. 09): *“Em novembro de 2020, a proporção de estudantes de 6 a 17 anos sem aulas presenciais e que não receberam atividades escolares foi de 6,8% para brancos, 13,5% para pretos e 15,2% para pardos”*.

Os anos de pandemia de 2020 e 2021, não levaram somente a uma redução no total de inscritos no ENEM, que atingiu seu menor valor em 2021, passando de 5,1 milhões em 2019 para 5,8 milhões em 2020 e para 3,4 milhões em 2021, mas também foram responsáveis por uma quebra na tendência de democratização no perfil dos participantes de cor ou raça a partir de 2019. De 2019 a 2021, a proporção de participantes brancos passou de 37,1% para 43,7% e de participantes pretos ou pardos caiu de 58,0% (45,8% de pardos e 12,2% de pretos) para 51,8% (40,8% de pardos e 11% de pretos), no mesmo período.

Em relação à participação política dos grupos raciais no Brasil em municípios populosos indicado no documento acima (2022, p. 13): *“Dentre os 48 Municípios com 500 mil ou mais habitantes, houve 39 prefeitos eleitos de cor ou raça branca (81,3%) e 9 de cor ou raça parda (18,8%)”*.

Contudo, a participação das mulheres pretas na política fica muito aquém das pessoas (homens e mulheres) brancas e de homens negros, visto o que indica (p. 14) que: *“... entre eleitos em 2020, eram apenas 10 prefeitas num total de 5.502 eleições ordinárias, sendo que, além de baixo sucesso eleitoral (0,03), houve barreiras à candidatura, pois foram apenas 132 candidatas para esse cargo. Em relação a vereadoras, foram 491 eleitas em cerca de 58 mil vagas para as Câmaras Municipais”*.

No que concerne ao controle social de políticas afirmativas de igualdade racial, o livro aponta (p. 16) *“Em 2019, apenas em 365 havia Conselho Municipal de Direitos de Igualdade Racial”* o que retrata os poucos investimentos financeiros e políticos para fomento do debate sobre o racismo e as repercussões vividas por pessoas negras brasileiras, herança do período secular de escravização. Como Pereira e Sampaio (2018, p. 444):

A intensa produção de déficits no corpo negro produziu, e ainda produz, marcas de toda ordem: na composição da classe trabalhadora, marcada pelo alijamento da população negra da relação salarial formal - exemplo disso é a formalização recente do trabalho das empregadas domésticas - na segregação racista promovida pelo higienismo, na produção de inferioridade e estigma.

Eurico (2021 p. 122) reforça aspectos sobre a intencionalidade desse projeto de intervenção violenta contra a população negra que continua tendo como mote a ideia de inferioridade perante brancos/as em nossa sociedade:

A violência estrutural, de base racista, está autorizada porque visa coibir e corrigir corpos desviantes, cujos sujeitos são concebidos como incapazes de se relacionar com os não negros de maneira horizontal. Essa marca das relações raciais faz com que, no contexto da sociedade brasileira, as possibilidades de articular racismo estrutural à fome, à pobreza, ao abandono, à punição como prática pedagógica, à evasão escolar como expressão da ausência de capacidade intelectual, ideia presente nas atitudes de muitas/os educadoras/es convictas/os sejam profundamente limitadas/os.

As contradições das relações sociais no capitalismo em especial na experiência histórica brasileira, subjuga, submete e expropria naturalmente os corpos negros destituídos de sua condição de humanidade, visto que são considerados e tratados como inferiores.

1.3.1 Um projeto permanente de genocídio do povo negro

“Enquanto o homicídio se refere à morte da pessoa no tempo presente, o extermínio enfatiza sobretudo a morte da potência, no tempo futuro”. Ortegá

Para tratar a violência, principalmente estatal, destinada à população negra como iremos exemplificar, se destaca a categoria genocídio negro para nomear essa forma de extermínio que tem alvo na cor da pele. Para Ortegá (2018, p. 423-424) a definição de genocídio aponta:

O genocídio, mais precisamente o genocídio negro, é uma expressão que possui tanto um sentido denotativo quanto conotativo. No sentido denotativo está o movimento político e jurídico de classificar o conjunto de processos a que está submetido a população negra (No caso específico, a brasileira), como um crime de genocídio... É a categoria genocídio negro que traduz esse processo ativo, dotado de intencionalidade e racialmente determinado, É essa a categoria responsável por retirar a questão do racismo de seu local clássico, sobretudo no Brasil, de passividade, aleatoriedade, condicionando-a como subproduto das desigualdades de classe do capitalismo.

Essa violência que atinge diretamente a população negra brasileira, em especial os jovens negros que adensam cruelmente as estatísticas de óbitos vítimas de homicídios no país (extermínio). Em que se pese fazer a discussão sobre esse fenômeno, antes trataremos como evoluiu essa classificação segundo o Atlas da Violência (2021, p. 49):

Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência 22, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão, nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda.

A apresentação dos dados nos remetem a comprovação do racismo estrutural no Brasil, remanescente do período de escravização e que se reatualiza a partir dos interesses do capital representado pela branquitude que tem se mantido em posições e usufruindo de situações privilegiadas. Desta forma, o aumento nas porcentagens em situações de violência que vitimizam a população negra é posto pelo Atlas de Violência (2021, p. 49):

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as

mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

As políticas que por ventura incidiram sobre a diminuição da letalidade decorridas de homicídios no Brasil também se mostraram seletivas, ou seja, racistas, pois atingiram com maior resultado não negros, fato que nos leva a destacar a necessidade do debate e implantação de políticas antirracistas na prevenção desse tipo de óbito no país, como o Atlas da Violência (2021, p. 49) destaca:

Ao analisarmos os dados da última década, vemos que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior correspondente à população negra.

Esse genocídio da juventude negra que ceifa milhares de vidas de jovens pretos e pardos todos os anos e demonstra que vivemos em patamares de guerra, como ratifica: *“Se considerarmos ainda os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 vítimas para 34.446 no último ano, e entre não negros, por outro lado, houve redução de 33% no número absoluto de vítimas, passando de 15.249 mortos em 2009 para 10.217 em 2019”*. Atlas da Violência (2021, p. 49).

Os percursos que são designados à juventude negra no Brasil, sobretudo os jovens negros, são desoladores e refletem mais uma vez a reprodução do racismo estrutural quando indica que parte dos jovens que escapam das estatísticas de homicídios acabam nas estatísticas do sistema prisional brasileiro, como verifica o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 403):

Quem são os presos no Brasil? Com uma das maiores populações prisionais do mundo, é necessário compreender quem são aqueles que estão sob custódia do Estado. Nos últimos anos, o perfil da população encarcerada não tem se modificado. O que se vê, na realidade, é a intensificação do encarceramento de negros e jovens: 46,4% dos presos têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são de cor/raça negra. Ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. Se em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos.

A trajetória pré determinada que compromete milhares de vidas negras em nosso país deve ser considerada e apreendida pela sociedade como produto hediondo do racismo estrutural e das seculares desigualdades que embalam históricos privilégios da branquitude no Brasil. O contexto prejudica o futuro de nossa juventude e do nosso país que precisa assumir um novo projeto que valorize e proteja vidas negras:

É nesse cenário de genocídio, em um território que se assemelha a um campo de extermínio, como já dizia o Facção Central, que as vidas negras brasileiras se desenvolvem, se mantêm e também se esvaem. Os pertencimentos de raça e classe nesse contexto situam essa população em dinâmicas complexas e contraditórias em relação à sociedade e ao Estado. Tais dinâmicas são fundamentais para se compreender a morte, a vida e as potencialidades da população negra, sobretudo de sua juventude – seu segmento etário mais potente e, ao mesmo tempo, mais eliminado. Costa (2021, p. 119)

1.3.2 A Mulher Negra alvo da desigualdade brasileira

A violência atinge ainda com maior intensidade a mulher negra, diversos são os fatores que expõe a mulher a partir de sua etnia/raça, mas a presença majoritária na base da pirâmide social experimentando toda sorte de expressões oriundas do sistema desigual brasileiro, com certeza incidem sobre tais dados que são apresentados pelo Atlas da Violência (2021, p. 38): *“Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1”* e acrescenta:

Os números absolutos revelam ainda maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina. Entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019. Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período, passando de 1.636 mulheres mortas em 2009 para 1.196 em 2019. p. 40

O que foi concluído nas análises do Mapa da Violência (2021, p. 38) é assustador e evidencia o que estamos discutindo neste estudo: *“... verificamos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras”*.

Para além de todas as formas de violência que tem como fundamento o racismo estrutural brasileiro, muitas mulheres negras ainda tem que sofrer a dor de ter sua maternidade questionada e seus filhos acolhidos por um estado que privou seu povo e sua trajetória de oportunidades, o que expõe como as pessoas negras são subjugadas por uma sociedade que tem o modelo da branquitude e seus interesses colocados acima da construção de um país mais igualitário, como verifica Lino e Souza (2022, p. 111): *“De acordo com o 26º Censo da população infantojuvenil acolhida, realizado pelo Módulo Criança e Adolescente (MCA) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 2020, das 1.277 crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, 78,31% pertenciam à raça negra”*.

O cenário apresentado destaca a importância de se compreender e identificar que a realidade histórica e social brasileira, desemboca em mazelas sociais majoritariamente

vivenciadas pela população negra brasileira. O mesmo cenário explicita a existência do racismo estrutural no Brasil visto que esses números retratam a realidade social que alija a população negra, como pontuam Madeira e Gomes (2018, p. 477):

O racismo opera estruturalmente na formação social capitalista. Estrategicamente funciona como mecanismo definidor de lugares sociais. Com a atual ofensiva do conservadorismo, as antigas desigualdades advindas do período colonial escravista são reeditadas e têm resultado em profundas violações de direitos humanos, as quais dilaceram e despotencializam essas populações. A emancipação da população negra pressupõe mais do que a dimensão estritamente econômica; ela envolve dimensões culturais, políticas e de valores profundas. Por esse motivo, os indicadores apresentados alertam para a urgência de políticas públicas qualificadas e a necessidade de desnaturalizar e analisar a sociedade de forma a considerar a intersecção entre raça/etnia, gênero e classe social. É necessário ampliar ações que radicalizem a democracia, e alguns caminhos têm sido apontados nas formas plurais de resistência da população negra. Nesse sentido, é preciso fortalecer esses segmentos e suas organizações, bem como assegurar sua participação em todas as esferas de poder.

Essa desigualdade social é objeto de intervenção das políticas públicas tão precarizadas e que disputam com o mercado o fundo público no Brasil, sendo sempre relegadas a poucos recursos, principalmente nos últimos anos que foram alvo de um desmonte que lançou milhões de brasileiros/as à própria sorte, como Souza (1883, p. 02-03): *“A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro”*.

É importante destacar que no abismo social que persiste no país, as pessoas negras são as mais desprotegidas e que tem diariamente buscado formas e estratégias de resistência e sobrevivência para não ser alcançadas por todas as estatísticas que apresentamos. Realidade na qual o Serviço Social atua enquanto profissão que tem por objeto de intervenção essas expressões da questão social produzidas pelas contradições desse sistema de classes desiguais. Destarte, Almeida (2021, p. 168) apresenta uma explanação para tal compreensão:

Dito de outro modo, pensar a raça, o gênero e a classe no capitalismo avança na construção de leituras críticas sobre a realidade social dos negros e das mulheres enquanto sujeitos subalternizados. É mister aprofundar a relação entre as classes sociais, o Estado e a questão social e suas expressões. Nesse sentido, o estudo sobre as desigualdades sociais no Brasil e o modus operandi das políticas públicas não pode negligenciar o racismo intrínseco na dinâmica da formação da sociedade brasileira. Isso significa considerar sistemas de organização do trabalho, dos corpos submetidos ao processo de exploração, sobretudo os processos de colonialidade do saber/poder constituintes da modernidade/ colonialidade (Quijano, 2005) que se mantém atuantes na dinâmica da vida cotidiana, oprimindo e violando os direitos humanos dos povos originários, da população negra, das mulheres e da livre expressão da sexualidade dos sujeitos sociais subalternizados em sociedades racializadas como a brasileira.

2.0 CAPÍTULO II

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2.1.1 A inserção do Serviço Social no Brasil

Segundo Aguiar (2011), o Serviço Social surge no Brasil durante a Era Vargas, mais precisamente, em 1932, através da intenção de freiras em “ocupar” as egressas da escola Des Diseaux (Freiras de Santo Agostinho) que não estavam envolvidas com estudos ou causas no seio da sociedade burguesa paulistana. Assim, formaram uma Associação das ex alunas, como outros colégios também haviam feito, e, nas reuniões elas costuravam para os pobres. Pensando em engajar mais as associadas em assuntos da sociedade, tiveram a ideia de oferecer um curso e uma das egressas que havia estado na Europa, Odília Cintra Ferreira, sugeriu um curso sobre “Ação Social”. Essa egressa foi uma das pioneiras do Serviço Social no Brasil. Filha de fazendeiros de café do interior de São Paulo, ela havia frequentado bons colégio em São Paulo, Rio de Janeiro, França e Bélgica e havia tomado contato com escolas que ofertavam cursos de “Normal Social” como era chamado à época.

Assim, o Des Diseaux contratou a Mlle Adèle de Loneaux que era professora da Escola de Serviço Social de Bruxelas e da Escola Normal Social de Bruxelas, para oferecer um curso intensivo que seria de um mês e que se ampliou por 3 meses, apesar de ser um curso para egressas do colégio, a participação foi aberta para moças que tinham se formado em outras escolas.

À época a Mlle Adèle de Loneaux definiu o Serviço Social como: “Serviço Social é o conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições da vida social às necessidades do indivíduo”. (p. 05)

A procura foi bem alta, cerca de 50 moças frequentaram o curso e ao final, as freiras do Des Diseaux se prontificaram em oferecer 1 bolsa de estudos para que uma aluna fosse estudar na Bélgica e a escolhida foi Maria Kiehl (era descendente de alemães), outra que também era descendente de alemães e foi estudar na Bélgica foi Albertina Ramos, a Baby Ramos, ambas na Escola de Serviço Social de Bruxelas.

O pós Primeira Guerra Mundial ressignificou a presença e a participação das mulheres nos espaços de trabalho da Europa para além das indústrias, não era mais somente a enfermagem que era relevante. Surgiram movimentos sociais como a Liga Popular Feminina na Bélgica e a “Action Populaire” na França, que viram que para atuar

não poderiam ficar somente na boa vontade e voluntariado, era preciso qualificar essas atuações. Foi assim que começaram a fundar as Escolas de Serviço Social na Europa, sendo a Bélgica precursora.

2.1.2 A Primeira Escola de Serviço Social do Brasil

Após a oferta do curso intensivo, como resultado, visto que as alunas ficaram desoladas com o término da atividade, resolveram fundar uma entidade que continuasse “despertando o interesse pelo trabalho social”, e então, em 1933, fundaram o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, essa entidade teve um papel muito importante para o Serviço Social no Brasil. Enquanto as colegas se formavam no exterior, por aqui o CEAS promovia cursos como de urbanização e problemas sociais. Também fundaram o Centro de Formação Social para Moças Operárias em vários bairros de São Paulo com destaque para a direção que buscava imprimir, como apontou Odília Cintra Ferreira em seu depoimento em comemoração aos 50 anos do Serviço Social no Brasil (1983, p. 41): *“Nós primeiro começávamos por interessá-las, ensinando tricô, bordados e coisas assim, e nas conversas e nos círculos a gente trabalhava os assuntos sociais. Exatamente. Na Bélgica também se fazia assim com as Ligas das Mulheres”*. Apesar de orientado pela igreja católica, não faziam exigências acerca da religião das participantes, pois tinham a intenção de *“conquistar toda a gente”*.

Apesar de ligadas as bases religiosas da igreja, foram taxadas de comunistas por alguns segmentos, visto que nunca havia existido um trabalho realizado por moças da alta classe paulistana em bairros operários. Algumas dessas moças solteiras verbalizavam desconforto em desenvolver ações com mulheres casadas, avaliavam que as conversas “eram mais liberais”. Esses grupos em bairros operários eram voltados para trabalhadoras da indústria, como podemos identificar no depoimento de Odília Cintra (1983, p. 43):

Eu trabalhei num bairro bom, no Belém, um bairro operário muito bom mesmo. Muitas vezes, fui convidada para jantar em casa de algumas e era um bom jantar, uma casa limpa asseada, em ordem. Mão se tratava absolutamente de favela. Talvez porque não havia ainda, tão forte, essa migração nordestina, e o desenvolvimento das fábricas não era tão grande, também, o problema social aqui era muito mais ameno.

A vida do operariado paulistano não poderia representar de fato a vida de grande parcela da população brasileira, visto que a população negra, sem acesso à política de trabalho, estava sendo margeada num projeto de destruição de sua existência.

Outro aspecto que podemos evidenciar é que se construiu um juízo de valor acerca da pauperização das grandes metrópoles do sudeste do Brasil e a íntima ligação com os

processos migratórios causados pelo êxodo rural, mas não se mencionava as condições das pessoas negras que haviam sido abandonadas no pós-abolição e que ficavam segmentadas e escondidas em favelas e guetos. Também se observa um reparo nas situações das moradias das operárias que podem indicar alguns pressupostos de reprodução de aspectos conservadores aos quais a profissão ainda está exposta, a higiene, traço de preocupação da eugenia, era um aspecto observado no contato com a classe trabalhadora empregada.

Ainda assim, a primeira escola de Serviço Social se inscreveu no campo da vanguarda do pensamento social, visto que avaliavam que outras instituições que foram fundadas no Brasil tinham um cunho “muito mais assistencial”. Era uma linha preocupada com o que se pode entender por “questão social” nos dias atuais, sem aprofundar seu conceito neste momento, eram as preocupações com os problemas sociais do operariado de São Paulo.

Em meados de 1940 Helena Junqueira e Nadir Kfourri foram estudar nos Estados Unidos da América, e identificaram que as escolas estadunidenses de Serviço Social não se preocupavam com os problemas sociais e sim, em formar contingente especializado para trabalhar em entidades assistenciais que atendiam segmentos, conseguiam compreender que a base do Serviço Social de inspiração europeia tinha outros contornos.

Concomitante, o CEAS buscava apoio através de suas participantes, com pessoas da sociedade em geral para a fundação da Escola de Serviço Social e, sempre eram questionadas sobre do que se tratava.

Mais do que isso, era preciso existir um mercado empregador destas profissionais, digo estas, pois à época os homens não puderam participar da formação que era dedicada exclusivamente para mulheres. Então, as pioneiras, em contato com Bruxelas, identificaram que poderia ser criada no Brasil uma função de inspetora de trabalho de mulheres e menores, termo usado na época, no Departamento de Trabalho da Secretaria de Agricultura, como o governo estava constituindo a reforma do órgão, o CEAS, através de suas associadas, conseguiu aproveitar esta oportunidade que foi bem vista pelo gestor Sr. Dr. Adalberto Netto. A ideia de se ter mulheres na inspeção de outras mulheres e de menores o agradou e ele reservou 3 três vagas para serem ocupadas com indicadas do CEAS. Outra frente que elas buscaram, foi conversar com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, presidido por Roberto Simonsen, era uma verdadeira maratona de conversas, contatos e apresentações. A Fundação do Serviço Social da Indústria – SESI foi contemporânea à Fundação da Escola de Serviço Social e, o CEAS também influenciou essas discussões no Estado de São Paulo. O intuito era aguardar o retorno de Maria Kiehl

e Baby Ramos e, pensaram e articularam para que a fundadora da primeira Escola de Serviço Social fosse estrangeira, como feito na Argentina e Chile, mas quando se aproximou a data da fundação, a indicada teve uma complicação de saúde. Maria Kheil era resistente, pois era funcionária pública do Departamento de Trabalho e a Baby Ramos foi contratada pela deputada Carlota Pereira de Queiroz para dar início a um trabalho social na capital do país, indo atuar no Rio de Janeiro. A trajetória culminou na fundação pela Maria Kiehl e, em menos de 2 meses, Odília Cintra Ferreira assumiu a direção da Escola de Serviço Social de São Paulo e, ficou no cargo os primeiros 4 anos, passando a vaga para a recém formada pela Escola, a pioneira Helena Junqueira.

As Pioneiras fundaram uma Associação, pois, não poderiam depender das tradicionais escolas superiores brasileiras, o Serviço Social na Europa era vinculado ao nível médio da escolarização, enquanto que outras precursoras conseguiram dar status de nível superior, foi o caso dos Estados Unidos da América.

A influência da escola era europeia, visto à formação das pioneiras, mas durante o curso, fizeram contato com assistentes sociais estadunidenses que visitaram a escola e, estas, convidaram Nadir Kfoury para um aperfeiçoamento nos Estados Unidos da América, retornando, Helena Junqueira a transferiu a direção da Escola e também foi se aperfeiçoar no país da América do Norte.

A primeira aluna da Escola de Serviço Social de São Paulo (hoje PUC/SP) a ser contratada como assistente social, foi Nair Oliveira Coelho no Juizado de Menores.

O CEAS era o mantenedor da Escola e as dificuldades financeiras não eram poucas. Em 1933, promoveu “A Primeira Semana de Formação Social em São Paulo” que consistiu em formação religiosa para o trabalho social, no período da manhã no Mosteiro de São Bento com o Padre Dante, e à tarde algumas participantes relatavam seus trabalhos práticos. Neste evento foi preparada uma Conferência e Assembleia. A Ação Católica era diferente da Ação Social, mas as pioneiras também usufruíram destes conteúdos religiosos para dar continuidade em ações sociais antes da formação da Escola e muitas delas tornaram-se alunas da primeira turma, trazendo um cunho religioso ao curso.

A partir da década de 1940, a maior influência na Escola passou a ser a estadunidense, visto que Helena e Nadir que ampliaram seus conhecimentos nos Estados Unidos foram diretoras da Escola e tiveram um papel muito importante para a consolidação e ampliação da mesma.

Em meados de 1932 o Cardeal do Rio de Janeiro Dom Leme, uma força significativa, entrou em contato com membros da Ação Católica da Europa e solicitou que enviassem membros para iniciar a Ação Católica no Brasil.

Promoveram o Congresso Eucarístico na Bahia que foi importante para difundir as ideias da Ação Católica no Brasil. A organização dos Institutos de Aposentadorias e Pensões foi fundamental para o Serviço Social, a partir do reconhecimento no Rio de Janeiro, admitiram assistentes sociais na então capital Federal e, nos demais estados posteriormente.

As Escolas de Serviço Social em todo o Brasil foram impulsionadas a partir das vagas abertas nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, na Legião Brasileira de Assistência, no SESI e SESC.

2.1.3 As Instituições do Serviço Social no Brasil

Balbina Ottoni Vieira deixou um depoimento (1983) na Revista Serviço Social e Sociedade, descrevendo a formação das entidades representativas do Serviço Social, analisar esse percurso é relevante para compreender quais forças impulsionaram os projetos no interior da categoria nos primeiros anos de sua inserção no Brasil.

Em 1945, realizou-se no Chile o 1º Congresso Panamericano de Serviço Social, para comemorar os 20 anos de inauguração da primeira escola da América Latina, neste evento foi sugerida por Mrs. Elizabeth Enochs a criação de uma associação que permitisse a troca de ideias e experiências entre assistentes sociais e assegurasse o progresso do ensino em Serviço Social em cada país. Nesta época o Brasil não tinha uma dezena de escolas de Serviço Social, e quando retornaram, fundaram em São Paulo a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, sob a presidência de Odília Cintra Ferreira. O Estatuto da ABESS descreveu quais requisitos deveriam ter as escolas que poderiam se associar. Não foram todas as escolas que conseguiram se associar à ABESS, vindo a serem reconhecidas somente quando o Ministério da Educação atuou juntos às escolas e cursos de Serviço Social no Brasil, cumprindo as exigências impostas pelo órgão.

Algumas escolas contavam com Associações de ex alunas, mas no retorno do Congresso do Chile houve a criação da ABESS, em 1946 e a organização de profissionais para se criar a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, tendo como primeiro presidente Luís Carlos Mancini. A finalidade da ABAS era assegurar o desenvolvimento profissional de assistentes sociais e fortalecer a profissão lutando pelo seu reconhecimento. A ABAS cumpriu seu papel e, assim como as escolas, também se espalhou pelo Brasil. Sem obrigatoriedade de mensalidade, era uma organização ativa, mas sem sede física. Por ser uma entidade muito ativa, chamou a atenção da Embaixada Americana no Brasil que patrocinou muitos cursos no país, traziam dos Estados Unidos as palestrantes que

buscavam qualificar profissionais aqui, porém, os cursos tinham que ser traduzidos, o que era feito pelas alunas fluentes em línguas a cada palestra.

Em 1947, as Escolas de Serviço Social junto com a ABAS e a ABESS, promoveram “O Congresso de São Paulo”. Em 1953, ABAS e ABESS organizaram o 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social no Rio de Janeiro e na sequência, na mesma cidade, o 2º Congresso Panamericano de Serviço Social.

Em São Paulo o Padre Sabóia de Medeiros tinha criado a Revista “Serviço Social”, e com apoio da estadunidense Miss Lavínia Keyes, as organizações criaram a Revista “Cadernos de Serviço Social”. Os textos falavam dos assuntos da prática profissional e isso interessava mais a categoria do que as produções mais teóricas da revista que já existia.

A Revista “Cadernos de Serviço Social” teve 13 edições, sua comissão editorial era composta pelas mais destacáveis profissionais do país, mas em sua última edição, um texto criticando de forma contundente as dirigentes e participantes das entidades foi publicado, esse fato acarretou numa desavença entre o conselho da Revista, publicaram uma edição substitutiva, mas a comissão editorial se sentiu desmoralizada, pediu demissão, seguida pelas demais dirigentes. A partir do ocorrido, a Embaixada Americana no Brasil não manifestou mais interesse em apoiar financeiramente a Revista, que encerrou as atividades.

Na década de 1950, houve um movimento que ficou conhecido como “a guerra dos sete anos”, foi um período de peregrinação de profissionais e dirigentes aos gabinetes de deputados, senadores e ministros com o objetivo de apresentar o Serviço Social e requerer o reconhecimento da profissão enquanto nível superior, assim como era nos Estados Unidos, era uma verdadeira cruzada visto que na Europa o curso era nível médio. Mas em 1957 conseguiram a regulamentação das Escolas em Nível Superior. Essa vitória motivou que buscassem o reconhecimento da profissão.

Com o objetivo de encampar mais essa batalha, além da ABESS e ABAS, assistentes sociais liderados por Maria Augusta Albano que trabalhava como Chefe do Serviço Social no Instituto dos Bancários – IAPB, fundaram no Rio de Janeiro a Associação Profissional dos Assistentes Sociais – APAS que depois foi transformada em sindicato. As APAS se ramificaram por todo o país e em 1957 o Serviço Social foi reconhecido como profissão através da Lei 3252/1957. A partir do reconhecimento, deu-se a necessidade de se criar o Conselho Federal dos Assistentes Sociais – CFAS e os Conselhos Regionais dos Assistentes Sociais – CRAS, enquanto órgãos de inscrição obrigatória e fiscalização para o exercício da profissão. Como a inscrição gerava a mensalidade de caráter obrigatório, o CFAS e os CRAS tinham condições de se manter ativos em todos os Estados, o que no decorrer dos tempos inviabilizou a continuidade da ABAS que foi avaliada como cumpridora

de seu papel. A última presidenta da ABAS entregou todo o arquivo do órgão ao Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social – CBCISS.

2.1.4 As primeiras Organizações Internacionais

Em 1922, um grupo de Escolas de Serviço Social da Bélgica, da França e da Alemanha fundaram a União Católica Internacional de Serviço Social – UCISS, que influenciou as escolas do Brasil e da América Latina por anos e foi oficializada no 1º Congresso Mundial de Serviço Social que aconteceu em, 1925 em Roma – Itália.

Em 1928, em Paris, foi fundada outra organização chamada Conferência Internacional de Serviço Social – CISS, por René Sand, em reação à UCISS, a organização teve escritório em vários países e pelo caráter não religioso, tornou-se mais atuante que a UCISS. No Brasil o Comitê da CISS ficou conhecido pela sua sigla CBCISS. Nesta Conferência Sir Percy Alden definiu o Serviço Social como:

Serviço Social é o conjunto dos esforços visando minorar sofrimentos oriundos da miséria (assistência paliativa), recolocar os indivíduos e famílias em condições normais de existência (assistência curativa), prevenir os flagelos sociais (assistência preventiva) e melhorar as condições sociais e elevar o nível da existência (assistência construtiva). Conceitos e Definições do Serviço Social (p. 4).

A partir de 1955, um parceiro do CBCISS no Brasil começou apoiar financeiramente as ações, foi o Serviço Social da Indústria – SESI, e juntos organizaram Seminários de Teorização e Metodologia do Serviço Social, além de publicar a revista “Debates Sociais” com inúmeras publicações.

Na América Latina e no Brasil o desenvolvimento da profissão se deu através de escolas Católicas, mas a ABESS e ABAS não eram ligadas à igreja, aceitando como associadas escolas de Serviço Social sem vínculo religioso, por esse motivo a ABESS não poderia ser filiada à UCISS que tinha escritórios em vários países da AL, inclusive em São Paulo, somente as escolas católicas de forma individual puderam se filiar à organização. Os congressos da UCISS aconteciam a cada 4 anos e eram muito concorridos.

Houve alguma pressão por parte de entidades religiosas para que ABESS e ABAS mudassem seus estatutos para “Associação Católica”, mas a despeito da exigência das organizações internacionais, a ABESS e a ABAS se mantiveram firmes e, declinaram todas as investidas para a mudança, permanecendo no terreno da laicidade. Muitos desses declínios foram em respeito aos assistentes sociais que não eram mais hegemonicamente católicos à época.

Na época a dirigente da ABAS, Sra. Balbina, acreditava que mudar o estatuto iria deturpar a finalidade da instituição, além se restringir as possibilidades de atuação com novos quadros da sociedade que tinham interesse na nova profissão.

Por conta da exigência da UCISS na filiação, sua atuação tornou-se cada vez mais restrita. *“Acho que o estudo da história do Serviço Social é uma maneira de ajudar uma reconceituação lógica e objetiva. É pelo estudo das experiências passadas que podemos planejar melhor nossas experiências futuras”*. Balbina Ottoni Vieira (1983, p. 63).

2.2 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, segundo sua definição no site da organização é uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação no país. Tem por princípios a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

A ABEPSS foi criada em 1946, exatamente 10 anos após a criação do primeiro curso de serviço social no Brasil, a priori foi denominada de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS.

Porém, na Convenção de 1979 após o Congresso da Virada, assume a tarefa de articular e coordenar o projeto de formação profissional com vistas a dar suporte a nova configuração teórica vinculada ao movimento crítico que emergiu na profissão, para tanto se torna a ABEPSS.

Outro fator que corroborou nesse processo foi a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais – CEDEPESS na década de 1980 atendeu às necessidades do surgimento dos Programas de Pós-Graduação a partir de 1972 e que também foi fundamental para a consolidação da ABEPSS.

Em 1982 é aprovado o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social brasileiros e *“significou a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social”* que a categoria aprovou em Assembleia no ano de 1996. Esse Currículo Mínimo é parte do movimento que também culmina no Código de Ética de 1986 e ambos representaram uma profunda renovação *“daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social”* (CFESS, 1996, p.176).

Para a ABEPSS, o centro da revisão curricular de 1979/1982 foi a conexão da formação com a realidade brasileira em um momento de redemocratização e ascensão das lutas dos trabalhadores. Boschetti e Bonfim (2009). E nos esclarece Pinto (2014, p. 673) sobre a qualidade trazida para o curso de Serviço Social por essa proposta construída na década de 1990, conseqüentemente para a profissão e a sociedade, como expressa em seu site:

A formação profissional, construção coletiva da categoria, sintetizada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nos permite estar em melhores condições para formar com capacidade de responder a essa dura realidade e aos desafios centrais que envolvem diretamente: a interlocução e o estreitamento de laços com os movimentos sociais, autônomos e classistas, que organizam a luta pelo projeto de educação e que possam contribuir para a emancipação da classe trabalhadora e reforçar a democracia, como condição de uma nova sociabilidade, em que os direitos sejam universais e públicos; intensificar a formação profissional, consonante com o projeto profissional, dando maior densidade à capacidade de apreensão da realidade, seus determinantes estruturais e seus vínculos com a condição de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade de elaboração de estratégias de intervenção profissional; despertar a compreensão da necessidade de organização como sujeito social na vida profissional, fomentando a organização política para enfrentar a atual condição de trabalho e as condições do exercício profissional, que, em geral é determinado pelo autoritarismo institucional e pelo novo modelo de gestão dos espaços públicos.

Para Boschetti e Bonfim (2009) as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social foram protagonizadas pela ABESS, hoje, ABEPSS em decorrência do amplo processo de debates que a entidade promoveu e que foi capilarizado para todo o território nacional a partir das atividades regionalizadas nas UFAs “... *foi, portanto, um produto coletivo, construído pelos (as) assistentes sociais brasileiros (as), a partir de 1993, ano no qual a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982*”. O processo foi conduzido de forma tão orgânica e competente que o Serviço Social foi o único curso que havia construído nacionalmente sua proposta curricular quando o MEC a exigiu, após a aprovação da LDB, acrescentaram as autoras.

A partir de 1994 a entidade coordena a revisão curricular a qual trataremos na sequência da pesquisa, e, segundo informações da própria entidade, a partir de 1996 torna-se ABEPSS quando incorpora o CEDEPSS, união que buscou fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional; articular graduação e pós-graduação; fortalecer a natureza científica da entidade; dar maior organicidade à pesquisa, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis publicada pela entidade.

Em 1999 uma Comissão de Especialistas formada pelas assistentes sociais e docentes Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Vilela Iamamoto e Mariângela Belfiori Wanderley aprimoram as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

A forma de vinculação à entidade indicada no site, ou seja, a forma de associação é institucional ou individual. Associados institucionais são – Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social (UFAs) presenciais; ou são associados individuais, segundo seu estatuto. O compromisso das instituições associadas é: “... *conduzir a processo formativo do serviço social brasileiro expressos nos princípios do atual Código de Ética dos Assistentes Sociais, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e em sua Política Nacional de Estágio*” e dos associados individuais é compartilhar dos princípios e plataformas de lutas.

A ABEPSS a partir de seu compromisso formativo, realiza eventos (encontros, fóruns e oficinas), organiza publicações como a Revista Temporalis e Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), além de promover a cada dois anos o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, além de zelar pela Política Nacional de Estágio – PNE e atuar na defesa das Diretrizes Curriculares para curso de Serviço Social.

A ABEPSS, o Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social – CFESS-CRESS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO compõe o coletivo que efetiva o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. A entidade é filiada a ALAEITS na América Latina, na qual a entidade brasileira tem procurado contribuir na perspectiva de defender os princípios do projeto fundador da ALAETS/ CELATS, calcado nos ideários do Movimento de Reconceituação, na perspectiva de avançar no reconhecimento da situação da formação profissional na região, traçando parâmetros comuns num futuro próximo, como apontam Bosquetti e Bonfim (2009).

Esse patrimônio da profissão composto pelo conjunto CFESS-CRESS, ENESSO e ABEPSS consolidado e alinhado com o serviço social crítico sustenta a direção e as lutas da categoria e se expressa na robustez da práxis demonstrada pelo serviço social ao longo das últimas décadas, como Elpidio (2013, p. 116) destaca: “.. *o acúmulo crítico e o esforço de gerações profissionais que expressam o caráter de construção coletiva e militância do Serviço Social brasileiro, que forma o legado crítico da profissão nos últimos 30 anos de intenção de ruptura da categoria com o conservadorismo*”. E essa construção de estrito vínculo com a base teórica crítica e seu alinhamento com a formação tem a ver com esse novo compromisso profissional, como aponta Netto (p. 04):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções,

formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, o que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Netto A Construção do Projeto Ético-Político do SS

Um dos desafios postos a entidade, segundo site da organização é acompanhar a implantação das DC nas UFAs associadas, com a proposta de atingir docentes de cursos de serviço social através de formação continuada como instrumento necessário e urgente para que a implementação das Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes, a premissa de levar a toda a categoria essas bases formativas adensam a atuação da ABEPSS, como Boschetti e Bonfim (2009) trazem: *“Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido exatamente esta: o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e no nível nacional”*.

Para tanto, a ABEPSS promove e propicia uma série de ações como: oficinas, visitas às UFAs, eventos, encontros, os GTPs e o ABEPSS Itinerante.

Em relação aos eventos promovidos pela ABEPSS, no decorrer da década de 1990, destaca-se a consolidação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS e as Convenções Nacionais, hoje Assembleias Gerais da ABEPSS, que são realizados de dois em dois anos. Tornaram-se fundamentais espaços de articulação também as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, como espaços intermediários de capacitação e realização do debate político-acadêmico.

Existe a tarefa assumida pela ABEPSS em acompanhar a implantação das DC e da PNE tendo em vista o galopante processo de precarização de ensino a partir da abertura do direito à educação para o mercado, sobretudo o internacional. A própria entidade demonstra preocupação com a situação atual da educação superior no Brasil quando aponta que *“... nesse cenário regressivo de direitos e de grande inserção do capital financeiro na educação, o que tem promovido um amplo processo de precarização da formação e do trabalho profissional. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes, discentes e supervisores de campo de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social.”* O que reafirma Irineu, Lemos, Álvaro e Fortuna em (2020, p. 07): *“Com os acúmulos coletivos da entidade de natureza acadêmico-científica que é a ABEPSS, temos trabalhado incansavelmente na defesa da formação profissional, não dissociando-a do trabalho profissional e na defesa do Serviço Social como área de produção do conhecimento no contexto das Ciências Humanas e Sociais comprometidas com as lutas*

emancipatórias”. Ou seja, dissociando a vinculação com o projeto mercantil educacional e reafirmando nosso projeto profissional, como Azevedo e Sarmiento trazem (2007, p. 86):

Importa registrar que esse projeto ético-político está relacionado com determinadas escolhas teóricas, éticas e políticas da categoria, que compreendem expansão dos direitos sociais e a afirmação das necessidades sociais de direito público por meio da universalização dos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, porém essa direção está situada em uma sociedade de classes historicamente contraditória e excludente.

Em 2010 a ABEPSS cria os Grupos Temáticos de Pesquisas – GTPs para avançar nas possibilidades dessa formação comprometida com os princípios éticos do Serviço Social e em 2012 a ABEPSS aprova a Política Nacional de Estágio.

Por esses motivos, colocam Bosquetti e Bonfim (2009), é que também se insere a PNE como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social e como importante componente curricular de síntese teórico-prática, remete às questões centrais que compõem a implementação das Diretrizes Curriculares e que está designada a partir da lei 11.788, de 25/09/2008 a qual motivou a resolução do CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Ainda apontam que a construção coletiva da PNE está inscrita na dimensão da defesa de um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos e na perspectiva da emancipação humana, num momento em que ampliam-se os cursos EAD que precarizam o processo de formação.

E o que mais chama a atenção das discussões trazidas pelas autoras foi a alteração pelo Ministério da Educação das Diretrizes da ABEPSS, aprovada pelo CNE em 2001 retirando princípios e conteúdos fundamentais, especialmente no tocante à direção social e ético-política do perfil profissional que definimos coletivamente.

A ABEPSS produziu uma pesquisa avaliativa de 2005-2007 sobre a “Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil” apontando os desafios que se colocavam às entidades e à categoria.

2.2.1 As Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS

As orientações da ABEPSS, seguindo o histórico do documento final da entidade, quando das Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social que foi aprovada com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996

no Rio de Janeiro – RJ, teve um processo que iniciou-se em 1994, ano posterior a promulgação da Lei 8.662/1993 que Regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil.

Na ocasião, as Instituições de Ensino Superior – IES que ofertavam o curso de Serviço Social, participaram de um amplo e sistemático debate a partir da XXVIII Convenção Nacional da ABESS que aconteceu em Londrina – PR em 1993 e deliberaram sobre os encaminhamentos para a Revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982.

A entidade angariou os esforços do CEDEPSS, que articulava a Pós-Graduação em Serviço Social para que juntos pudessem garantir a organicidade e potência necessárias nas discussões das propostas, para tanto contaram com o apoio do CFESS-CRESS e da ENESSO, na mobilização da categoria de discentes. O resultado foram aproximadamente 200 oficinas em 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 2 nacionais onde o debate se tornou amplo e intimamente ligado à realidade do Serviço Social e o projeto profissional ao qual se vinculava.

O processo foi dividido em dois momentos. No primeiro, foram avaliados os impasses e tensões que obstaculizavam a formação na perspectiva contemporânea e com qualidade e a partir deste levantamento diagnóstico foi aprovado em dezembro de 1995 em Recife – PE a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional com pressupostos, diretrizes, metas, núcleos de fundamentação.

Em 1996 houve a continuidade e o aporte do trabalho de assessoria com consultores que apresentaram o documento *“Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”*. Consolidaram em 6 documentos regionais e elaboraram a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, aprovada na II Oficina de Formação Profissional e em Assembleia Geral da ABESS em novembro do ano.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394) tornando oportuno o processo de normatização e definição das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito na nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente a reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABESS 1996, p. 04)

E, desta forma, a proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação. Contudo, Yamamoto é elucidativa quando apresenta (p. 48-49) que todo esse movimento tem bases sólidas, alcance e nessa perspectiva estabelece compromissos com sua base legal e teórica, bem como com a formação de seus quadros:

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais, o projeto os ultrapassa porque é dotado de “caráter ético-político”. Ele permite elevar esse projeto a uma dimensão de universalidade e estabelece um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teologia e da liberdade na práxis social.

Considerando que o Serviço Social está baseado nas relações sociais de uma sociedade de classes em movimento, assim a profissão também tende a sofrer a repercussão das transformações, como nos aponta Netto (1996, p. 89): *“Nesse sentido, as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ideo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais”*.

Assim sendo, na formação a partir dessa nova proposta profissional expressa no documento, considera os seguintes pressupostos:

- 1 - O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2 - A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3 - O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4 - O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

Segundo ABEPSS 1996, os Princípios e Diretrizes da Formação Profissional estabelecem uma base comum, no plano nacional, e a partir deste, é elaborado o Currículo Pleno de cada IES. Os Princípios que fundamentam a formação profissional de assistentes sociais, segundo as Diretrizes Curriculares:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos com máximo de quatro horas aula diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõe a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional

Nas DC se dão os elementos para a capacitação das três dimensões do Serviço Social, sendo a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de aprender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação crítica na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

Essa nova lógica curricular se aporta num ensino e aprendizagem que consideram a dinâmica da vida social que está em constante movimento e na qual serão inseridas/os profissionais em instituições públicas ou privadas, e prima pela reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social.

A direção deste projeto formativo aponta para a organização de conjuntos de conhecimentos indissociáveis em Núcleos de Fundamentação, sendo:

- 1 - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- 2 - Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.
- 3 - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Segundo a ABESS, essa formação "constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades".

As DC de 1996 da ABEPSS apontam que os núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho da/o assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas.

Esta articulação favorece uma nova forma de realização de mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. Como Netto (p.13) pontua: *“Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional”*.

Essa proposta é entendida como um desafio político e uma exigência ética para o Serviço Social brasileiro. Contudo os referidos Núcleos trazem as respectivas ementas, segundo ABEPSS 1996:

Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social: Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação. O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos. 11

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise: - Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”. - A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade,

desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem. - O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas. - Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas. Estes conteúdos implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se: 12 - Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais. - Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996).

No que concerne às Matérias Básicas, segundo ABEPSS 2006, são as expressões de áreas do conhecimento necessárias a formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

As disciplinas se constituem como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período e com carga horária pré-fixada; os seminários temáticos são momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade; as oficinas/laboratórios são espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes utilizando diferentes formas de linguagem; as atividades complementares são constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção

científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. As matérias básicas propostas nas DC de 1996:

Sociologia: A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da sociologia como campo científico; as matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo. Ciência Política: A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica. 16 As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado. Economia Política: A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional. Filosofia: Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social. Psicologia: A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. Antropologia: A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais. Formação sócio-histórica do Brasil: A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo. 17 Direito: A construção das instituições de direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social. Política Social: As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho. Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do

Serviço Social: Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos. Processo de Trabalho do Serviço Social: O trabalho como elemento fundente do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio. Administração e Planejamento em Serviço Social: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil. Pesquisa em Serviço Social: Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores socioeconômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. Ética Profissional: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

“... os desafios impostos pela conjuntura reafirmam o projeto de formação profissional e o amadurecimento da ruptura profissional com o conservadorismo em todas as suas expressões, atualizando sua pauta e construção crítica em torno das lutas emancipatórias, ao mesmo tempo em que revisita e aprofunda os fundamentos demarcados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996”. Irineu, Lemos, Álvaro e Fortuna (2020, p. 12).

Ainda que as DC da ABEPSS sejam a referência assumida pelas instituições e pelo movimento intelectual da categoria que se mostra aguerrido desde a Virada do Serviço Social, as DC aprovadas pelo MEC sofreram alterações importantes e foram publicadas pelo órgão em 2002 e abriram portas para uma tecnificação na profissão principalmente a partir do Ensino à Distância – EAD que não está vinculado à ABEPSS e tem por obrigatoriedade cumprir apenas o que o MEC determina.

Contudo, o processo das DC de 1996 estão em nosso horizonte mesmo que as investidas neoliberais ataquem a construção de nosso ideário profissional, como Iamamoto (2014, p. 610) adverte: *“Reafirma-se a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores”.*

Essas diretrizes se referem ao “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade e do Serviço Social” e à “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão total da realidade social” (Abepss, 1996, pg. 06). Dessa forma, contribuem na elucidação dos desafios e das perspectivas presentes no cotidiano de trabalho dos/as profissionais, considerando os processos de produção e reprodução da vida social. Esse movimento dialético da realidade, numa perspectiva de totalidade social, possibilita apreender as relações étnico-raciais e o racismo estrutural como base fundante da vida social, o que é intendificado pela engrenagem de constituição e pelo funcionamento da sociedade de classes, fundada na ordem da acumulação capitalista. Não é possível desprezar que o tempo presente carrega as marcas da sociedade escravocrata e de um projeto colonialista que ainda persiste. Machado, Ferrugem, Santos (2021, p. 160-161)

2.2.2 Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social na Resolução 15 de 2002

Consta da Resolução do MEC que estabeleceu, após aprovação interna que as DC deverão orientar a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social e devem ser divididos em 6 tópicos: Perfil dos Formandos; Competências e Habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; Organização do Curso; Conteúdos Curriculares; Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares e por fim, orienta que a carga horária deve obedecer resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

O amplo e orgânico debate além do aprofundamento da categoria encampado e traduzido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS não foram aprovados na íntegra, mas isso não impediu o serviço social e suas instituições de assumir que estariam sempre no movimento para que as UFAs tivessem balizamento na proposta enviada pela ABEPSS que visa a qualidade do ensino no Serviço Social. Todavia, esse avanço só é possível visto a organização da profissão após a intenção de ruptura com o conservadorismo que está avançando numa direção, liderados por uma vanguarda intelectual consistente e consolidada que tem construído o que Elpídio (2020) aponta como um “processo de maturação intelectual e político da categoria” no intuito de “romper com a hegemonia conservadora de sua gênese”. Bosqueti e Bonfim (2009) analisaram que o cenário de avanço do capital em sua forma mais agressiva impõe aos Estados condições que atingem diretamente os direitos: *“E nesse período de intenso metabolismo destrutivo, no qual se esgota qualquer papel civilizatório do capitalismo, a super capitalização, como mercantilização universal é uma tendência avassaladora. A reação burguesa à crise do capital dos anos 70 se funda na super capitalização, sendo uma de suas dimensões a contrarreforma do Estado, na forma das privatizações”*. Portanto, o aligeiramento do ensino e sua vertente mais mercadológica sobrepôs qualquer intenção e investimento em

propostas que estivessem fundamentadas em valores, sendo que o “valor” /preço seria dado pelo mercado.

Os Estados nessa perspectiva neoliberal devem se apresentar como Estado Mínimo para os direitos e Máximo para o Mercado e, desta forma, o estado se torna o agente que indiretamente autoriza e incentiva o avanço de suas políticas para que o lucro seja garantido ao seu senhor, o mercado: *“O ímpeto do capital é valorizar-se sempre e a qualquer custo: do desperdício, da destruição do meio ambiente e no caso da contrarreforma do ensino superior, da qualidade discutível e o aligeiramento”*, destacam as autoras.

Todavia, esse processo desembocou na expansão desordenada da oferta de cursos na modalidade do EAD que atingiram a maioria das profissões e tem produzido um exército de reserva, inclusive no Serviço Social, como Bosqueti e Bonfim (2009) completaram: *“A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir um adestramento para as requisições de mensuração e gestão/controle dos pobres”*.

O que o cenário demonstra que a formação esperada para e pelo mercado e que, de certa forma o mesmo se encarrega em ofertar, é de profissionais de pouca capacidade para a resistência, acríticos e sem compreender esse processo ao qual estão inseridos, bem como a sua vinculação com o Projeto Ético-Político Profissional e seus princípios que continua em construção pelas entidades que defendem a categoria e a nossa formação. Esse é mais um dos motivos para a defesa de nosso patrimônio que se mostra denso e relevante e que combate o que Bosqueti e Bonfim (2009) identificam como: *“É a requisição estrutural de uma tecnocracia limitada ao preenchimento de cadastros e a realização de metas quantitativas em detrimento da qualidade do atendimento aos usuários. Tal requisição é elevada à enésima potência e respondida por uma universidade operacional”*.

A ABEPSS ainda tem avançado para que o Serviço Social brasileiro se aprofunde nas particularidades históricas das relações sociais que fundamentam a nossa realidade e, para tanto, tem sido protagonista de um debate profícuo que foi invisibilizado pela profissão até meados dos anos de 1990 que é o debate das relações étnico-raciais. Adiante, por ser alvo da pesquisa, trataremos do percurso da entidade até os dias atuais no que concerne as propostas de avanço em estudos e pesquisas, bem como as propostas para que o Serviço Social esteja alinhado com a nossa realidade histórica de país que escravizou corpos negros por quase quatrocentos anos.

2.2.3 O Grupo Temático de Pesquisa: Relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades das ABEPSS

O Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs, são as instâncias da ABEPSS que produzem e avançam nos debates fundamentais para ampliar a qualidade da oferta do ensino em serviço social.

A priori o GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, devido a especificidade de cada ênfase possui ementas individuais, sendo: 1) Sexualidades, identidades de gênero e direitos; 2) Relações patriarcais de gênero e raça; 3) Relações étnico-raciais e desigualdades/Antirracismo e Serviço Social; 4) Feminismos e Serviço Social.

Destes, destacamos as ementas 2 e 3 que atuam na pesquisa das relações étnico-raciais, sendo:

2) Relações patriarcais de gênero e raça: Divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo, sistema capitalista patriarcal e racista, violências sexistas e racistas contra mulheres nos espaços públicos e privados.

3) Relações étnico-raciais e desigualdades / Antirracismo e Serviço Social: Raça/etnia, racismo e capitalismo. Teorias raciais e pensamento social da formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. O Movimento Negro e suas múltiplas formas de resistência e organização. Movimento de Mulheres Negras e o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbohomotransfobia no Brasil: a contribuição do feminismo negro. Políticas públicas de equidade. Ações afirmativas no Brasil. Questão social e questão étnico-racial na formação profissional e no exercício profissional.

A ABEPSS alimenta seu site com os relatórios dos GTPs para dar publicidade ao processo de construção e avanço acerca dos trabalhos desenvolvidos.

Sendo assim, no espaço dedicado ao GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, localizamos três importantes documentos que apresentam o percurso e o acúmulo acerca do debate e das proposituras sobre a questão étnico-racial na formação do serviço social.

O Relatório e Planejamento do GTP biênio 2013-2014, apresenta que o grupo foi criado em dezembro de 2010 durante o XII ENPESS, no Rio de Janeiro “... *com uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social*”. E expõe que: “*Este GTP tem como propósito propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social*”. Ou seja, no primeiro quadriênio após a criação do GTP o mesmo já apresentou avanços significativos no debate.

O Relatório ainda aponta que no Colóquio do GTP realizado no ENPSS de 2012 foram apresentadas pesquisas sobre as ênfases e o debate sobre a inclusão nas grades curriculares dos cursos de graduação em serviço social.

No CBAS de Águas de Lindóia/SP houve discussão com a pauta: 1) Divulgação e Avaliação do GTP; 2) Divulgação do Seminário Nacional a ser promovido pelo GTP; 3) Discussão da Chamada para Envio de Trabalhos para a Revista *Temporalis* nº 27, - publicada em agosto de 2014 na temática do GTP. Relatório e Planejamento do GTP biênio 2013-2014 (p. 05-06). E na ênfase Raça/etnia foram apresentadas as construções e propostas:

No período de 2010-2012 a ênfase de raça/etnia realizou dois eventos importantes, a saber: O Seminário intitulado "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade e as Experiências Acadêmicas: Um desafio?", ocorrido na UERJ, organizada pelo Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro- Americanos PROAFRO/UERJ, em conjunto com a Comissão de Gênero e Etnia e Diversidade Sexual (GEDES) do CRESS RJ, em 2012, assim como o encontro PRE- ENPSS organizado pelo Grupo de Estudo das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social (GERESS) em São Paulo, sob a coordenação de Maria José Pereira (Majo), no mesmo ano. A partir de setembro de 2013, o GTP sob a coordenação da Profa. Dra. Elisabete Aparecida Pinto, estabeleceu como proposta iniciar as ações criando um espaço virtual. Instalada no Centro de Pesquisa Afro-Orientais (UFBA)- espaço de funcionamento do NEPGREG - Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Raça, Etnia e Geração- a coordenação do GTP fixou-se naquele local. Em 11 de outubro de 2013 foi realizado o Seminário Mortalidade Materna e Aborto: a perspectiva étnico-racial e de gênero. Além dessas ações, foi realizada pesquisa denominada A questão étnico-racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro. O projeto foi construindo no âmbito do Programa Permanecer/ UFBA vinculado a Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e contou com três bolsistas para atender às seguintes ações investigativas: plano 1 – O estado da arte: as agências de ensino federais trabalhando com a questões étnico-raciais, 2 – Raça-etnia: Esses projetos têm formulários próprios com o mínimo de exigência para preenchimento e aplicação. núcleos de pesquisa em serviço social dos programas de pós-graduação, 3 – Produção de conhecimento: potencializar e o acesso a formação e à informação. A pesquisa contou com duas tutoras assistentes sociais: Cláudia Isabele dos Santos e Juliana Marta de Oliveira. Juliana Marta supervisionou duas bolsistas as quais se responsabilizaram pela feitura do site, bem como pela aplicação de questionário online nos cursos de serviço social das IFES. Os dados encontrados foram baseados na análise dos projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementas das disciplinas. Como contribuição, diante do exposto, sugerimos que a ABEPSS encaminhe amplamente a discussão política e teórica no campo da formação com as IFES, em caráter de urgência, referente à inclusão da temática étnico- racial nos currículos do curso de serviço social de forma transversal em consonância com a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008. A Lei - 10.639 que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá a outras providências. Também, enfatizamos o parecer CNE/CP 003/2004 e a resolução CNE/CP 01/2004 que conforme a Haddad e Santos (2009) "são instrumentos legais que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto as suas atribuições", as quais se operacionalizam no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O referido Plano estabelece as atribuições das instituições de ensino superior estimulando uma nova sociabilidade para professores, funcionários e alunos.

Segundo o Relatório, o GTP também tem dado atenção a compreensão mais aprofundada entre o marxismo e o racismo, tema ainda pouco relevante na produção acadêmica e que motivou o GTP a realizar entrevistas com profissionais das áreas das ciências humanas que se debruçam de alguma forma na discussão entre marxismo e racismo.

As propostas gerais tiradas no Colóquio indicavam a necessidade de orientação dos cursos de serviço social em todo país para a inclusão de disciplinas tendo base nas ênfases do GTP, sendo deliberado:

1. Sugerir na Assembleia da ABEPSS a inclusão de uma disciplina obrigatória no currículo do Serviço Social, que verse sobre as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração. Essa proposta foi encaminhada e a Assembleia a aprovou com unanimidade.
2. Promover um curso de formação em parceria com CFESS/CRESS, UFAs sobre as relações sociais de gênero, sexualidade, raça/etnia e geração. Essa proposta vem sendo pensada nos moldes do Projeto Ética em Movimento e será apresentada ao CFESS e ABEPSS para ser operacionalizada.
3. Dar prosseguimento ao estado da arte e levantamento dos grupos de pesquisa sobre as ênfases do GTPs.
4. Criar uma página no facebook. Proposta já efetivada, cuja página é: <https://www.facebook.com/groups/1546500775567398/?fref=ts>
5. Promover um Encontro/Seminário do GTP
6. Estimular a relação do GTP com movimentos sociais
7. Fortalecer a comunicação e o diálogo entre as ênfases

Identificamos, portanto, que desde o primeiro quadriênio do GTP da ABEPSS houve a indicação para as UFAs se organizarem para implantação de disciplinas que atendessem uma proposta de educação para as relações étnico-raciais e ainda com a referência de que estivessem na grade em momento anterior ou concomitante ao período obrigatório de estágio, quando alunas/os entram em contato com a população usuária dos serviços que assistentes sociais supervisoras/es se vinculam. Ou seja, há quase uma década a ABEPSS já pressupõe esse avanço para a formação profissional a partir do acúmulo do GTP.

As Propostas de ação para ênfase de raça/etnia realizadas no Colóquio:

Dar continuidade ao projeto: A questão étnico-racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro. Mapeamento dos núcleos de pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil. Realização de vídeos: Relações Étnico-raciais e o marxismo, 2) Políticas Públicas com recorte de gênero e raça, 3) Formação Profissional e Serviço Social, 4) Trajetórias de Mulheres Negras no Serviço Social e 5) A produção do Conhecimento em Serviço Social e a questão étnico-racial. Realizar um levantamento dos TCC's escritos sobre o tema (raça/etnia) escritos no âmbito do Serviço Social. Produção de uma publicação específica sobre serviço social e racismo. Estimular articulação entre o GTP e as comissões de gênero e etnia dos CRESS da federação Construção do estado da arte da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia e classe no âmbito do serviço social, nos cursos de graduação e pós graduação brasileiros. Provocar reflexão no âmbito da ABEPSS sobre o ensino (graduação e pós-graduação) das relações raciais e étnicas, no currículo dos cursos de Serviço Social, com base nas Leis 10639/2003 e 11645/2008, na Portaria 01, de 2004 do CNE. Sobre esse tema

devemos garantir uma mesa no ENPESS, pois o mesmo tem suscitado debate, inclusive pelas comissões de avaliação de cursos do MEC, que tem cobrado das unidades de ensino para o credenciamento de seus cursos. Segunda Edição do II Colóquio de Relações Sociais de Raça/Etnia e Serviço Social com previsão para 2016. Realização de curso de formação para docentes, discentes e assistentes sociais sobre a temática étnico- racial e serviço social, em conjunto com as demais ênfases de GTP.

A Lei 10.639/2003 citada no documento, alterou a Lei 9.394/1996 que criou as Diretrizes e Bases para a Educação – LDB em âmbito nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em estabelecimentos de ensino fundamental e médio e acrescentando ao calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” e a Lei 11.645/2008 acrescenta ao texto os povos indígenas dando as mesmas condições dos grupos de terem sua história reconhecida e estudada.

Na Resolução nº 1 de 2004 o Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores com a previsão da inclusão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram Educação das Relações Étnico-Raciais considerando o cumprimento na avaliação do curso e tendo na resolução as orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica brasileira com a perspectiva de relações étnico-raciais positivas para construção de uma sociedade democrática.

O conteúdo da Resolução ainda aponta que os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras devem incentivar e criar condições materiais e financeiras para viabilizar o proposto na norma, bem como com as pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza juntos aos povos indígenas, cabendo as coordenações pedagógicas o aprofundamento de estudos e a possibilidade dos estabelecimentos de ensino estabelecer canais de comunicação com grupos e espaços que sejam partícipes da temática. Acrescentam ainda que as instituições estejam atentas e combatam as práticas de preconceito, discriminação e racismo e trate este último como crime.

Ainda que prioritária para as instituições que formam professoras/es, a resolução não excluiu as demais formações no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, haja vista a constituição e organização da nossa sociedade que se funda e reproduz a partir

da hierarquização e exploração baseada em relações étnico-raciais assimétricas que sempre privilegiaram o segmento branco oriundo de invasores europeus que colonizaram essas terras e que continuam mantendo toda uma estrutura de desigualdade que favorece a branquitude em detrimento dos demais grupos étnico-raciais que compõe a sociedade mesmo após mais de um século do fim da escravização legal de pessoas negras neste país. Raimundo (2021, p. 188-189) apresenta o cenário encontrado por discentes:

As crianças e os/as jovens negros/as que conseguem acesso à educação tem que lidar com o racismo no interior das instituições. A mudança dessa realidade esbarra no racismo estrutural. Para Almeida (2018), o racismo estrutural não pode ser entendido como um ato isolado ou um contínuo de atos que sintetiza um acontecimento circunscrito às ações provenientes das instituições; é um processo consumado histórica e politicamente por um grupo que foi lançado à subalternidade, enquanto outros tem acesso à privilégios.

Essa vasta atuação do GTP da ABEPSS demonstrada no Relatório 2013-2014 foi de grande importância para subsidiar as ações que deram continuidade no percurso, com esse marco podemos compreender que as mudanças que chegam a discentes nos cursos de serviço social no Brasil passam por ampla e orgânica construção onde a base teórica também é maturada no processo.

O Relatório do GTP 2015-2016 localizado no site da ABEPSS demonstra que durante o período o grupo conseguiu avançar nos debates de suas ênfases e reforçar sobre a importância de os temas estarem mais presentes nos espaços profissionais, e que a ampliação dos debates tanto na academia quanto nos espaços de ações políticas da categoria atuou como propulsora para o futuro das ações do GTP.

A profissão aos poucos abandonou o discurso de que tais pontos eram secundários ante as análises que envolviam a relação capital versus trabalho, e trouxe-os como centrais para a compreensão das opressões e explorações empreendidas pelo próprio sistema capitalista. Além disso, provocou internamente as entidades (Conjunto Cfess/Cress, Abepss e Enesso), no sentido de que estas ampliassem suas ações políticas e acadêmicas, fortalecendo o exercício profissional e provocando um engajamento nas lutas em prol dos direitos de negros/as, LGTBs, mulheres, crianças e idosos, particularmente.

No documento Elpídio defende a tese que na base curricular formativa do serviço social a questão racial perpassa a formação da vida social assentada no modo de produção capitalista e todo o processo histórico de colonização e inserção tardia no capitalismo e aflora como força motriz repleto de contradições e do movimento real da classe que combina castigo e rebeldia, ou seja, deve estar presentes nos conteúdos dos três Núcleos de Fundamentação.

Desta forma, foi provocada uma agenda de atividades para o GTP, sendo: 1) elaboração de um curso de formação e capacitação sobre as quatro ênfases; 2)

participação em seminários e eventos sobre os temas; 3) mapeamento das produções teóricas em revistas e anais de congressos do Serviço Social; 4) construção de um documento sobre um componente curricular com os temas do GTP e por fim 5) a realização do Colóquio no XV ENPESS.

O Curso de Capacitação proposto pelo GTP seria realizado pela ABEPSS e tinha por objetivo *“contribuir com o fortalecimento dos princípios ético-políticos do Serviço Social. Estimulando a defesa contínua da renovação da profissão frente aos conservadorismos e afinada com a liberdade e com a eliminação de todas as formas de preconceito, opressões e explorações”* e seria oferecido em âmbito nacional e depois estaduais tendo como referência o CFESS-CRESS como realizado com o “Ética em Movimento” na formação de agentes multiplicadores.

Um fato de maior relevância foi a aprovação por unanimidade na Assembleia da ABEPSS realizada no XIV ENPESS na cidade de Natal-RN pela inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social que aborde temáticas das relações sociais de gênero, etnia/raça, sexualidade e geração na compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por essas relações:

Respeitando este encaminhamento o GTP elaborou uma minuta de um documento orientador aos cursos de graduação para a implementação das disciplinas. A minuta foi aprovada no Oficina Nacional da Abepss, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2015. Os pontos de destaque de tal documento foram: - A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. - A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. - O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. - Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e antiheterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros

A ênfase de raça/etnia do GTP também apresentou no biênio as produções das colaboradoras que tem influenciado o debate no serviço social, a saber: Marcia Eurico (FAPSS/SP) Roseli Rocha (IFF/FIOCRUS), Teresa Cristina Santos Martins (UFS) e Magali da Silva Almeida (UFBA). Os Desafios/Propostas apresentados no Relatório foram sistematizados para dar melhor andamento e resultados ao GTP e expostos ao debate:

- Ampliar o número de publicações nas ênfases de raça-etnia e sexualidades no Enpess (pretende-se provocar a abertura de editais específicos nas temáticas do GTP nas revistas de grande circulação do Serviço Social);

- Organizar um livro que contemple os textos das mesas e a análise do estado da arte, tendo como responsáveis as profas. Mirla Cisne, Bruna Irineu, Magali Almeida, Fernanda Marques e Gláucia Russo;
- Contribuir para a elaboração teórico-crítica nas temáticas do GTP a partir da relação intrínseca entre opressão/exploração;
- Ampliar e qualificar o Estado da Arte e fomentar pesquisas nessa direção;
- Divulgar e debater o documento que trata da orientação para inclusão do debate sobre a exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades na formação profissional dos/as assistentes sociais, com destaque para realização de uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio,
- Ampliar a relação do GTP com a ABEPSS itinerante e com os movimentos sociais;
- Realizar um Seminário e/ou Encontro entre os GTPs de Ética, Direitos Humanos e Movimentos Sociais;
- Garantir o debate das opressões/exploração em no mínimo uma mesa central do próximo Enpess;
- Articular com a direção da ABEPSS a execução do projeto de Formação;
- Criar um novo GTP sobre Geração e suas ênfases (aprovado na Assembleia Geral da Categoria, atividade Final do XV ENPESS, realizada em 09/12/2016)

Ao final foram definidos critérios para se estabelecer a Coordenação geral dos GTPs e quanto as deliberações aprovaram a desvinculação da ênfase de geração e criação do novo GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

Ao findar mais um biênio de atuação do GTP ficou mais evidente que não poderíamos mais ofertar no país uma formação que não reconhece as expressões oriundas especificamente das relações raciais fundantes da sociedade brasileira.

Referente a atuação dos GTP no ano de 2018, o Relatório apresentado no Colóquio aponta a realização de Seminário Temático 2017; reuniões do GTP ampliado; construção de Mesa para a Oficina Nacional de 2017 e a construção dos “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na formação em Serviço Social”, documento elaborado para orientar e balizar as propostas para que as UFAs superem a invisibilidade do ensino sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

As ações do GTP se mostram relevantes, visto que Correia (2020, p.124) indica a falta de informações sobre a temática “... *dentre os estudos que estão abordando a questão étnico-racial no Serviço Social, muito se debateu sobre a necessidade e a importância em se discutir a temática na formação e na produção intelectual, tendo em vista um exercício profissional qualificado. Alguns apontaram para a sua ausência, insuficiência, inclusive dados de análises evidenciaram a marginalização do tema*”.

A ABEPSS também relata outras ações como a elaboração da Nota 8 de Março; ampliação de publicação de livros sobre a temática; ampliação dos membros do GTP Ampliado; participação e organização em eventos acadêmicos e o aumento de trabalhos aprovados no ENPESS nas ênfases dos GTPs.

Como atividade contínua dos GTPs indica a ampliação e qualificação do Estado da Arte e fomentação de pesquisas nessa direção; levantamento de grupos de pesquisa nos temas que envolvam o GTP; apanhado da política de cotas dos cursos de graduação e pós-graduação e o fortalecimento dos grupos de pesquisa.

E as propostas ao final do Colóquio foram a criação de uma Rede de Pesquisa do GTP; a realização de um Seminário Nacional do GTP; Construção de um documento que subsidie o exercício profissional na temática de sexualidades e identidade de gênero e a ampliação da coordenação para o biênio 2019/2020.

Nesse momento, o acúmulo e os desdobramentos do GTP até pela publicação dos Subsídios já eram expressivos e indicavam a necessidade de as UFAs introduzirem a temática das relações étnico-raciais de forma mais explícita nas grades dos cursos de serviço social, enquanto além da ABEPSS as outras ações tanto do CFESS-CRESS quanto da ENESSO também indicavam a mesma direção.

2.2.4 Os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social da ABEPSS de 2018

Segundo os Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social da ABEPSS 2018, que foi elaborado com vistas a contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais no Brasil, a priori destaca-se a fundamentação teórica da profissão estar calcada na orientação marxista no “esforço pela apreensão da realidade” e com uma direção ético política vinculada às lutas da classe trabalhadora. Porém, como aponta Gonçalves (2018, p. 517): *“Mais que isto, desconsidera o estreito vínculo entre capitalismo e relações raciais. Assim, não estamos diante de um problema do negro, tampouco de um problema de natureza psicológica, mas de relações sociais capitalistas que, por meio da discriminação racista, impõem, em determinados setores da população ex-escravizada, o fardo mais pesado”*.

No documento *apud* Almeida (2018, p. 10), aponta que esse debate é um dos desafios postos à profissão que tem contado com o posicionamento de assistentes sociais negras desde a década de 1980, bem como a articulação com o Movimento Negro e que outros aspectos que também favoreceram o debate foram as legislações como a Lei 8662 que aponta entre os princípios do Código de Ética o combate a eliminação de todas as formas de preconceito.

Na mesma produção identificamos que em 2010 houve a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” o qual tinha por ementa – atualizada em 2016:

Raça/etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial. (ABESS 2016)

Esta ementa demonstra a propositura para que a questão étnico-racial deixe de ser invisibilizada e preterida por mais anos ou décadas no serviço social brasileiro, ademais, nossa formação sócio-histórica e o alicerce das desigualdades sociais do país possuem profunda relação com o passado escravista, onde as repercussões da exploração racial ainda permanecem nas relações sociais e de trabalho as quais identificamos a população negra como maior contingente formador da base da pirâmide social brasileira, é um passo fundamental como, Souza e Barbosa (p.01) destacam:

Enquanto especialização do trabalho coletivo, só pode ser entendida pelas relações sociais historicamente determinadas, as quais produzem necessidades sociais que dão significado à profissão (Iamamoto, 2011). Sendo assim, a (o) assistente social tem em sua prática profissional um caráter contraditório, pois atua mediando os interesses das classes sociais antagônicas... Portanto, conhecer a questão étnico-racial e suas expressões se faz necessário se desejamos constituir uma perspectiva crítica das relações sociais em toda sua multiplicidade.

O documento em questão foi apresentado no XVI ENPSS e deveria ter sido adensado pelas Oficinas articuladas entre as UFAs e a ABEPSS que estavam previstas para 2019, também foi aprovado na Oficina Nacional da ABEPSS no mesmo ano. Abaixo transcrevemos as informações solicitadas a serem coletadas nas UFAs para a continuidade de uma discussão com informações que seriam sistematizadas pelo grupo:

No Ensino de 2016 em diante:

- Disciplinas que comparecem no conteúdo étnico-racial (especificar se a natureza é obrigatória ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Disciplinas específicas - que prioritariamente do conteúdo (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Oficinas, laboratórios (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Como o tema é tratado na articulação com o Estágio Supervisionado.

Na extensão de 2016 em diante:

- Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da extensão universitária;
- Natureza das atividades, conteúdos, objetivos, público, metodologia, CH, periodicidade, bibliografia.

Na pesquisa e produção de conhecimento de 2016 em diante:

- Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da pesquisa e da produção de conhecimento;
 - Núcleos de estudos e pesquisas;
 - Pesquisas registradas (concluídas e em andamento);
 - TCC, dissertações e teses (título, UFA/Programa, autor, ano, palavra-chave);
 - Periódicos/temática/data/forma de acesso.
- Nas outras contribuições de 2016 em diante:
- Atividades complementares;
 - Ações afirmativas (graduação e pós);
 - Eventos regionais com a articulação com o conjunto CFESS/CRESS;
 - Eventos locais, regionais e nacionais promovidos pelas UFAS;
 - Articulação com movimentos sociais;
 - Documentos de orientação e notas.

Isto posto, identificamos o rigor da entidade em realizar levantamentos acerca da realidade do ensino ofertado pelas UFAs associadas no que tange à educação para as relações étnico-raciais no país. Apesar de não termos encontrado os resultados do levantamento é possível vislumbrar que a temática está em vias de ser introduzida em larga escala na formação do serviço social brasileiro.

Na Nota da ABEPSS em Defesa da Luta Antirracista publicada na Revista *Temporalis* (2020) a entidade recomenda às IES que estimulem o debate crítico sobre relações étnico-raciais como parte dos fundamentos do trabalho profissional, que estejam atentas aos efeitos do racismo na trajetória de estudantes, docentes e pesquisadoras/es pertencentes às populações historicamente discriminadas e que fomentem, no limite de suas possibilidades, nos cursos de graduação e pós-graduação, os projetos e iniciativas de produção de conhecimento que permitam conhecer aspectos ainda pouco discutidos desta expressão da “questão social”.

Na mesma edição da *Temporalis* 2020 Irineu, Lemos, Álvaro e Fortuna (2020, p. 07):

A construção coletiva e o adensamento da agenda teórico-política do Serviço Social brasileiro, no atual contexto, impõe desafios que tem sido enfrentados em articulação entre as entidades da categoria, o conjunto CFESS/CRESS, a ENESSO e a ABEPSS, com análise crítica e fundamentada visando a construção de mediações, no âmbito da formação e do trabalho, que qualifiquem a intervenção profissional em todos os âmbitos no tempo presente. Sabemos que ainda temos muito que avançar, mas destacamos que consideramos um salto qualitativo a continuidade das ações para enraizamento dos objetivos dos “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social”.

Esse documento produzido pela ABEPSS é um avanço na luta antirracista, sobretudo foi a bandeira de muitas pessoas negras que se posicionam há décadas para construir uma formação antirracista por sentir na pele o racismo e não aceitar dar continuidade e referendar o espaço da graduação com valores, história, saberes e epistemes apenas de bases brancas. Como Raimundo (2021, p. 188) elucida:

A pessoa negra, ao acessar o ensino superior, informa para a sociedade que trilhou um longo caminho de enfrentamento de um projeto educacional que não considerou seu corpo, seu território, a memória do seu povo. Ou seja, que, para chegar naquele

lugar, derrubou diversas barreiras, sua família precisou realizar esforços hercúleos, mas mesmo assim ainda terá de criar estratégias para se manter em um espaço de produção de conhecimento que continuará a negar a sua experiência enquanto sujeito negro.

2.2.5 Resistência e luta constante da ABEPSS

Os avanços nas políticas afirmativas eram uma realidade no país tendo em vista as possibilidades colocadas a partir do Estatuto da Igualdade Racial (12.288/2010), as reservas de vagas em cursos de graduação proporcionados pela Lei de Cotas (12.711/2012), as reservas de vinte por cento das vagas de concurso público federal a negros/as (12.990/2014) e as demais medidas adotadas no sentido de incrementar as políticas afirmativas no Brasil para corrigir distorções históricas. E a publicação do Ministro da Educação Aloisio Mercadante Oliva da Portaria Normativa de 11 de Maio de 2016 que dispôs sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação que previu os seguintes artigos:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas.

Art. 3º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação. Art. 4º O Ministério da Educação - MEC instituirá Grupo de Trabalho para acompanhar e monitorar as ações propostas nesta Portaria Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porém, com o avanço no neoconservadorismo que abriu caminhos para a eleição de um governo de ultradireita fundamentalista e racista no Brasil levou à suspensão da respectiva portaria revogada pela Portaria nº 545 de 16 de junho de 2020 pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub em seu último ato como ministro em mais um golpe racista contra a população que historicamente mais sofreu explorações e que há séculos encontra-se em desvantagem social no país.

Essa decisão nefasta fez com que a ABEPSS emitisse Nota na Revista *Temporalis* 2020 “*PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA N° 545/2020*” com a intenção de manifestar repúdio a mais esse ataque à educação superior considerando que os dados estatísticos

revelam o desigual acesso a direitos fundamentais de indígenas, negros e pessoas com deficiência alvo do ataque proferido a partir da portaria que com uma canetada cessou a luta de vários movimentos sociais por reparações históricas que avançaram nos anos 2000. A ABEPSS, evidencia na nota a política racista, discriminatória e capacitista da medida que tem por objetivo destruir os avanços democráticos e civilizatórios, bem como demonstra uma política excludente de fundamento em racismo institucional, finalizando com o pedido de revogação da mesma.

Outro posicionamento relevante da ABEPSS se deu através da *NOTA DA ABEPSS EM DEFESA DA LUTA ANTIRRACISTA* também na Revista *Temporalis* de 2020 que trouxe a preocupação com a violência racial no Brasil e no mundo que, segundo a nota se utiliza da narrativa da superioridade branca em relação aos “outros” sendo que nessa categoria, destacam que os corpos negros sofrem as diversas formas de violação dos direitos humanos, principalmente o direito à vida, considerando também o quanto essa narrativa autoriza a desumanização de corpos negros e indígenas tendo o genocídio em suas variadas expressões como resultado tanto no extermínio de suas culturas, a desvalorização e ou demonização de seus ritos religiosos, a expropriação e destruição ambiental de seus territórios e os assassinatos nas áreas urbanas ou rurais em comunidades quilombolas ou de povos originários. E completaram que na intersecção entre raça, etnia, gênero e classe social enquanto produtores da hierarquização entre indivíduos, o ônus do estigma da incapacidade intelectual, da moral rebaixada, da violência nata, das condutas desviantes e da hiper sexualização que recai sobre os corpos negros.

Desta forma, na Nota a ABEPSS reitera o compromisso no combate à todas as formas de opressão, como o racismo e recomenda as IES que estimulem o debate crítico sobre as relações étnico-raciais como parte dos fundamentos do trabalho profissional, que estejam atentas aos efeitos do racismo na trajetória dos estudantes, docentes e pesquisadores/as que pertençam a populações historicamente discriminadas e que fomentem, no limite das possibilidades projetos e iniciativas de produção de conhecimento que permitam conhecer aspectos ainda pouco discutidos desta expressão da “questão social”.

A ABEPSS tem demonstrado ao longo de sua história o compromisso com uma formação calcada nas legislações que fundamentam a profissão e nos princípios que o Serviço Social assumiu desde o Movimento de Reconceituação e que pretendem a superação desse modelo de sociedade que o capitalismo forja em sua reprodução cotidiana alicerçada em desigualdades. Como destaca Costa (2021, pg. 102):

Isso nos leva a à segunda reflexão: a revisão do currículo para a formação em Serviço Social. De modo algum levanto aqui a ideia de que apenas a educação será suficiente para eliminar o racismo como elemento da vida em sociedade. Tampouco que o Serviço Social terá condições de se constituir enquanto a única profissão antirracista no país. É por isso que afirmo a impossibilidade de o Serviço Social se fazer uma profissão única e completamente antirracista. Enquanto as relações sociais passarem pelo crivo da racialização, nenhuma profissão ou instituição estará livre do racismo. Por isso, não se trata de algo passível de extinção pela educação. Ainda assim, porém, não podemos abrir mão de uma formação acadêmica que reconheça a existência do racismo e que se mova para enfrentá-lo, inclusive no interior da profissão.

3.0 CAPÍTULO III

3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste estudo, é importante registrar que a trajetória da pesquisa foi combatida pela condição de saúde da discente que sofreu durante os anos de 2021 e 2022 um intenso processo de assédio moral no trabalho que culminou com seu adoecimento e afastamento das atividades laborais para tratamento. Tal evento trouxe vários prejuízos para a confecção da pesquisa, visto que a mesma teve afetadas sua concentração e capacidade cognitiva em decorrência do processo depressivo que vivenciou.

Ainda assim, buscou apoio na orientadora Profa. Dra, Maria Lúcia Martinelli e na coordenação do Programa Profa. Dra. Rachel Raichelis Degenszajn e Rosângela Dias Oliveira da Paz que com os préstimos profissionais da assistente de coordenação Sra. Andréia Fazekas Canhetti construíram e encaminharam documentos à Pró Reitoria de Pós Graduação da Universidade e conseguiram que as dificuldades apresentadas fossem consideradas com recursos que reverteram em dilações de alguns prazos.

A partir do exposto, a discente pode reconstruir a dissertação, acatando as sugestões da banca de qualificação e alinhando o objetivo de estudar a formação de assistentes sociais.

Assim senso, apresentamos a seguir o percurso metodológico da pesquisa.

4.1.1 Objeto e Objetivos

4.1.1.1 O Objeto de pesquisa é o racismo estrutural e as repercussões na formação superior em serviço social das primeiras décadas do século XXI.

4.1.1.2 Objetivo Geral: Compreender se a formação na graduação do serviço social oferta nas UFAs privadas uma educação para as Relações Étnico-Raciais.

4.1.1.3 Objetivos específicos: - Identificar se na proposta da grade curricular dos cursos de serviço social existem disciplinas com ementas e bibliografia que contemplem o ensino para as Relações Étnico-Raciais e de que forma são ofertadas; - Levantar se existem nos Projetos Pedagógicos das UFAs privadas que ofertam os cursos de serviço social no centro-oeste paulista os pressupostos para a formação de assistentes sociais para uma educação das Relações Étnico-Raciais.

4.1.2 Problemática e Hipótese

4.1.2.1 A problemática é se a graduação em serviço social forma, a partir da proposta pedagógica, profissionais capazes de compreender a desigualdade a partir de uma história de negligência, violência, omissão e proibição sobre o acesso da população negra neste país forjado por relações hierarquizantes e racistas e, reconhece na população negra formas de resistência e protagonismo frente aos processos ao qual foi submetida?

4.1.2.2 A hipótese é que as UFAs privadas não estão formando profissionais com uma educação voltada para as Relações Étnico-Raciais na qual o racismo seja problematizado a partir de uma proposta pedagógica crítica e explicitamente antirracista, como preconizam leis e documentos atuais.

4.1.3 Método e Procedimentos Metodológicos

4.1.3.1 O Método escolhido

As pesquisas embasadas em teoria consistente são fundamentais para desvelar as questões particulares da história e da realidade do Brasil. Sobre a importância da teoria Ianni (2003, p. 18) apontou:

É claro que a perspectiva teórica em que se coloca a análise estabelece às condições e as possibilidades da comparação. Seria possível dizer que cada teoria da realidade social implica não só a eleição de evidências como também a eleição de parâmetros lógicos de interpretação: dado e significado, descrição e análise, explicação e compreensão, parte e todo, sincronia e diacronia, quantidade e qualidade, passado e presente, singular e universal.

Portanto, os pressupostos teórico-metodológicos que iremos utilizar são da teoria de Karl Marx “Materialismo Histórico Dialético” que tem por premissa partir da realidade concreta para reflexão e análise, busca desvelar a realidade e aponta as contradições da sociedade em uma análise pautada na totalidade, como pontuou Kosic (1969, p. 45):

O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto – e, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. O método científico é mais ou menos eficiente segundo a maior ou menor riqueza da realidade – contida objetivamente neste ou naquele fato – que ele é capaz de descobrir, explicar e motivar. É notória a indiferença que certos métodos e tendências demonstram para com determinados fatos, em decorrência da incapacidade de ver, naqueles fatos, algo importante, isto é, o seu próprio conteúdo e significado objetivo.

4.1.3.2 Metodologia da pesquisa empírica

Destarte, a teoria marxiana ilumina os fatos, coloca em evidência a raiz do que se encontra no empírico e aporta no tema com a condição de fazermos a análise crítica da realidade, como Guiraldelli (2016, p. 120) expressou:

Ou seja, o fundamento delineador de um método essencial e radicalmente crítico, respaldado na ontologia marxiana, é aquele que parte das bases do movimento real, dos indivíduos reais, das condições materiais de existência, permitindo a elevação do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal e assim vice-versa e sucessivamente.

A escolha do método é uma escolha política no sentido de reafirmar a direção social e compromisso da pesquisadora, também pelo vínculo que demonstrou ter com o tema que moveu e trouxe a discente até esse lugar. Com isso, destacamos Guiraldelli (2016, p. 124) que citou: *“Por isso, o rigor do método está na apreensão da essência, de forma a apanhar a totalidade com suas múltiplas determinações”*.

Para tanto, a pesquisa foi organizada em capítulos para facilitar a compreensão e proporcionar um percurso no qual a pessoa leitora possa apreender as dimensões presentes numa análise sobre a educação superior enquanto formadora de profissionais de serviço social num país onde a sociedade é forjada num contexto de racismo estrutural, o que pode nos dar maiores condições de refletir sobre nossa atuação.

Sobretudo, esse trabalho será desenvolvido de modo a desvendar alguns aspectos da história do Brasil que podem fazer a diferença na forma como compreendemos e analisamos os dias atuais, pela relação, pela semelhança e pelo resultado que provocou. Isso pode mudar a formação de profissionais que atuam com a camada que vive nas condições mais precarizadas da sociedade. Ver o Brasil de outro ângulo, como lugar de ocorrência e perpetuação de invisibilidades, onde as violências pontuais e históricas são naturalizadas e banalizadas, pode ser um passo na direção à superação do racismo

entranhado em nossa sociedade. Portanto, para o constructo da pesquisa, utilizaremos de metodologia que segundo Guiraldelli (2016, p. 124):

A metodologia diz respeito ao conjunto de procedimentos, técnicas, meios e instrumentos utilizados nas sucessivas escavações do objeto, à luz de um método de análise, o que também implica direção baseada em uma finalidade. Sendo a pesquisa um arrefato humano e, por isso, caracterizada por uma natureza teleológica, ou seja, projetiva e orientada a um fim, observa-se que tanto no método, dos instrumentos e técnicas de pesquisa prevê uma intencionalidade e um objetivo previamente traçado.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi apontado na oportunidade da qualificação que uma pesquisa documental seria interessante, visto que os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação devem conter elementos que demonstrem o processo de formação profissional das/os discentes e, no caso do serviço social, mencionado que a trajetória da ABEPSS tem sido fundamental tanto nos apontamentos quanto as Diretrizes Curriculares, quanto no profundo debate em torno da Questão Étnico-Racial no Serviço Social.

Portanto, buscamos em Marconi e Lakatos (1990, p. 57): *“A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”*. Ou seja, nesta pesquisa, como utilizaremos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social, teremos uma pesquisa documental, como ainda destacam: *“Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno, ocorre ou depois. Utilizando essas três variáveis – fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas”*. Portanto, no caso desse estudo utilizou documentos escritos de fontes primárias contemporâneas.

No que concerne à metodologia, os caminhos da pesquisa indicam a organização do estudo que se inicia com a INTRODUÇÃO e segue em capítulos, sendo: **O CAPÍTULO I**, denominado como: A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA RAÇA E A REPRODUÇÃO DE RACISMOS, no qual apresentamos os aportes teóricos para realizar uma Breve discussão sobre “raça”, a Diversidade das características humanas e a classificação das raças, A Conferência de Berlim; As IDEOLOGIAS RACISTAS, a Eugenia à brasileira, A Democracia Racial e consolidação do racismo velado no Brasil, O Racismo como instrumento de perpetuação de privilégios; os ÍNDICES E INDICADORES SOCIAIS DEESCREVEM A REALIDADE DO PAÍS, Um projeto permanente de genocídio do povo negro e a Mulher Negra alvo da desigualdade brasileira Usando referências robustas de autores e autoras com lastro intelectual e reconhecimento nas temáticas e que tem produzido amplo repertório que trata sobre os temas, além de documentos atuais de institutos de pesquisa governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com vistas a embasar a questão étnico-racial no país e

após, introduzida a questão da formação e profissão do Serviço Social brasileiro quando apresentamos no **CAPÍTULO II**, denominado como: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, para apresentar como se deu A inserção do Serviço Social no Brasil, a Primeira Escola de Serviço Social do Brasil, As Instituições do Serviço Social no Brasil e As Primeiras Organizações Internacionais. Quando adentramos na fundamentação acerca da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, As Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social na Resolução 15 de 2002, o Grupo Temático de Pesquisa: Relações de exploração/pressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades da ABEPSS, os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social da ABEPSS 2018 e a Resistência constante da ABEPSS. Conteúdos baseados em documentos, normativas e leis que foram construídos pela profissão que tem em sua linha de frente todo o patrimônio político do Serviço Social em instituições respeitadas, consolidadas e legalmente constituídas. Usando de referências as maiores autoras e pesquisadoras do Serviço Social no Brasil, na América Latina e no mundo. **CAPÍTULO III** iremos apresentar o PRCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA com o Objeto, Objetivos Geral e Específicos, Problemática, Hipótese, o Método e os Procedimentos Metodológicos e, entrando na pesquisa empírica A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO-OESTE PAULISTA; A Busca pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Do centro-oeste paulista a busca pelos documentos da pesquisa empírica, A Região Administrativa de Bauru, Apresentação das Instituições de Ensino Superior, O Centro Universitário de Bauru e a União Norte do Paraná de Ensino, Apresentação dos cursos de Serviço Social das IES, O Curso de Serviço Social do CEUB, O Curso de Serviço Social da UNOPAR, os Destaques preliminares das propostas dos cursos e sobre a questão étnico-racial nos currículos dos cursos trouxemos a ANÁLISE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL, O Centro Universitário de Bauru – CEUB, a União do Norte do Paraná – UNOPAR e a ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS e por fim as APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS e as REFERÊNCIAS.

A questão étnico-racial no Brasil é a questão que dará a negros/as o acesso aos espaços negados por séculos no seio da sociedade brasileira e a discussão está na agenda do serviço social brasileiro do século XXI.

3.2 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO-OESTE PAULISTA

“As vulnerabilidades vivenciadas pela população negra são produtos da história criminosa da escravidão. Na atualidade, esta vive e sobrevive pagando a conta dos antepassados que não escolheram esse caminho de perversidade, atrocidades e acúmulos de desvantagens”.
Madeira e Gomes

3.2.1 Do centro-oeste paulista, a busca pelos documentos para a pesquisa empírica

A localização da nossa pesquisa empírica, parte do Estado de São Paulo, mais especificamente o centro-oeste paulista. O centro-oeste paulista em suma, além de compreender a região centro-oeste também abarca a região oeste do estado de São Paulo e contempla 05 Regiões Administrativas, sendo: Araçatuba, Assis, Bauru, Marília e Presidente Prudente.

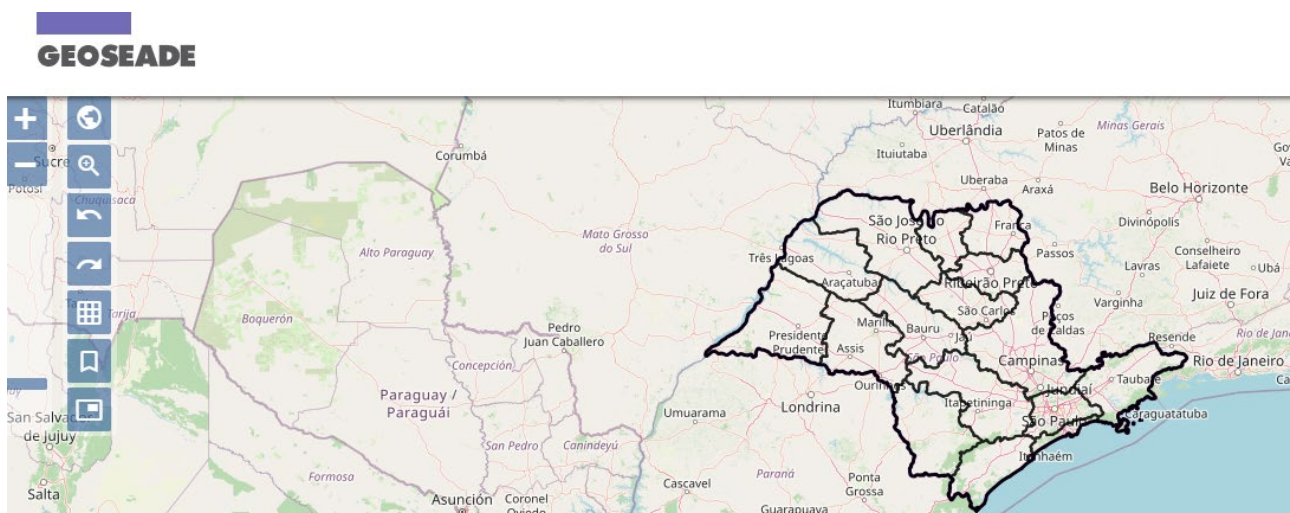


Imagem 1 – Mapa das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo SEADE

Considerando essa especificidade, ainda que não exista curso de graduação em Serviço Social em universidades públicas na região centro-oeste paulista, optamos por restringir a pesquisa às IES da Região Administrativa de Bauru que compreende as micro regiões de Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú e Lins que seria representativa para todo o centro-oeste paulista e outras regiões que não tenham IES de natureza pública que ofertem cursos de Serviço Social, ficando a cargo exclusivamente do mercado a formação destes profissionais.

Mesorregião de Bauru

- Microrregião de Avaré
- Microrregião de Bauru
- Microrregião de Botucatu
- Microrregião de Jaú
- Microrregião de Lins



Imagem 2 – Informações da Mesorregião WIKI

O Estado de São Paulo, após a invasão portuguesa foi rota para a interiorização do país, sobretudo com a intervenção das “Bandeiras” (expedições que conduziram o processo de interiorização e destruição de várias etnias indígenas). Mas a partir do século XIX começa a ter destaque no cenário nacional quando se torna referência na produção de café que de tão importante para a economia paulista foi chamado de “ouro verde” por muito tempo, como apresenta o IBGE (2023) quando destaca a história do Estado:

A virada aconteceu na passagem para o século XIX, quando as plantações de café substituíram as de cana-de-açúcar para ocupar o primeiro plano da economia nacional. A expansão da cultura do café fez com que as estradas de ferro se multiplicassem. O mesmo período também foi marcado pela vinda de imigrantes em massa para substituir a mão-de-obra nas plantações de café, com o fim da abolição da escravatura em 1888.

A escolha pela região para realização da pesquisa empírica, primeiramente deu-se em virtude de a pesquisadora residir no município de Bauru, mas principalmente, por não haver no raio de 300 km (rota rodoviária) nenhum curso de graduação em Serviço Social de natureza pública, ficando a cargo do mercado privado a formação de assistentes sociais na região.

3.2.2 A Região Administrativa de Bauru

Bauru é um município, segundo site da Prefeitura, com população: 364.562 hab. (SP: 18º) (IBGE 2014); apresenta vegetação de Cerrado e Mata atlântica; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M: 0,801 (SP: 20º), considerado “muito alto” (PNUD 2010); o Produto Interno Bruto - PIB: R\$ 6.795.517 mil (BR: 76º) (IBGE 2009) e o PIB per capita R\$ 18.906,42 (IBGE 2009). Tem destaque como polo de prestação de serviços, inclusive um Polo Educacional com várias Instituições de Ensino Básico e Superior, Universidades, Centros Universitários e Faculdades.

Segundo o site do “Desenvolve SP”, Bauru é uma cidade polo de uma região em que prevalece a atividade agroindustrial, como a produção de açúcar, álcool, setor de

calçados, máquinas, equipamentos, papel e celulose e a Região Administrativa – RA de Bauru tem 5 polos de desenvolvimento criados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, sendo: Alimentos e bebidas, Biocombustíveis, Couros e calçados; Derivados do petróleo e petroquímicos; e Papel, celulose e reflorestamento.

Após definição de que a pesquisa empírica seria embasada em Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em serviço social da região centro-oeste paulista, mais especificamente na RA de Bauru, tratamos de fazer uma busca nos sites das IES com o intuito de colher esses documentos que seriam posteriormente analisados conforme objetivos apresentados na metodologia do estudo.

A priori, levantamos os cursos de Serviço Social das IES na região e, identificamos:

- Faculdade GranTietê: localizada no município de Barra Bonita/SP, oferta a graduação em Serviço Social na modalidade presencial. Buscamos no site da IES o PPC, apesar da descrição detalhada na página virtual da Instituição de Ensino, não localizamos o documento do PPC para realizar a pesquisa.

- Anhanguera Educacional: a Universidade oferta o curso de Bacharel em Serviço Social nas modalidades presencial, híbrido e EAD com polos em várias localidades, inclusive no município de Bauru/SP. A busca pelo PCC foi realizada no site da IES e não localizamos o documento da UFA.

- Universidade Paulista (UNIP): a Universidade oferta o curso de Bacharel em Serviço Social nas modalidades semi presencial e EAD com polos em várias localidades, inclusive no município de Bauru/SP. A busca pelo PPC foi realizada no site da IES e, não localizamos o documento da UFA.

- Centro Universitário Sudoeste Paulista (UNIFSP): localizado no município de Avaré/SP, oferta graduação em Serviço Social na modalidade presencial. Buscamos no site da IES o PPC, mas não localizamos o documento para realizar a pesquisa.

- Associação de Ensino de Botucatu (UNIFAC): localizada no município de Botucatu/SP, oferta a graduação em Serviço Social na modalidade presencial. Buscamos no site da IES o PPC, mas não localizamos o documento para realizar a pesquisa.

- Centro Universitário de Lins (UNILINS): localizado no município de Lins/SP, oferta a graduação em Serviço Social na modalidade presencial. Buscamos no site da IES o PPC, mas não localizamos o documento para realizar a pesquisa.

Consideramos termos localizado nos sites das IES os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário de Bauru – CEUB e da União do Norte do Paraná – UNOPAR, informamos que serão os analisados na pesquisa.

3.2.3 Apresentação das Instituições de Ensino Superior

3.2.3.1 O Centro Universitário de Bauru

O Centro Universitário de Bauru – CEUB é mantido pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, criada em 25 de outubro de 1950 e registrada em 02 de maio de 1956, localiza-se à Praça 9 de Julho n° 1-51, Vila Pacífico, em Bauru – São Paulo.

Segundo o PPC, a missão do CEUB é: *“oferecer ensino/aprendizagem que capacite seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade” e, “para alcançar seus propósitos promove educação superior que contribui para a formação de cidadãos críticos, investigativos, com formação humanística e visão interdisciplinar capazes de identificar as principais questões de sua área, apontando soluções, de forma eficaz”.*

Ainda segundo o PPC indicam possuir para realizar sua missão:

... uma política de graduação e pós-graduação rigorosa e sólida, encontra-se articulado organicamente a um projeto de sociedade e de educação” e que a Instituição de Ensino Superior – IES: “preocupa-se em promover, de maneira integrada, o ensino superior (propiciando que o educando desenvolva-se como sujeito do processo educacional) para a capacitação profissional dos seus alunos e para atender às necessidades de demanda da área, a investigação de iniciação científica e intelectual, bem como a educação geral dos membros do seu corpo social, como meios de alcançar o desenvolvimento pessoal (projeto de vida) e da comunidade na qual os cursos estão inseridos, sobretudo, às relacionadas com a formação de um profissional ético, crítico e consciente diante da realidade brasileira e, especialmente, do município e da região. PPC p. 04.

O histórico demonstra que a IES iniciou suas atividades em 21 de abril de 1950 com a criação da Escola Técnica de Bauru com a oferta dos cursos de Química Industrial e Pontes e o de Estradas e Edificações. Focado no desenvolvimento educacional da região, o educador Antônio Eufrásio de Toledo conseguiu fundar em 1951 a Faculdade de Direito de Bauru; em 1952 teve os cursos técnicos reconhecidos pelo Governo Federal; em 1952 teve autorizado o funcionamento dos cursos de Educação Física e Técnico Esportivo; em 1959 fundou o curso de Ciências Econômicas e em 1960 o curso de Ciências Contábeis e pelo fundador em 1963 foi fundada a Faculdade de Serviço Social de Bauru. Também se preocupou com a especialização de egressos e do corpo docente, criando em 1968 o Centro de Pós-Graduação – CPG.

Durante seis décadas a ITE se consolidou com a oferta em Bauru/SP dos cursos oferecidos nas 3 Faculdades (Faculdade de Direito de Bauru, Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru e a Faculdade de Serviço Social de Bauru) e nos dias atuais contam

com 8 cursos de bacharel presencial, 3 cursos de tecnólogo presencial e 9 cursos de tecnólogo EAD, além de um Centro de Pós-Graduação que oferece cursos especialização, mestrado e doutorado.

A partir dos anos 2000 a ITE inicia seu processo de expansão, quando em 2003 solicitou o credenciamento do Centro Universitário de Bauru – CEUB fundindo as 3 Faculdades existentes, em 2004 conseguiu a autorização do MEC para a ampliação de 5 cursos através da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE e em 2006 colocou em funcionamento duas novas unidades da ITE nos municípios de Botucatu e Ibitinga, ambos no estado de São Paulo. Assim, o CEUB teve seus atos legais através da Portaria do MEC em 04/10/2010, publicada em 05/10/2010.

Nas Políticas Educacionais, o CEUB indica que possui um Projeto Pedagógico Institucional – PPI no qual aponta a política de ensino e os princípios que norteiam as bases curriculares e que se materializam no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e os PPC onde também localizamos a estrutura ofertada aos discentes (bibliotecas, equipamentos de recursos audiovisuais, laboratórios de informática, auditórios, etc).

3.2.3.2 A União Norte do Paraná de Ensino

A WINNER CURSOS E CONCURSOS LTDA, segundo informações do site da Instituição, fica localizada na Avenida João Muniz Reis, número 1113, bairro Centro da cidade Frederico Wesrphalen – RS.

A União Norte do Paraná de Ensino LTDA – UNOPAR, instituição que oferecia ensino superior de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e EAD estabelece parceria com a Winner que ofertava cursos preparatórios para concursos em 2004, assumindo a nomenclatura da UNOPAR.

Com a fusão optaram por avançar na oferta de EAD considerando que perceberam que: *“esse modelo de educação que promove a inclusão, democratiza o acesso ao ensino superior de qualidade e que fica solidificado com os dados do último senso onde apontou que 15% do crescimento da Educação Superior se deve ao Ensino à Distância”*.

Consideram que o modelo seja *“presencial e concentrado”* que prevê encontros presenciais semanais na Graduação e quinzenais ou mensais na Pós-Graduação.

O site da UNOPAR aponta que a IES conta com 11 cursos de graduação e 8 de especialização, onde entre eles está o Curso de Serviço Social.

Apontam que nos encontros presenciais as tele aulas são transmitidas via satélite e ao vivo e ministradas por docentes das disciplinas e com *“a interatividade necessária ao modelo de EAD proposto”* e essas aulas ficam disponíveis aos discentes.

Também contam com a Biblioteca Virtual onde ficam disponíveis livros digitais para consulta e pesquisa.

Em consulta ao site da Kroton (que é citada pelo sistema adotado) no Guia do Percurso do Curso de Serviço Social, verificamos a informação de que em 2013 a empresa expandiu para 40 cursos de graduação à distância da UNOPAR *“Anunciado acordo de associação entre a Kroton e a Anhanguera, para formar a maior empresa de educação do mundo”*. Tendo em 2014 com a aprovação a aprovação da fusão com a Anhanguera, *“desenvolvimento no novo modelo acadêmico, Kroton Learning System 2.0, trazendo mais tecnologia e inovação”*. Em 2015 lança o produto de parcelamento próprio o “Parcelamento Estudantil Privado”, em 2017 inauguram 200 polos, elevando o número de polos para 1.110. Em 2018 ocorre a criação da Saber, holding de Educação Básica e a partir de 2019 assume a marca mãe “Cogna”, além da “Kroton” e “Platos”. Na Educação Básica lançou a “Vasta” que agrega a “Saber” que havia sido adensada com o grupo “Somos”.

Ainda no site da UNOPAR verificamos que a empresa presta serviços de atendimento ao aluno sediados em Londrina – PR (Pró-reitoria de EAD, Financeiro, Secretaria Acadêmica, Setor de Matrículas, dentre outros) e acrescenta: *“Atualmente a UNOPAR Virtual tem mais de 200.000 alunos e está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 469 Polos e 3.000 tele salas. Com esses números, a UNOPAR é a maior Universidade de Ensino a Distância da América do Sul, fazendo parte hoje do grupo Kroton Educacional que ocupa a sexta posição da maior plataforma educacional do mundo e a primeira posição do Brasil”*.

Sobre a Missão da UNOPAR segundo as informações do site destaca que: *“promover o desenvolvimento integral do ser humano, sua formação profissional, seu crescimento individual e coletivo, dentro dos valores da ética, da solidariedade e da cidadania, bem como a geração de conhecimento educacional e tecnológico, buscando consolidar-se como centro de referência regional e nacional, por meio da excelência em ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, participando ativamente do processo de desenvolvimento regional”*.

3.2.4 Apresentação dos cursos de serviço social das IES

3.2.4.1 O Curso de Serviço Social do CEUB

O curso de Serviço Social, criado em 1963 pela ITE tem trajetória de consolidação na formação de assistentes sociais há quase 60 anos.

Está localizado no mesmo endereço do CEUB. É um curso na modalidade presencial e, apesar de constar como de duração de 4 anos no PPC de 2015, verificamos no site do respectivo Centro que está sendo oferecido com a duração de 3 anos, em período noturno.

As bases legais do curso apontam que em 10/09/1964 pelo Decreto nº 54.274 foi autorizado o funcionamento da FSSB, pelo Decreto nº 62.394 de 13/03/1968 houve o reconhecimento da FSSB e pela Portaria nº 818 em 30/12/2014 foi publicada a renovação do reconhecimento no Diário Oficial da União – DOU.

Quanto às Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social do CEUB estão explícitas na Resolução nº 15 de 13/03/2002 nos pareceres 492/2001 3 1.363/2001 que orientam a formulação do PPC.

A justificativa do Curso de Serviço Social do CEUB se dá em virtude da criação do curso no Brasil a partir da década de 1930 (1936 a primeira turma e 1940 as/os primeiras/os profissionais). A regulamentação da profissão aconteceu em 1957 e hoje se aplica a partir da Lei 8.662/1993.

Quanto à dimensão da profissão da/o Assistente Social o PPC aponta (2015, p. 09):

... é um a profissão de curso superior cujo objetivo de intervenção é as expressões multifacetadas da questão social. É uma profissão de caráter sociopolítico, crítico, interventivo e propositiva, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção das diversas expressões da questão social, já que é no conjunto das desigualdades que originam o antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada usufruto do trabalho, buscando assim, os direitos e justiça social.

Noutro momento, o PPC (p. 09) aponta que: o curso foi concebido para atender a demanda dos setores *“público e privado, de organizações não governamentais, empresariais, dentre outros”* no território nacional. E que o Serviço Social:

... insere-se na divisão social do trabalho, atuando no processo de reprodução das relações sociais, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-as à realidade social para subsidiar a sua prática, prática esta, que é mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições sociais, sócio assistenciais, privadas, organizacional, implementando as políticas sociais específicas.

Ou seja, a proposta de formação aponta para a inserção de profissionais no mercado de trabalho e demonstra quais espaços a/o profissional de Serviço Social pode ocupar e quais os espaços de inserção deste profissional. Ainda na justificativa do PPC (2015, p. 10) localizamos a informação que refere para a/o profissional de Serviço Social um mercado de trabalho: *“bastante diversificado; trabalha normalmente em equipes multiprofissionais em diferentes contextos, na medida em que o olhar, o enfoque deste profissional aprofunda o conhecimento do social nas outras áreas do conhecimento”*.

Quando no PPC a mantenedora afirma que a atuação do profissional se destina a atender *“pessoas e comunidades (coletividade) que necessitam ou buscam apoio para desenvolver sua autonomia, participação, exercício da cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos (tanto nas redes do Estado, na rede privada ou ONGs)”*

“O assistente social propõe políticas públicas e privadas que respondem pelo acesso da população aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente”.

De modo geral, as instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam: de crianças e adolescentes com vulnerabilidades sociais (de rua, em trabalho precoce, em risco social) pessoas com deficiência, sem famílias, drogados, adultos desempregados, conflitos familiares, aprisionados, hospitalizados, idosos asilados ou em situação de risco social minorias étnicas e de gênero, servidores de prefeituras ou de empresas particulares; enfim o assistente social, devido a sua experiência acumulada no trabalho sócio assistencial, institucional; tem-se caracterizado pelo seu interesse, competência e intervenção na gestão das políticas sociais e contribui, efetivamente, na construção e defesa dos direitos sociais e civis. PPC p. 10.

Mas para avançar nessa compreensão, Eurico (2017, p. 416) indica que os pressupostos teórico-metodológicos que nos fundamentam afirmam que essa leitura da realidade deve ser mais aprofundada:

Nesse cenário, o assistente social é um profissional de extrema importância, uma vez que hegemonicamente utiliza a teoria marxista como referencial para análise da realidade social no interior do capitalismo e pode refutar elaborações teóricas que naturalizam as relações sociais e apresentam a meritocracia como resposta para o inexplicável, as assimetrias de classe, raça/cor e gênero.

As propostas curriculares para garantir uma formação de qualidade tem que avançar no sentido de identificar, compreender e responder à realidade social do país, forjada por ideologias que submeteram e subjugaram as pessoas negras por séculos, como a Eurico (2017, p. 423) acrescenta:

Ao eleger a questão social como objeto de intervenção, a profissão precisa considerar que a complexidade da realidade social brasileira não está circunscrita apenas ao modo de produção capitalista, precoce entre nós, mas também medularmente vinculada aos séculos de escravidão no Brasil e as condições de existência

da população negra, que herdou o legado da invisibilidade, no acesso à riqueza socialmente produzida.

O que se faz necessário apontar quando trazemos elementos constitutivos de propostas pedagógicas é que existe um movimento que requisita as UFAs que ofertam o curso de Serviço Social para irem além dos demarcados repertórios que reconhecem as estatísticas nacionais, mas não os corpos que as sofrem:

De certo, pela própria história da profissão e o conservadorismo que marca sua gênese, o debate sobre a questão racial não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980 e na cena contemporânea observa-se um investimento da categoria profissional no enfrentamento deste debate, uma vez que o equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente, antes precisa ressoar no coletivo, inter-relacionando questão social e questão racial. Eurico (2017, p. 426)

Mais uma vez a resistência negra chama a atenção para a sociedade e encara por dentro desta profissão o debate dessa discrepância e dissonância acerca da formação que implica no exercício profissional, tendo como reflexão a própria teoria marxista e a forma como foi absorvida pela categoria num primeiro momento:

Para a visão turva do Serviço Social acerca das relações étnico-raciais talvez tenha contribuído uma certa tradição marxista que considerava que os problemas raciais se resolveriam por meio da luta dos(as) trabalhadores(as) em geral. O problema é que esta formulação, demasiada abstrata, não percebeu que o racismo estava entranhado no seio da classe trabalhadora não negra, que viu vantagens em se identificar com o ex-senhor de escravos. Gonçalves (2018, p. 520)

A autora destaca que algumas interpretações ficaram alicerçadas na permanência das estruturas que privilegiam o contingente branco no Brasil e que são seculares e estruturais, mas essa perspectiva não atende aos resultados do Movimento de Ruptura que foi transmitido aos nossos documentos e normativas, como apontam Correia, Menezes e Maciel (2017, p. 02):

O Serviço Social em sua gênese não se desempenhou em mediar o debate da “questão social” com a questão étnico-racial, mesmo porque, tinha suas referências vinculadas no catolicismo que acreditava nas inferioridades econômicas e sociais a partir da moral, desconsiderando assim, os demais elementos que marginalizavam o homem e as mulheres. Todavia, ao romper com essas perspectivas religiosas, o Serviço Social tem nas teorias sociais marxistas uma base para compreensão das desigualdades sociais advindas do modo de produção capitalista através da ideologia de classe. Nesse sentido, apesar do leque que as teorias marxistas possibilitam na mediação da “questão social”, a transversalidade com a questão étnico-racial não foi explorada pelo Serviço Social nesse processo de ruptura com o tradicionalismo.

Podemos identificar no que concerne ao campo de atuação a leitura da realidade é um pressuposto e isso é apontado no PPC da respectiva IES, o que ainda clama é o

aprofundamento histórico e crítico acerca dessa realidade que somos qualificados para identificar enquanto profissionais das ciências humanas aplicadas.

Quanto aos objetivos do curso de Serviço Social expressos no PPC estão organizados em Gerais e Específicos e vamos apresentá-los separadamente a fim de realizar a discussão de cada grupo. Portanto, quanto aos objetivos gerais, temos:

A formação profissional proposta pelo Curso deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades teórico-metodológicas, com vistas a: - apreender criticamente os processos sociais numa perspectiva de totalidade; - analisar o movimento histórico da sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; - compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, no cenário nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - identificar as demandas presentes na realidade, com vistas à propor, gerir e executar propostas criativas e inovadoras para o enfrentamento das manifestações da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado; - apreender a dimensão teleológica da prática profissional, exercitando-a de forma a consolidar os valores e princípios da profissão expressos no seu Código de Ética da Profissional e – informar da necessidade da capacitação continuada e do desenvolvimento de seu “capital humano”, da liderança, versatilidade, capacidade de argumentação e negociação, resolutividade, além da habilidade para o trabalho interdisciplinar, como requisitos indispensáveis para o exercício da prática profissional comprometida e efetiva.

Os objetivos gerais propostos na formação de profissionais de serviço social pela IES se alinham a proposta construída pela ABEPSS, mas ainda se restringem a ela, sem indicar avanço no trato das particularidades da sociedade brasileira. Mas como tais possibilidades podem ser mais evidentes nas propostas das disciplinas, vamos considerar esses apontamentos como indicativos a serem tratados mais adiante.

De qualquer forma, a contribuição de Correia (2020, p. 129) nos desperta para reflexões que muitas vezes e, por muito tempo, não nos ocuparam:

Ao assumir como princípio o “Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social [...]” como condição para a “[...] compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social [...]” (ABEPSS, 1996, p. 06), as diretrizes abrem a possibilidade para pensar e discutir as questões que estão na base da formação social brasileira – a questão étnico-racial é parte destas.

No que tange aos objetivos específicos do curso propostos no PPC, temos:

A formação profissional, atendendo a lei nº 8.662, de 7 de julho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social, em consonância com as competências acima estabelecidas, deverá desenvolver a capacidade de: - elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; - contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; - planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; - realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; - orientar a população na identificação de

recursos para atendimento e defesa de seus direitos e – realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria do Serviço Social.

Da mesma forma que nos objetivos gerais, os objetivos específicos remetem aos pressupostos das DC ABEPSS e transitam nas possibilidades de atuação do profissional que é formado com essas bases.

A IES aponta no documento sobre o objetivo da profissão o seguinte texto:

Dessa forma, o Curso de Serviço Social forma profissionais competentes e compromissados com o planejamento, implantação, coordenação e avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, comunidades, grupos, instituições e organizações empresariais. A formação profissional objetiva a compreensão crítica de várias expressões da questão social e de suas relações com os movimentos da sociedade. Numa perspectiva de totalidade, respaldada na teoria social crítica, o assistente social deve ser formado para o domínio de um conjunto de teorias, métodos, habilidades e procedimentos para uma ação efetiva na realidade social.

Ainda assim, nos deparamos com as lacunas a que nos propusemos tratar neste estudo, considerando o exposto até o presente momento, a saga dos corpos negros no Brasil não é mencionada ainda que nossas desigualdades que figuram entre as maiores do mundo atinjam diretamente as pessoas retintas no grau equivalente ao da melanina:

O princípio de “[...] adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p.06) constrói a possibilidade de apreensão das particularidades da formação social brasileira, tão necessária à compreensão de uma “questão social”, que é “[...]elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2001, p. 45), mas que “[...] no caso brasileiro, são agravadas e aprofundadas pela questão étnico-racial (MARTINS 2013, p. 12). Correia (2020, p. 129)

Verificamos a preocupação no PPC com o perfil do “aluno” do “egresso” e do “professor” aos quais se alinham a proposta ofertada pela instituição que sinaliza para uma formação que considera as transformações societárias nacionais de maneira genérica.

Ao apresentar a estrutura curricular, a IES no PPC destaca o ano de 2013 como referência, considerando que vamos nos ater as disciplinas propostas mais especificamente mais adiante, iremos apontar aspectos no que concerne às disciplinas demonstradas no Quadro de Disciplinas Eletivas (p. 14) do PPC, a transcrito abaixo:

DISCIPLINA	C.H.
Administração e Orçamento em Serviço Social	36h/a
Controle Social sobre as Políticas Públicas e Serviço Social	36 h/a
Criança e Adolescente	36 h/a
Democracia e Inclusão Social	36 h/a

Diversidade Étnico-Cultural, Sexual e de Gênero	36 h/a
Drogadição	36 h/a
Emancipação Política x Emancipação Humana	36 h/a
Estudo de Viabilidade de Programas e Projetos Sociais	36 h/a
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	36 h/a
Oficina Instrumental Técnico – Operativo	36 h/a
Oficina Sócio Jurídica	36 h/a
Política de Seguridade Social	36 h/a
Planejamento e Elaboração de Projetos	36 h/a
Princípios da Ontologia do Serviço Social	36 h/a
Serviço Social e o Meio Ambiente	36 h/a
Sociologia da Desigualdade Sociais e da Conflitualidade	36 h/a
Técnicas de Mediação e Intervenção Social	36 h/a
Técnicas de Projetos Institucionais	36 h/a

É possível identificar no quadro que enquanto disciplina eletiva a “*Diversidade Étnico-Cultural, Sexual e de Gênero*” que é ofertada em 36 h/a está entre as 18 disciplinas do repertório, portanto, podemos considerar dois apontamentos. O primeiro sobre a nomenclatura que substitui a palavra Racial por Cultural e o segundo sobre o caráter optativo, citamos a observação de Martins, Santos, Santos e Cavalcante (2020, p. 144):

Afinal, optativo indica “opção”, nesse sentido, optar significa “decidir-se por uma coisa dentre outras”. Ora, quando se pensa essa característica na Estrutura Curricular dos Cursos de Serviço Social, o caráter imprescindível que acompanha as disciplinas/conteúdos obrigatórios/os faz raça/etnia cair no “campo” que demarca o essencial do que é dispensável.

Com a observação de que as disciplinas possuem regulamentação própria aprovada pelo Colegiado de Curso e homologada pelo Conselho Universitário do CEUB, ou seja, foram fruto de conhecimento para aprovação do conjunto composto por coordenação, docentes e discentes num momento em que o aprofundamento do debate dava seus primeiros passos na ABEPSS através do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”.

No ano de 2015 em que o PPC foi publicizado as disciplinas eletivas propostas foram: Drogadição e Criança e Adolescente, portanto, além de permanecer no campo da eletividade, a única disciplina que indica a proposta da ABEPSS ainda que com referência à questão étnica, não foi uma opção para o ano de 2015 de acordo com o PPC.

Assim, temos no PPC a grade curricular com ementas e bibliografia ofertada no curso Serviço Social no ano de 2015, as quais vamos discutir a seguir:

ANO	C.H	DISCIPLINA
1° ano	72	Economia Política
	72	Filosofia
	108	Formação Socio-Histórica do Brasil
	108	Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do S. Social I
	36	Metodologia do Trabalho Científico
	72	Oficina de Serviço Social
	72	Sociologia
	108	Teoria e Técnica de Comunicação
	72	Trabalho e Sociabilidade
2° ano	72	Antropologia
	72	Classes e Movimentos Sociais
	36	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
	108	Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do S. Social II
	36	Informática Aplicada
	72	Oficina de Saúde e Qualidade de Vida
	72	Psicologia Social
	108	Serviço Social e Processos de Trabalho
	144	Tópicos de Direito e Legislação Social
3° ano	36	Eletiva I
	108	Estratégia Organizacional
	36	Ética Profissional
	72	Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do S. Social III
	72	Indicadores Sociais e Análise de Conjuntura
	36	Oficina sobre Política Habitacional
	36	Oficina sobre Família
	72	Pesquisa em Serviço Social
	72	Questão Social e Regionalidade
	72	Seminários Temáticos do Trabalho Profissional I
	36	Supervisão da Formação Profissional I
	36	Técnica de Análise de Dados

	72	Teoria Política
4° ano	36	Direitos Humanos e Cidadania
	36	Eletiva II
	72	Gestão de Pessoas
	144	Gestão Social
	144	Núcleos de Pesquisa e Orientação do TCC
	36	Desenvolvimento Local
	36	Oficina sobre Empresas
	108	Política Social
	36	Oficina de Previdência Social
	36	Seminários Temáticos do Trabalho Profissional II
	36	Seminários Temáticos do Trabalho Profissional III
	72	Supervisão da Formação Profissional II
	72	Tópicos de Gestão Organizacional

As disciplinas obrigatórias apresentadas no PPC do CEUB apontam a ausência de uma disciplina específica conforme estão apontadas nas ações do GTP da ABEPSS.

Ainda se soma ao PPC do curso o Trabalho de Conclusão de Curso (200h); o Estágio Curricular Supervisionado (300h) e as Atividades Complementares (150h).

Não podemos deixar de destacar que no PPC do CEUB a IES apresenta a organização das disciplinas a partir da proposta da ABEPSS dos Núcleos de Fundamentação o que nos remete ao compromisso com as DC construídas pela entidade e o conjunto de esforços de vários órgãos e da própria categoria de assistentes sociais aos quais lutamos e defendemos dentro do projeto profissional que está proposto desde o Movimento de Reconceituação.

Portanto, quanto à distribuição das disciplinas no que tange aos eixos de formação, o PPC indica que segue as orientações da ABEPSS como instituição que “*coordena a formatação da formação profissional*” e explanam no que tange a grade curricular:

... o entendimento que a efetivação de um projeto de formação profissional remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, constituídos como experiência concreta no decorrer de todo processo, exigindo que a organização curricular supere a visão formalista do currículo e as fragmentações dos componentes curriculares tradicionais. (p. 15)

Indicando seguir as orientações da ABEPSS que elaborou uma formação organizada por Núcleos e os destacam como sendo: “... *os eixos articuladores da formação profissional,*

garantem uma perspectiva de totalidade no seu processo de construção, articulando ensino, pesquisa e extensão” E acrescentam: “... o que deve ser ressaltado é que, o Curso de Serviço Social não classifica a rigor, as disciplinas e seus conteúdos curriculares por núcleos, de forma fragmentada e/ou estanque, mas, na perspectiva de que os conteúdos não se esgotam nas disciplinas em si, mas que se constroem nas suas inter-relações, isto é, interdisciplinarmente” (p. 15):

Disciplinas no Núcleo de Fundamentos da Vida Social.
Filosofia
Sociologia
Antropologia
Trabalho e Sociabilidade
Psicologia Social
Economia Política
Teoria Política
Teorias e Técnicas da Comunicação
Informática Aplicada

A priori, a organização das disciplinas do Núcleo de Fundamentos da Vida Social onde estão inseridas as áreas do conhecimento que forjam a compreensão de homem e sociedade, não indicam atenção a dimensão da vida do homem (humano genérico) em nossa sociedade postulada de repertórios que foram construídos e se reproduzem a partir de relações assimétricas e desiguais, como Silva (2020, p. 182) evidencia

As apreensões críticas dos processos sociais em sua totalidade vinculadas à análise do movimento histórico da sociedade brasileira são estratégicas para pensar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. É uma direção importante para a formação das/os assistentes sociais no tempo presente, pois a crise do capital que catalisa as transformações do trabalho, também dinamiza perversamente o racismo, o sexismo e a homofobia com desdobramentos negativos, tanto nas políticas públicas, como nas expressões ideoculturais da sociedade. Este é o complexo social contemporâneo que constitui o conjunto estrutural e conjuntural que delinea o trabalho do serviço social e compele à atenção da responsabilidade ético-política de questionar a racionalidade hegemônica e colaborar na produção de alternativas antirracistas, a partir de saberes não dominantes.

Outrossim, as ementas vão conferir suporte ao debate da pesquisa.

Disciplinas no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira.
--

Formação Sócio Histórica do Brasil
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
Classes e Movimentos Sociais
Política Social, Direito e Legislação Social
Direitos Humanos e Cidadania
Questão Social e Regionalidade

O Núcleo de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira tem sido o catalisador das discussões sobre etnia/raça pois discute a escravização ocorrida por mais de três séculos no Brasil, até pelo que preconiza nas DC da ABEPSS e que também é ampliada pela literatura que debate o tema.

Para além dessa dimensão histórica, é preciso relacionar todo o período de escravização com a formação econômica do país, sem esse aporte de saberes entrelaçados, a nossa dimensão acerca da realidade social pode ficar deficiente, o que explica Silva (2020, 178):

O Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira tem o foco nas particularidades da emergência, desenvolvimento e expressões da questão social no Brasil e o “[...] entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social” (ABEPSS, 1996, p.13). Na perspectiva crítica a questão social não é desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou como traços invariáveis da sociedade humana. Ao contrário, está ligada ao tipo de sociabilidade que é hegemônica no capitalismo, mas que acompanha as especificidades históricas das sociedades capitalistas. Portanto, avançar no debate sobre a questão social no Brasil requer investir na elucidação concreta das relações entre as expressões particulares e as modalidades universais de exploração na sociedade capitalista, considerando a complexa totalidade dos sistemas de mediações, nos quais a lei geral da acumulação capitalistas se realizou no país.

No que concerne às disciplinas agregadas pela IES ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira, é possível identificar que tratam de aspectos relevantes que incidem as questões afetas a esse Núcleo, mas não apontam em suas nomenclaturas a perspectiva do debate proposto nos últimos anos pela ABEPSS, obviamente por se tratar de um PPC datado de 2015 e que muitos avanços ocorreram após esse período no que diz respeito ao debate da Relações Étnico-Raciais no Serviço Social, vamos apontar a construção posterior a publicação do documento como forma de caracterizar esses avanços que tem o percurso desde os primeiros clamores das profissionais pretas no CBAS de 1989, como indica Moraes (2018, p. 03):

A constatação de que a pobreza tem cor e gênero remonta pelo menos quinze anos, se considerarmos a afirmação de Marcelo Paixão, mas o que importa para a nossa

reflexão, é que isso significa que as mulheres e os homens negros são os mais solapados pelas expressões do objeto de intervenção do assistente social: A “questão social” ao analisar a trajetória do povo negro desde a escravidão aos dias de hoje, é a conclusão que a história nos sugere. No entanto, sob o prisma da “questão social”, alguns autores como SILVA (2013, p. 265) entendem que a exclusão social e a luta de homens e mulheres negras escravizados no período colonial, bem como o reconhecimento de uma sociedade em transformação por intelectuais com os quais a autora trabalha, conformam “uma pista metodológica para afirmarmos a existência das raízes latentes da nossa questão social, ainda na fase colonial de formação da sociedade brasileira”. De certa forma, na mesma corrente, a autora Maria Sylvania de Carvalho Franco (Apud AZEVEDO, p. 27, 1987) considera que tanto o trabalho escravo, livre das colônias, quanto os latifúndios das metrópoles não devem ser refletidos sob o prisma da exterioridade, uma vez que remontam processos de um mesmo tempo histórico, sendo assim, “partes constitutivas da essência do sistema capitalista”.

Contudo, a análise das ementas a ser realizada, pode contribuir substancialmente com os resultados dessa pesquisa.

Disciplinas no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional
Fundamentos Histórico Teórico Metodológico do Serviço Social I
Fundamentos Histórico Teórico Metodológico do Serviço Social II
Fundamentos Histórico Teórico Metodológico do Serviço Social III
Serviço Social e Processos de Trabalho I/II
Gestão Social
Metodologia do Trabalho Científico
Pesquisa em Serviço Social
Teoria e Técnica de Análise de Dados
Indicadores Sociais e Análise de Conjuntura
Desenvolvimento Local
Estratégia Organizacional
Tópicos de Gestão Organizacional
Gestão de Pessoas
Ética Profissional
Núcleo de Pesquisa e Organização de TCC
Oficina sobre Empresas
Oficina sobre Família
Oficina da Política Habitacional
Oficina de Saúde e Qualidade de Vida
Oficina de Política da Previdência Social
Oficina de Serviço Social

Seminários Temáticos do Trabalho Profissional I
Seminários Temáticos do Trabalho Profissional II
Seminários Temáticos do Trabalho Profissional III
Supervisão de Formação Profissional I
Supervisão de Formação Profissional II

Verificamos que a maioria das disciplinas ofertadas pelo curso estão organizadas no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional que está ligado a compreensão de arcabouços teóricos, técnicos, éticos e políticos da formação para o exercício profissional, ocorre que ainda que nossa formação tenha assumido a teoria marxiana e marxista e, inclusive, a partir dela, não é possível decifrar o mundo sob essa ótica sem aprofundar sobre a realidade social, como Eurico (2017, p. 424) nos aponta:

Nesta direção, a opção pela teoria marxista se apresenta como um terreno fértil ao propiciar o questionamento da realidade social a partir do estudo da economia política, da análise do modo de produção capitalista, da teoria do valor, da expropriação da mais valia, entre outras tantas mediações presentes na dinâmica das relações sociais. Para que haja alterações significativas, há que se esmiuçar a conexão entre acumulação capitalista e reprodução da pobreza geracional, os altos índices de assassinatos de jovens e mulheres, a violência obstétrica, a mortalidade materno-infantil, a baixa escolaridade, a presença maciça em trabalhos mais precarizados e desprotegidos, dentre outros problemas que atingem com maior intensidade a população negra.

Formar profissionais que possam conectar em suas análises e atuações com vistas a que superem aquelas que estão arraigadas desde a gênese da profissão, fazendo esse movimento no sentido de romper cotidianamente com posturas e propostas de vínculo com os interesses de grupos historicamente privilegiados é um desafio posto ao serviço social, mas que se faz imprescindível, como Eurico (2017, p. 426) destaca:

Compreender a intrínseca relação entre questão étnico-racial e questão social à luz da teoria marxista não se coloca apenas como um modismo, como tarefa particular de assistentes sociais negros/negras, mas como imperiosa tarefa do coletivo profissional, à medida que a fragmentação da análise pode produzir pesquisas e intervenções no âmbito das políticas públicas com um cariz de modernidade, mas apoiadas em posturas conservadoras e autoritárias.

Por fim, a proposta indica o total da carga horária do curso proposta em 2015:

RESUMO	C.H.
Componente Curricular	2.490
Atividades Complementares	150

Estágio Supervisionado Obrigatório	300
Trabalho de Conclusão de Curso	200
TOTAL	3.140

Além dos sistema de avaliação; o corpo docente; o núcleo estruturante e composição docente no colegiado; a proposta de Estágio; as Atividades Complementares organizadas em (Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Atividades de Prestação de Serviços à Comunidade); o Trabalho de Conclusão de Curso; o Apoio ao Discente através do (Apoio Psicopedagógico, Mecanismos de Nivelamento, Monitoria, Atividades Acadêmicas, Programas de Financiamento, os privilégios do portador do Cartão Iteano) e da Comissão Própria de Avaliação, os princípios Metodológicos nos remetes ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

3.2.4.2 Apresentação do Curso de Serviço Social da UNOPAR

Segundo site da UNOPAR, o curso de Serviço Social – Bacharelado, na modalidade EAD, é ofertado de forma Semipresencial e 100% on-line. *“Na oferta Semipresencial, você comparece a um encontro obrigatório semanal no polo de apoio presencial para assistir às tele aulas ministradas ao vivo, com transmissão via satélite, e desenvolver atividades com interação com o professor e apoio do tutor presencial, graduado na área do curso”*. Com a frequência é obrigatória, e você deve ter no mínimo 50% de presença em cada uma das disciplinas para ser aprovado em cada uma das matérias e, nos outros dias da semana, ocorrem os momentos não presenciais, que devem ser realizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) “Colaborar”, com atividades de web aulas, avaliações virtuais, produção textual e fórum avaliativo.

No ensino EAD o/a aluno tem acesso a tele aulas e os outros recursos que acessa pelo AVA e a prova é realizada no Polo de forma presencial. O curso ainda disponibiliza tutores para dar apoio à distância e docentes que podem ser acessados pelo sistema de mensagem, pela Sala do Tutor e no fórum de cada disciplina.

Ainda sobre o EAD a IES destaca que: *“É importante, neste momento, esclarecer que a modalidade EAD que oferecemos cumpre integralmente a legislação nacional vigente, que propõe a integralização da carga horária obrigatória por meio do uso da tecnologia para a realização de mediações didático-pedagógicas, e de atividades presenciais obrigatórias”*.

Quanto ao Objetivo do Cursos de Bacharelado em Serviço Social EAD indica que:

... pretende formar profissionais com sólidos conhecimentos teórico-práticos, capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da “questão social” e suas expressões – assumindo as responsabilidades pertinentes à profissão, com uma visão crítica e analítica e o compromisso com a justiça, a ética e a cidadania, capazes de colaborar ativamente para o desenvolvimento e a transformação da realidade social em que estiverem inseridos, estimulando a sua atuação criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade e com vistas à implementação dos seus projetos de vida.

E ainda sobre os Objetivos Específicos do Curso de Serviço Social - Bacharelado a IES destaca que são:

I. Situar historicamente o ser social apreendendo os elementos de continuidade e ruptura no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista; Guia de Percurso - 5 II. Proporcionar formação intelectual, cultural e ética, capacitando-o para a intervenção propositiva na realidade social; III. Formar profissionais comprometidos com os valores éticos, que possam contribuir e ampliar direitos sociais de usuários e comunidades; IV. Possibilitar ao futuro profissional aproximar-se dos elementos constitutivos do serviço social; V. Desenvolver habilidades que permitam ao aluno identificar as manifestações da “questão social” peculiares à realidade brasileira; VI. Oportunizar a compreensão da categoria trabalho como eixo central da produção e reprodução da vida social, fundamentado na formação da linguagem da consciência, da sociabilidade e da liberdade; VII. Propiciar capacidade de análise dos elementos constitutivos da realidade econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, bem como da constituição do estado e as relações estabelecidas com a sociedade civil; VIII. Fornecer conhecimentos que permitiam ao aluno compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo, sua institucionalização, legitimação e desenvolvimento; IX. Possibilitar ao aluno apropriar-se dos modos de apreensão e intervenção no real a partir do desenvolvimento de uma postura investigativa crítica; X. Garantir a interpretação do projeto ético político profissional nas suas dimensões éticas, políticas, econômicas, social e cultural; XI. Oportunizar a análise da ação profissional no âmbito das condições e das relações sociais historicamente estabelecidas, como partícipe do trabalho coletivo, considerando os organismos empregadores, públicos e privados, os usuários, os recursos materiais; humanos e financeiros bem como a articulação com outros trabalhadores; XII. Fomentar por meio das atividades de pesquisa e de extensão, as práticas de síntese teórico-analítica inseridas no processo de iniciação científica; XIII. Formar profissionais capazes de formular, desenvolver e avaliar políticas, programas e projetos sociais; e XIV. Desenvolver competências e habilidades para que o assistente social possa intervir na realidade social com as competências e habilidades apreendidas no processo de formação profissional, no contexto do projeto ético-político profissional. Nesse contexto, o egresso do Curso de Serviço Social deve atender a um perfil profissional com sólida formação geral e humanística, capacidade de análise, domínio dos conceitos de sua área aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica, fomentando a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica de forma a atender ao mercado de trabalho.

No Guia de Percurso ainda informam sobre a Atuação Profissional ao obter o grau de bacharel em Serviço Social onde o/a formado/a poderá atuar em Instituições Públicas, Privadas, ONGs e Movimentos Sociais e estará preparado para atuar como profissional nas expressões da “questão social”, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, acrescentando que “torna-se, assim, dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de

desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social”.

O site ainda destaca o Perfil da/o Egresso que indica “Partindo do princípio de que o aluno ingressa na Educação Superior principalmente para ter empregabilidade, o Curso de Serviço Social, por meio do seu Modelo Acadêmico KLS (Kroton Learning System) preocupa-se com a formação do profissional-cidadão competente e capacitado a ingressar, manter-se e ascender no mercado de trabalho”. Destaca que proposta de organização curricular é realizada a partir da determinação de competências e habilidades, as quais, por sua vez, estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Serviço Social – MEC, com currículo focado no conhecimento necessário para que este profissional esteja apto a desenvolver suas atividades nas diversas áreas de atuação do Serviço Social. “Compreendendo que as competências mobilizam conhecimentos para enfrentar as questões contemporâneas da profissão, as atividades de aprendizagem vão além dos conteúdos conceituais, abrangendo também os conteúdos procedimentais e atitudinais que buscam desenvolver o perfil do assistente social capazes de traduzir e alcançar os objetivos profissionais”. Sobre a/o egresso do curso de Serviço Social, informa um/a profissional *“dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social”*.

No que tange a Matriz Curricular o site aponta que o curso é oferecido em 8 semestres. E na conclusão o/a estudante recebe a certificação de Bacharel em Serviço Social.

Semestre	Disciplina	C.H.
1°	Educação a Distância	60h
1°	Homem, Cultura e Sociedade	70h
1°	Metodologia Científica	70h
1°	Psicologia e Políticas Públicas	60h
1°	Responsabilidade Social e Ambiental	60h
2°	Ética, Política e Cidadania	70h

2°	Filosofia	80h
2°	Psicologia Social	80h
2°	Sociologia	70h
3°	Acumulação Capitalista e Desigualdade Social	70h
3°	3° Estatística e Indicadores Sociais	70h
3°	3° Formação Social, Histórica e Política do Brasil	70h
3°	3° Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	70h
4°	Antropologia	70h
4°	Ciência Política	70h
4°	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	70h
4°	Sociologia Crítica	70h
5°	Administração e Planejamento em Serviço Social	70h
5°	Comunicação na Prática do Assistente Social	70h
5°	Estágio em Serviço Social I	150h
5°	Ética Profissional em Serviço Social	60h
5°	Fundamentos das Políticas Sociais	70h
5°	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	70h
6°	Estágio em Serviço Social II	150h
6°	Gestão Social e Análise de Políticas Sociais	70h
6°	Instrumentalidade em Serviço Social	70h
6°	Pesquisa Social	70h
6°	Políticas Setoriais	70h
7°	Direito e Legislação	80h

7°	Estágio Em Serviço Social III	150h
7°	Serviço Social e Processo de Trabalho	70h
7°	Serviço Social na Área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social	70h
7°	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h
8°	Economia Política (Optativa)*	70h
8°	LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) (Optativa)*	60h
8°	Movimentos Sociais 70 8° Serviço Social na Educação	70h
8°	Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade	70h
8°	Trabalho de Conclusão de Curso II	60h

Quadro Demonstrativo de Carga Horária	
Atividades Acadêmicas Curriculares	2.870h
Atividades Complementares - Estudos Dirigidos – ED	80h
Atividades Complementares - Outras Modalidades	70h
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.020h

No item 2. da “ORGANIZAÇÃO DO CURSO” o Guia do Percorso descreve - Atividades disponíveis no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem que compreendem Tele aulas; Web aulas, Avaliações virtuais, Livro didático virtual para cada disciplina, Materiais de apoio, Fórum avaliativo, Atividades interdisciplinares (orientação para produção textual) e acrescentando que “A bibliografia do curso pode ser consultada na biblioteca digital e é excelente fonte de pesquisa e suporte para a realização das atividades do seu curso”; Estágio Curricular Obrigatório, que segundo o Guia do Percorso segue as orientações normativas das Diretrizes Curriculares; Estágio Curricular Não Obrigatório que destacam que no Serviço Social é possível realizar a partir do terceiro semestre “com o objetivo de desenvolver atividades extracurriculares” ; Trabalho de Conclusão de Curso/Projeto de Ensino; e por fim, as Atividades Complementares Obrigatórias – ACO “focadas no desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a sua futura atuação profissional” e como exemplo apontam:

... estágio curricular não obrigatório, visitas técnicas, monitoria acadêmica, programa de iniciação científica, participação em cursos, palestras, conferências e outros eventos acadêmicos. Não deixe para a última hora: organize-se e realize as atividades, aos poucos, em cada semestre. Assim, elas não irão pesar na sua rotina diária e acrescentarão conhecimento no decorrer de seu percurso educativo.

No item 3, do Guia do Percurso trazem o SISTEMA DE AVALIAÇÃO e no item 4 O APOIO AOS ESTUDOS que indica os manuais para acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA que contém a Sala do Tutor, a Biblioteca Digital que: *“disponibiliza diversos materiais que vão desde os livros didáticos das disciplinas até outros conteúdos de estudo, incluindo periódicos científicos, revistas, tele aulas e livros de literatura disponíveis nas diversas bases de dados de Livros Digitais e Periódicos nacionais e internacionais”*.

O curso de Bacharel em Serviço Social da UNOPAR não apresenta as referências que disponibiliza na Biblioteca Digital e desta forma, não é possível aprofundar as análises tendo apenas as Referências do curso do CEUB.

Ainda assim destacamos as considerações de Correia (2020) sobre o silenciamento, visto que não conseguimos dialogar sobre a busca de conteúdos em fontes de escritores/as negros/as nas propostas:

Sem dúvida, as repercussões dessa sonegação histórica podem ser percebidas, dentre outros aspectos, pela insuficiência de referências teóricas importantes acerca das condições de vida e de trabalho da parcela negra da classe trabalhadora. Os limites que se apresentam são incalculáveis, principalmente quando se leva em conta que “[...] a existência dos dispositivos ideológicos é que sustentaram a produção historiográfica” (DECCA, 1984, p. 75). O suporte ideológico silenciador permanece agindo na contemporaneidade, trazendo como requisição para o Serviço Social brasileiro a sua superação, principalmente porque “[...] arrancar os dominados do silêncio, significa também entender como esse silêncio foi produzido” (DECCA, 1984, p. 69). (p. 125) ... a profissão construiu um legado de silêncio sobre a temática negra o qual demonstra nas suas publicações teóricas e no processo de formação profissional que não versam sobre o racismo como uma determinação fundamental na análise da desigualdade social. Assim, as sinalizações aqui discutidas são questões introdutórias que buscam através de uma reflexão teórica, com apoio dos indicadores sociais, explicitar o posicionamento silencioso do Serviço Social em relação à desigualdade sociorracial.

3.2.5 Destaques preliminares das propostas dos cursos

Identificamos alguns pontos que iremos destacar para melhor entendimento das análises pretendidas na pesquisa documental.

A primeira questão identificada é a diferença na construção do Projeto Pedagógicos dos Cursos – PPC das IES, enquanto no CEUB o PPC segue a DC da ABEPPS que

subsidiou a aprovada pelo MEC, e na UNOPAR as DC que referênciam o PPC é a do MEC que apresenta as mínimas condições para a oferta dos cursos de Serviço Social no Brasil.

Como apresentamos no Capítulo II, as DC da ABEPSS foram resultado de um amplo, orgânico e capilarizado processo construído pelo Serviço Social brasileiro e possui alguns pontos fundamentais para além das Diretrizes Curriculares que foram aprovadas pelo Ministério da Educação. *“No Serviço Social brasileiro o acúmulo teórico-metodológico e ético-político construído nos últimos 40 anos e materializado, particularmente, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993 e nas diretrizes curriculares de 1996 legitima a direção social comprometida com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”*. Silva (2020, p. 174)

De certo que a UNOPAR segue a legislação, visto que a proposta que orienta o Guia de Percurso – nomenclatura usada pela mantenedora para o Projeto Pedagógico do Curso, está fundada na normativa do MEC, mas o CEUB tem fundada no PPC a perspectiva dos três Núcleos de Fundamentação que fazem parte do documento construído pela ABEPSS e os agentes cooperadores, referendado pela categoria, publicado em 1996 e revisto pela Comissão de Especialistas em 1999.

O projeto de formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS formalizado na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) expressa a necessidade da apropriação das principais matrizes do pensamento social articuladas a uma base de informações histórico- -críticas acerca da formação da sociedade brasileira em suas dimensões rural e urbana, bem como as múltiplas formas de desigualdades sociais e processos de exclusão sujeitos sociais na diversidade de sua condição de classe, gênero, raça e etnia.” (IAMAMOTO, 2001, p.274). A proposta para o currículo mínimo, a organização do ensino teórico-prático em serviço social apresenta três núcleos de fundamentação complementares, que congregam um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração, à compreensão do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Silva (2020, 174-175)

Ou seja, o curso do CEUB segue uma perspectiva normativa e política da profissão que considera todo o movimento histórico da profissão ao longo de mais de 80 anos de existência no país onde há um papel da ABEPSS que é considerado, enquanto que o curso da UNOPAR segue uma perspectiva normativa da profissão, mínima para se oferecer cursos de Serviço Social no Brasil.

Outro aspecto em que os cursos se diferenciam é a duração do curso, enquanto no CEUB passou a ter duração de três anos, na UNOPAR o curso é finalizado com quatro anos.

Mesmo com essa informação, o PPC disponível pelo CEUB remete ao ano de 2016 quando o curso ainda era oferecido com duração quadrianual, e desta forma, iremos nos

pautar no documento que encontramos disponível no site do respectivo Centro Universitário, o qual consta a carga horária total do curso de 3.140 horas e o do curso da UNOPAR é de 3.020 horas.

Outro ponto a ser destacado é a ausência de Referências Bibliográficas na proposta do curso da UNOPAR que trataremos na análise dos PPCs.

Também nos preocupamos em conhecer a lista das UFAs da Região Sul II que são associadas à entidade, de acordo com o site da ABEPSS, sendo:

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

Centro Universitário de Lins (UNILINS)

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL- Cidade de Americana)

Faculdade de Serviço Social de Mauá (FAMA)

Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS)

Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (UNITOLEDO)

Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA)

Instituto Toledo de Ensino (ITE)

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO)

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Universidade de Santo Amaro (UNISA)

Universidade de Taubaté (UNITAU)

Universidade Vale do Paraíba (UNIVAP)

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Ainda que não tenhamos localizado o curso de Serviço Social do CEUB na listagem de UFAs associadas à ABEPSS, existe uma referência ao Instituto Toledo de Ensino que pode ser a antiga Instituição Toledo de Ensino – ITE a qual tornou-se CEUB, mas não é possível, neste momento, pelas informações colhidas afirmar que a o curso de Serviço Social do CEUB é filiado à ABEPSS.

Como a UNOPAR oferta cursos na nas modalidades semi presencial e EAD não está associada à ABEPSS que tem como critério de associativismo a oferta de ensino presencial em serviço social.

3.3 ANÁLISE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

O conteúdo mínimo para o currículo do curso de graduação apresentado pela ABEPSS e acatado em partes pelo MEC, foi constituído por ementas que apontam as possibilidades e alcances necessários de cada disciplina para que se formem profissionais de serviço social no Brasil.

No caso que está sendo discutido neste estudo, ambas instituições cumprem essa exigência que está entre as previstas pelo MEC. O que iremos identificar, é em quais disciplinas as relações étnico-raciais são tratadas pelas IES em suas propostas curriculares e se os projetos pedagógicos atendem as necessidades para a oferta de uma educação para as relações étnico-raciais que perpassa o ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, vamos dar início à discussão a partir do debate sobre a existência de disciplinas que tratem das Relações Étnico-Raciais nos cursos.

A priori, a evidência encontrada é que não existe uma disciplina exclusiva para refletir as Relações Étnico-Raciais na sociedade brasileira e seus resultados como é apontado enquanto direcionamento pelo documento dos Subsídios da ABEPSS, tampouco alguma que ofereça conhecimentos sobre o continente africano como indica o MEC. Essa ausência presente na formação profissional está sendo objeto de análise em várias pesquisas no país, como Souza e Barbosa (p. 03-04) apontam:

A imprescindibilidade da discussão racial para a formação da(o) assistente social nos levou a analisar o currículo pleno no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que explicitou uma lacuna que não sabíamos bem como dar forma ou transformá-la: a ausência de disciplinas que tratassem da questão étnico-racial no Brasil, sabendo que a população negra compõe majoritariamente: 1. O corpo da sociedade que mais sofre com as expressões da “Questão Social” (AMARO, 2005); 2. A massa dos usuários das políticas sociais; 3. A população mais pauperizada do país e 4. A população que mais morre por armas de fogo (vítima da violência) (BRASIL, 2017) e/ou pelo sucateado Sistema Único de Saúde (SUS) (PAIXÃO et. al., 2010).

Dada a constatação, buscamos mais elementos para aprofundar esse debate numa relação apoiada em outros estudos como, em (2020, p. 142) a de Martins, Santos, Santos, Cavalcante que trazem resultados de uma pesquisa aplicada em IES públicas de 5 regiões do país que ofertam cursos presenciais de Serviço Social que obtiveram os seguintes resultados gerais:

No universo de 65 cursos encontrados, identifica-se a oferta de 226 disciplinas com as temáticas raça/etnia, gênero, geração, direitos humanos. As regiões que possuem o maior quantitativo de universidades públicas também são aquelas que oferecem em seus cursos o maior leque de disciplinas com as temáticas

pesquisadas. No total são 262 disciplinas, sendo 126 obrigatórias e 140 optativas. Elas são assim distribuídas: 16 da região Centro-Oeste; 48 no Nordeste; 18 no Norte; 132 no Sudeste e 48 no Sul. Um elemento importante para se verificar, neste debate, é que o quantitativo de disciplinas obrigatórias, conforme os resultados da pesquisa, é menor diante do quantitativo de disciplinas optativas. Este aspecto ajuda a pensar no papel e na importância que elas assumem nas estruturas curriculares dos cursos. Contribuí, ainda, para futura verificação de como os conteúdos são definidos, tratados e discutidos nos colegiados dos cursos e pelos docentes que assumem as disciplinas. A comparação entre as quatro temáticas em discussão evidencia, conforme Gráfico 1, o maior número de disciplinas que discutem a temática de geração (53). A intersecção das temáticas aparece como um aspecto importante na oferta das disciplinas. Identificam-se 51 disciplinas que tratam as temáticas de forma interseccional, ou seja, a presença de duas ou mais temáticas na ementa de uma mesma disciplina, a exemplo de raça/etnia com gênero e geração com direitos humanos. Gênero e raça/etnia são as temáticas que possuem um quantitativo menor de disciplinas, quando comparadas às demais.

Ou seja, é possível verificar que todo o empenho da categoria em fomentar a criação de disciplinas que tratem da educação para as Relações Étnico-Raciais, considerando sua indissociabilidade com a questão social, tem sido frutífero, mas moroso e desproporcional se considerarmos o território nacional. De certo, o espaço que as temáticas defendidas pela ABEPSS através do GTP ocupam nos currículos nos remetem a uma dimensão secundarizada na formação, visto que apresentam maior incidência entre as disciplinas optativas, ou seja, podem não estar presentes em determinados momentos da formação. O estudo ainda detecta (p. 145):

... por região, é possível verificar que 23 das disciplinas que compõem o quantitativo da temática raça/etnia são ofertadas pela Região Sudeste, as demais regiões totalizam apenas 17 disciplinas. Esse número expressa uma disparidade tanto na oferta dos cursos, quanto das disciplinas que trabalham a temática. Assim, a Região Sudeste sai à frente com 23 disciplinas, sendo 15 obrigatórias e oito optativas.

Não obstante, desde a luta das mulheres pretas no Movimento Negro e depois por dentro do serviço social e por conseguinte através da ABEPSS e do GTP que trata a temática, temos apresentado avanços em cursos presenciais, principalmente de universidades públicas, como apontam as companheiras pesquisadoras. Mas a tarefa principal na proposta dessa dissertação é discutir como se dá essa oferta em cursos privados presenciais, semi presenciais e à distância na região de Bauru/SP frente à totalidade formativa.

Essa constatação nos indica que o processo em curso tem um cenário que apontam preocupações acerca de como está sendo construído e demonstrado o compromisso das UFAs com a formação antirracista, visto que para além de não existir disciplina em todas as IES pesquisadas, ainda persiste o caráter eletivo na oferta.

A perspectiva de uma formação antirracista está em vias de se tornar uma realidade em todos os cursos de serviço social no Brasil, não resta dúvidas, mas o tempo para que

seja parte considerada na elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e se materialize em disciplinas, projetos de pesquisa e extensão, debates na relação com o estágio e núcleos na formação profissional, é que ainda não sabemos quanto tempo pode delongar. A discussão sobre a oferta de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas é o indício que demonstra a lacuna das IES quanto a temática para o serviço social. Mas se nosso objetivo é transformar a formação do serviço social em uma formação antirracista, e isso passa pela indicação das disciplinas e a relação entre elas ancoradas em uma proposta pedagógica consistente e perene, nesse aspecto, e para tanto, as ações da ABEPSS e os documentos, livros, artigos e teses com a discussão sobre essa temática tem contribuído para o debate acerca de uma agenda para a formação de profissionais de serviço social, bem como em outras áreas profissionais e, também no seio da sociedade.

Quanto a oferta de disciplinas especificamente sobre as Relações Étnico-Raciais a pesquisa de Martins, Santos, Santos e Cavalcante (2020, p. 144) aponta dentre o universo das IES públicas:

Analisando especificamente os componentes curriculares que discutem raça/etnia, observa-se que dos 65 cursos de Serviço Social em todo o país, aparecem apenas 40 disciplinas com nomenclaturas explícitas da temática étnico-racial. No entanto, apenas 24 destas são adotadas como obrigatórias. Embora deva reconhecê-las como um avanço face ao seu histórico silenciamento no Serviço Social, esse número indica uma formação profissional ainda distante de considerar a questão étnico-racial como determinação e conteúdo relevantes no contexto brasileiro. Não menos importante: as disciplinas de raça/etnia ofertadas como optativas (16) conduzem à necessária reflexão acerca do seu caráter.

Identificamos, a partir os dados levantados nos PPCs que uma proposta de disciplina obrigatória que aborde a temática das relações étnico-racial como preconiza a ABEPSS, ainda não é uma realidade em cursos privados de serviço social na região de Bauru/SP. Aguardamos que as IES se atualizem quanto às orientações da ABEPSS nas ações do GTP, a partir desse amplo e orgânico processo que está sendo gestado no interior no serviço social em prol à uma formação que se torne de fato antirracista.

Dito isto, apresentamos as disciplinas que abordam a temática étnico-racial que foram identificadas entre as ofertadas pelos cursos do CEUB e da UNOPAR nos currículos dos cursos de Serviço Social das IES:

CEUB

Período	Disciplina: Ementa
1º Ano	Formação Sócio-Histórica do Brasil: A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente

	no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins de década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.
2° Ano	Antropologia: A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

UNOPAR

Período	Disciplina: Ementa
2° Sem	Sociologia: Histórico, conceitos básicos e principais teóricos da Sociologia. Matrizes clássicas do pensamento sociológico. A Sociologia como ciência: objeto e método. Compreensão da Sociologia como instrumento de conhecimento e interpretação da realidade social. Compreensão das transformações da sociedade capitalista. A Sociologia contemporânea. Desigualdade cultural e social. Diversidade cultural. Consumo e sustentabilidade. Organizações: diversidades de enfoques. Sociedade da informação e conhecimento. Análise da inter-relação - ser humano/sociedade/trabalho, a partir de diferentes teorias sociológicas. Diversidade étnica da sociedade brasileira. Vida urbana.
2° Sem	Filosofia: Histórico, conceitos básicos e principais teóricos da Sociologia. Noções básicas de filosofia: indagar e questionar a realidade. Consciência humana e a cultura do colonizado. A filosofia na sociedade contemporânea. Histórico do pensamento filosófico. Campos de estudo da Filosofia. Identificação dos principais problemas e postulados filosóficos. Arte e filosofia. Estética. Cidadania. Ética. Avanços tecnológicos. Inclusão e exclusão digital.
3° Sem	Formação Social, Histórica e Política do Brasil: Estudo das principais matrizes de identidade e poder presentes na história do Brasil desde a colonização até a atualidade. Transição do trabalho escravo ao livre, a emergência do sistema fabril e a urbanização. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos sujeitos políticos. A instauração da democracia social brasileira.
4° Sem	Antropologia: Introdução e conceitos fundamentais da Antropologia. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais. Imaginário, representações sociais e expressões culturais de diferentes grupos sociais, com ênfase na sociedade brasileira e de suas particularidades regionais. Cultura e Sociedade. Conceito de cultura, processos culturais; diversidade da cultura e seus componentes: conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos. Processos evolutivos. Relações étnicas e raciais a partir da perspectiva dos direitos humanos
8° Sem	Movimentos Sociais: As bases teóricas sobre as classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classe na sociedade brasileira e as suas manifestações sócio-político-culturais. Concepção de cultura e sociedade. Multiculturalismo. Organização e mobilização. Movimentos Sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais.

Portanto, como anteriormente afirmado, segundo os PPC analisados, verificamos a ausência de disciplinas obrigatórias que tratem especificamente das Relações Étnico-

Raciais no contexto brasileiro como preconizam a ABEPSS e as propostas do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”. O que nos permite afirmar que frente aos avanços apontados, sobretudo no sudeste do país, as UFAs que ofertam o curso de Serviço Social pesquisadas estão aquém do esperado no que concerne aos modestos avanços que estão ocorrendo em cursos de instituições públicas, como apontamos na pesquisa.

Ainda assim, vamos apresentar o que encontramos nas propostas de formação e que remetem à temática na grade curricular de cada IES.

O que existem são disciplinas que adentram em alguns aspectos do debate que aglutina a questão étnico/racial brasileira e que, para analisar dividimos como:

a) históricos: quando estão no escopo do processo histórico da disciplina e neste caso enquadrados a disciplina de “*Formação Sócio-Histórica do Brasil*” que encontramos nas duas IES e que tratam da constituição da sociedade brasileira. Nesta disciplina é que podemos encontrar estudos sobre o período de escravização de pessoas negras no Brasil, quando evidentemente a situação do negro e da negra é apresentada, posto os quase quatrocentos anos de exploração de sua mão de obra em trabalhos de forma escravizada e que forjaram a organização social brasileira e como nossa sociedade organizou socioeconomicamente. Na UNOPAR a disciplina é oferecida com a nomenclatura de “*Formação Social, Histórica e Política do Brasil*”, o que não muda os conteúdos oferecidos que são semelhantes ao proposto no Currículo Mínimo do Curso e quanto a formação brasileira, apontamos a contribuição de Correia (2020, p. 130):

“... as diretrizes curriculares embora silenciem processos indissociáveis da gênese e manifestações da “questão social” na realidade brasileira – a exemplo da questão étnico-racial - propiciam a oportunidade de pensar uma formação social que compreenda a questão étnico-racial no âmbito dos processos que a forjou, mesmo porque, no contexto brasileiro, ela [...] é [uma] construção social no marco do capitalismo mercantilista”.

Desta forma, dialogamos com a constatação de que essa disciplina se constitui como um dos poucos espaços de ensino para que a/o discente tenha acesso a contribuição dos povos negros que foram sequestrados em diferentes países africanos para enriquecer seus compradores e toda a cadeia beneficiária do trabalho desumano que realizavam, e o quanto esse processo foi fundamental na transição para o sistema capitalista no Brasil, quando essas pessoas fundamentais nos processos produtivos foram substituídas pela força do/a trabalhador/a branco estrangeiro, o que nos reafirma a existência de uma política que desconsidera da população negra brasileira que no mundo do trabalho capitalista é a torna descartada e descartável. “*Nesses termos, levantar o debate na formação profissional*

sobre as desigualdades étnico-raciais associadas à história econômica e política da formação social brasileira é possibilitar aos/às assistentes sociais a chance de compreender o racismo estrutural sobre o qual se ergueu o capitalismo brasileiro e romper com o mito da “democracia racial” que serve à dominação burguesa”, acrescenta Correia (2020, p. 132)

Ainda, para aprofundar o debate, Silva (2020, p. 139) pontua que a construção sobre a formação sócio-histórica brasileira tem que superar alguns limites que distorcem o conhecimento acerca do real papel de negros/as e que podem desembocar em visões racistas de um país que criou mitos para justificar a herança cruel destinada a esse grupo populacional e seus/as descendentes:

A “questão social” só pode ser compreendida como a relação contraditória do movimento de exploração do capital sobre a força de trabalho da classe trabalhadora. No Brasil, a mediação com as determinações históricas, políticas e culturais permite apanhar o racismo como determinação sem o qual não se consegue apreender concretamente a “questão social” brasileira. Ao se entrelaçar às determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista, o racismo estrutural conforma uma “questão social” cujas expressões impactam fundamentalmente os/as trabalhadores/as negros/as...Tal posicionamento se sustenta nas determinações da nossa formação social impressa nos processos de colonização, escravidão, constituição do capitalismo e formação da burguesia nacional. Esse entendimento, quando confrontado com a presença do debate étnico-racial nos cursos de Serviço Social no Brasil, assinala para uma formação profissional atravessada por limites profundos que conduzem a leituras “falseadas” da realidade social, em um contexto profundamente marcado pela escravidão e por relações capitalistas fundadas sobre bases racistas – os indicadores sociais denunciam essas determinações.

As colocações da autora nos ousam afirmar que não basta haver no currículo mínimo uma disciplina que contemple o contexto da formação sócio-histórica brasileira sem que esteja problematizada a partir de uma formação que relacione todos os determinantes e resultantes desse processo que é explícito nas demandas que chegam no cotidiano da atuação do/a profissional de serviço social. Sem conseguir construir uma análise crítica que reconheça e decifre essa realidade, nossa formação se mostra deficitária.

b) teóricos: quando estão no escopo de teorias sociais das áreas do conhecimento basilares do currículo mínimo do curso de Serviço Social e, neste caso, enquadrados as disciplinas de antropologia, filosofia e sociologia que encontramos a primeira, na grade dos 2 cursos e as demais, apenas na proposta da UNOPAR;

Sobre a disciplina de Antropologia que está presente na proposta curricular das duas IES, destacamos que trata da construção de referência acerca do homem (humano genérico) em grupos que devem ser estudados considerando suas construções e expressões socioculturais. Como a sociedade brasileira foi formada por três matrizes étnico/raciais, consideramos que nesta disciplina são oferecidos conhecimentos acerca do

grupo negro, principalmente porque influenciou fortemente no âmbito da cultura popular e a construção de nossos, saberes, linguagem, valores, etc. Na proposta da UNOPAR conta ao final da ementa da disciplina *“Relações étnica e raciais a partir da perspectiva dos direitos humanos”* o que demonstra que há uma relação desses saberes e conhecimentos no âmbito do estudo da antropologia.

Identificamos que na proposta da UNOPAR, na disciplina de Filosofia consta um recorte para a *“consciência humana e cultura do colonizado”*, onde destacamos que pode haver oferta de conteúdo sobre os povos negros que estiveram entre os grupos que sofreram toda a sorte de violências enquanto povos colonizados/as por séculos tanto Brasil quanto em outros países dos continentes africano e americano.

Por fim, na mesma IES, encontramos na disciplina de Sociologia uma ementa que traz vários elementos que remetem à questão étnico-racial:

Sociologia: Histórico, conceitos básicos e principais teóricos da Sociologia. Matrizes clássicas do pensamento sociológico. A Sociologia como ciência: objeto e método. Compreensão da Sociologia como instrumento de conhecimento e interpretação da realidade social. Compreensão das transformações da sociedade capitalista. A Sociologia contemporânea. Desigualdade cultural e social. Diversidade cultural. Consumo e sustentabilidade. Organizações: diversidades de enfoques. Sociedade da informação e conhecimento. Análise da inter-relação - ser humano/sociedade/trabalho, a partir de diferentes teorias sociológicas. Diversidade étnica da sociedade brasileira. Vida urbana.

Percebe-se um destaque para a diversidade étnica na sociedade brasileira, mas sem lastro fundamentado em um projeto pedagógico antirracista. O que temos é um repertório de disciplinas pautadas em propostas fragmentadas, numa realidade social mais ampla exposta às mais variadas manifestações de racismo estrutural.

Ademais, como Silva (2020, p. 180) coloca: *“Indagar e pesquisar sobre a origem dos fundamentos ontológico-sociais da vida social no Brasil contribuem para a reflexão sobre como a humanidade de homens e mulheres foi subsumida por sua condição de escravizados e como este processo se desdobrou na naturalização das iniquidades constituídas no pós-abolição”*.

Essa correlação da construção social e desigual do país, desembocou no cenário que temos contato, de inúmeras expressões da questão social vividas sobretudo pela população negra marginalizada através de propostas e posturas racistas de intervenção do Estado.

c) contemporâneos: quando estão no escopo de teorias modernas sobre o movimento de transformação da sociedade e, neste caso, enquadramos a disciplina de Movimentos Sociais da UNOPAR;

Nessa disciplina encontramos uma ementa que traz a proposta de estudos sobre: *“Movimentos Sociais: As bases teóricas sobre as classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classe na sociedade brasileira e as suas manifestações sócio-político-culturais. Concepção de cultura e sociedade. Multiculturalismo. Organização e mobilização. Movimentos Sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais”*. Mesmo que ligada a estrutura dos Movimentos Sociais e estes, como agentes socioeducativos de organização, resistência e força política e politizadora, nessa disciplina obrigatória há destaque para os grupos que lutam por direitos na dimensão das relações de classe, gênero e etnia/raça, considerados minorias sociais. Ainda que o grupo negro se constitua como maioria numérica de pessoas no país, é explícito que não ocupa percentualmente espaços de poder e decisão.

Para que possamos superar o racismo institucional que nos leva a reprodução de práticas racistas banalizadas pela sociedade e naturalizadas em nossos cotidianos para que nossas ações, respostas e projeto sejam mais qualificados, corroboramos com Raimundo (2021, p.194) que aponta a urgência do cumprimento legal na grade dos cursos de graduação em serviço social no país: *“Nesse processo, é extremamente importante destacar o compromisso dos coordenadores e professores dos cursos de Serviço Social nas diversas universidades com a formação dos futuros profissionais. Faz-se urgente que os projetos pedagógicos dos cursos contemplem por meio de disciplinas obrigatórias conteúdos da Lei 10.639/03”*.

Os 20 anos da promulgação da lei 10.639/03 não foram suficientes para que o serviço social com toda a sua bagagem teórica, política e capacidade de decifrar a realidade tornasse a medida realidade nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, isso demonstra facetas dos racismos estrutural e institucional no interior do processo formativo da profissão que acompanha o movimento de uma sociedade presa aos interesses da branquitude e que resiste em implementar os avanços necessários à superação dessa questão. Ou seja, as disparidades de como a temática está sendo inserida na formação do país, também nos saltam preocupações à medida que dispositivos legais são desconsiderados quando da obrigatoriedade da introdução de conteúdos sobre a questão étnico-racial. Essa perspectiva indica que o centro da discussão pela inclusão não está partindo do debate sobre os PPC e de uma proposta de formação antirracista que esteja pautada em no seio da formação. O que comprova, alguns esforços de inclusão de disciplinas que tratem as relações étnico-raciais em PPCs que ainda não assumem a luta por uma formação antirracista, remetendo uma dimensão de coadjuvante num país onde essa população é protagonista majoritária nas vivências de um repertório das expressões da questão social.

Com tudo o que conseguimos vislumbrar nas disciplinas dispostas acima, é possível afirmar que existem avanços nos currículos quanto à inclusão da temática étnico-racial, mas ainda de forma pulverizada, retraída e sem a transversalidade esperada para compor uma proposta de Educação Antirracista na formação de assistentes sociais, como nos exemplifica Correia (2020, p. 127):

No entanto, é importante pontuar que o combate ao racismo precisa se materializar nas ações concretas do cotidiano profissional dos/as assistentes sociais e na formação profissional, de modo a superar a timidez nas ações, conforme assinala Martins (2013, p.17): A título de ilustração, embora os indicadores sociais apontem reiterativamente que, proporcionalmente, os (as) trabalhadores (as) negros (as) sejam os (as) mais afetados (as) pelas crescentes estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital (MARTINS, 2012b), a formação profissional vem sendo implementada sem articular esses dados da realidade social com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Isto posto, podemos afirmar que não está sendo oferecida uma formação que trata o racismo como fenômeno que intervém e altera a realidade concreta da maioria da população brasileira, o que acarreta prejuízos para que sejam decifradas as relações sociais que perpetuam privilégios no Brasil. A partir de uma educação com uma proposta explicitamente antirracista a formação de assistentes sociais pode ser mais assertiva, acertada, qualificada e combativa e, conseqüentemente a atuação do serviço social estará mais coerente com os princípios do Código de Ética Profissional.

Disseminar o Letramento Racial entre todas as camadas sociais, sobretudo entre as pessoas negras para que entendam o processo que as atinge e para que as mesmas possam apresentar quanto é danoso o racismo nas relações sociais e assim enfrentar e angariar outros adeptos da educação antirracista que, com certeza pode transformar a sociedade, está no horizonte do trabalho socioeducativo e político do/a assistente social.

Fundar os conhecimentos profissionais a partir de uma formação profissional com bases sólidas é essencial para que futuras/os assistentes sociais tenham maiores condições de compreender as trajetórias que incidem sobre a construção das realidades de seus/as usuários/as de forma (s) individual e coletiva, trazidas pela população usuária no cotidiano profissional.

É importante que a nossa formação contemple conhecimentos acerca das relações sociais racializadas no Brasil, inclusive para que profissionais do serviço social sejam capazes de realizar um trabalho socioeducativo que instrumentalize a população a negra e a não negra para enfrentamento de todas as formas de racismo, pois, o protagonismo do/a negro/a nas lutas não é uma novidade e o/a mesmo/a não pode ser subestimado.

O tensionamento de vários órgãos e profissionais, principalmente por parte de negras/os, tem há mais de duas décadas avançado por dentro do serviço social, e essa luta persistente tem alavancado e mantido aceso esse debate como Eurico (2018, p. 517):

O Serviço Social brasileiro enfrenta na década de 1980 os mesmos dilemas postos para a sociedade, no árduo processo de redemocratização do país. Do ponto de vista do debate acerca do racismo, o período também é emblemático, e o avanço da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial, seja em âmbito nacional, seja internacionalmente, com certeza incide na profissão. Ora, se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes, que ingressaram na profissão tem grande impacto no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo. A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional.

Portanto, as inúmeras bandeiras e lutas postas ao Serviço Social, o aprofundamento dos estudos e as pautas antirracistas devem estar entre as questões tratadas pela profissão, visto que a sociedade tem avançado nessa direção, sobretudo por esforços e protagonismo de profissionais do serviço social negras, que inclusive estão debruçadas a apresentar a relevância e a relação entre o racismo e o capitalismo. Há uma vanguarda que está comprovando que a pauta étnico-racial não é identitária como apontam os/as que tentam diminuir e invisibilizar a temática.

Outra constatação que trazemos para dialogar nesse estudo, é apontada por Correia (2020, p. 120) como “*silenciamento*” em seu trabalho de dissertação:

Compreende-se aqui o silenciamento como a naturalização e/ ou invisibilidade da questão étnico-racial e a forma secundária com que o seu debate é encaminhado pela profissão. Isso mesmo, os indicadores sociais revelam a imbricação da determinação étnico-racial na “questão social” brasileira quando demonstram a composição majoritária dos/as negros/as nas principais expressões da “questão social”. Apesar disso, o silêncio em torno da questão étnico-racial no Serviço Social pode ser percebido na forma marginal com que a temática é tratada desde o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989 (VI CBAS) quando Magali da Silva Almeida e Matilde Ribeiro pautaram o debate étnico-racial como indispensável para a categoria profissional. Vinte anos depois ainda é perceptível a escassez da temática étnico-racial no Serviço Social.

Em que se pese considerar o acompanhamento da profissão ao movimento da sociedade, que avança na discussão e dá passos lentos na superação do racismo, as bases teóricas marxistas presentes no serviço social nos apresentam fundamentos suficientes para capilarizar uma formação antirracista, como tem sido viabilizado em algumas universidades públicas.

Desta forma, o que podemos discutir baseando-nos em dados levantados nos documentos que compuseram nossa pesquisa empírica é a continuidade de um projeto de silenciamento da questão étnico-racial na formação de assistentes sociais, que reflete

aspectos da democracia racial e do epistemicídio que foram enraizados por décadas na formação de profissionais brasileiros/as em todas as profissões, dada a característica branca da universidade. Os apontamentos que temos destacados nessa pesquisa importam considerar que não é ofertada uma formação alinhada com a realidade social do país, como Correia (2020, p. 119-120) explana:

Diante dessa realidade, os/as trabalhadores/as negros/as compõem os principais índices nas estatísticas das expressões da “questão social”; nesse sentido, é necessário admitir: ela expressa as determinações do racismo estrutural que fundamentam as relações sociais e sustentam a desigualdade sociorracial. Apesar de todas as pesquisas e dos indicadores sociais, o Serviço Social insiste, em seu debate teórico, em ocultar que nas relações de exploração, no contexto brasileiro, estão presentes as relações raciais. Diante dessa realidade, a questão social tratada pelo Serviço Social brasileiro acaba esvaziada de determinações próprias da formação social do país – o racismo estrutural é parte dessas determinações silenciadas.

Afirmações reforçadas por Dias (2015, p. 327) quando trata da urgência de reconhecimento acerca da existência do racismo nas instituições formadoras de assistentes sociais para que possamos superar as desigualdades raciais que persistem em nossas relações:

A ausência do debate, bem como a falta de conhecimento sobre os dados apontados acima nos instrumentos de informação do assistente social resulta em uma invisibilidade racial, e a esta prática, interpretamos como uma posição política de negação. Afirmamos, pois, que seja numa sociedade de exploração capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo não for alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades raciais marcarão as relações sociais.

Como temos trazido ao longo da pesquisa, os elementos para se aprofundar sobre os conhecimentos acerca da educação para as relações étnico-raciais nos cursos de serviço social brasileiros estão sendo construídos, constituídos e legitimados de forma orgânica através de um longo processo que precisa permear para o interior da formação. Não precisamos construir essa trajetória, ela já está pavimentada e é legítima. O que nos requer destacar, são as resistências ao avanço de inserção da questão, que consideramos ser condição para imprimir um novo patamar de qualidade da formação de acordo com as leis e normativas que foram mencionadas. Essa mudança ampliará nossas possibilidades profissionais, além de todo arcabouço de materiais e estudos que estão sendo produzidos com embasamento teórico, técnico e político para assumirmos uma formação antirracista no serviço social.

No que concerne aos dados da pesquisa, temos que as IES não estiveram imunes aos processos ideológicos que invisibilizaram a relação intrínseca entre a “questão social” e a questão “étnico-racial” no país, mas se faz urgente que essa perspectiva seja considerada e essa questão supere a discussão temática e seja parte da base curricular

formativa da profissão, corroborando para compreensão da realidade brasileira, como os indicadores nos demonstram e de forma incisiva Gonçalves (2020, p. 520) pontua: *“As práticas institucionais naturalizam a discriminação racial que chega naturalizada até o(a) profissional. Num ciclo vicioso, a naturalização dos sérios problemas de conduta naturaliza a miséria, o meio de que provém. Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes”*.

O epistemicídio enquanto apagamento da construção intelectual do/a negro/a também é uma constatação ao qual podemos identificar nos documentos. Enquanto a UNOPAR não apresenta suas referências bibliográficas, o CEUB não aponta o vasto repertório de intelectuais negros/as das referências bibliográficas das disciplinas, fato que as IES de natureza pública tem tentado superar: *“As produções a elas vinculadas vêm priorizando o debate e a incorporação de autores/as negros/as com suas produções, com o intuito de elucidar a contribuição teórica desses/as autores/as na produção do conhecimento”*. Machado, Ferrugem, Santos (2021, p. 155) e Silva (2021, p. 90) enriquece:

A literatura antirracista nos convoca à reflexão sobre as relações raciais na formação em Serviço Social, porque assim como toda a sociedade, a profissão também é racializada. Nessa direção, acessar conteúdos que problematizam o projeto colonial escravista, que pretendeu destituir a humanidade de mulheres negras e homens negros, e sua consolidação nas relações sociais do pós-abolição pode ser revelador. Isso porque permite demonstrar que a persistência das iniquidades sofridas pelo contingente negro, majoritário na população brasileira, não é produto de eventos aleatórios e aspectos não sistematizáveis, mas de processos históricos materializados em dados tangíveis e passíveis de intervenção profissional e política.

E como podemos identificar, tem se tornado uma realidade concreta a partir dos cursos de universidades públicas que ofertam a graduação em Serviço Social e, esperamos que se torne realidade nos cursos privados que formam assistentes sociais que tem uma abrangência maior na formação. Ainda que não estejam presentes e explícitas nas bibliografias, as produções de intelectuais negras/os são realidade concreta capaz de absorver as necessidades da formação profissional, mas não estão contempladas nos PPCs analisados, comprovando o epistemicídio como estratégia de silenciamento e naturalização dessa perspectiva de ensino que tem por objetivo apagar a contribuição negra na profissão.

Não obstante às contribuições de todos os estudos que referenciam essa pesquisa, sabemos do compromisso e empenho das UFAs, visto que existem muitos limites que dificultam no avanço dessa questão no seio da formação. Por vezes, esses limites extrapolam a autonomia dos coordenadores educacionais que lutam contra interesses

econômicos ou contra escassos recursos para investimentos em cursos privados de serviço social.

Porém, a centralidade do debate desta pesquisa, se reserva em apontar se, e como está sendo ofertada a formação na graduação em relação à questão étnico-racial posto que temos como norteadoras desse processo as orientações da ABEPSS e as normativas do MEC, como Silva (2020, p. 172), expressa: *“Instruções que requerem inserir em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino – os objetivos antirracistas explícitos, assim como os procedimentos para sua consecução”* e Correia (2020, p.17) contribui:

É inegável a existência de esforços empreendidos em algumas IES do país. No entanto, eles ainda são pontuais e enfrentam uma série de “senões” que inviabilizam uma reflexão efetiva, articulada e sistemática. Martins (2017) ... Ante o exposto acima, entende-se que a “questão social” é central na formação e no exercício da profissão. O ponto de partida para arrancar do silêncio a questão étnico-racial é o “[...] investimento na reflexão teórica acerca do entrelaçamento/cruzamento entre questão étnico-racial e ‘questão social’” (MARTINS, 2013, p. 18).

“Portanto, conhecer a questão étnico-racial e suas expressões se faz necessário se desejamos constituir uma perspectiva crítica das relações sociais em toda sua multiplicidade”. Souza e Barbosa (p.03).

Ou seja, estamos empenhando esforços na luta pela qualidade da formação de assistentes sociais que não podem continuar imprimindo em suas análises sobre a realidade, leituras equivocadas e limitadas que podem implicar em intervenções e posicionamentos errôneos que remontam à democracia racial, à eugenia, à meritocracia dando continuidade ao racismo em suas mais variadas dimensões, o que contraria os princípios do Código de Ética do Serviço Social, como alude Eurico (2017, p. 416):

A compreensão das bases que estruturam a desigualdade de classes no Brasil é tarefa primordial para o Serviço Social na contemporaneidade, uma vez que a profissão assume publicamente, a partir da década de 1980, um compromisso ético-político com as lutas da classe trabalhadora, tendo como horizonte uma nova ordem societária livre da exploração, dominação e opressão de classe, gênero e raça/etnia.

Compreender o silenciamento sobre a questão étnico-racial pelo serviço social como provocador da luta de assistentes sociais negras e, posteriormente de outros segmentos, e dar visibilidade a esse processo que tem resultado no apagamento no cerne da profissão, é antes de mais nada, reconhecer que em todos os setores da sociedade brasileira – onde se gestam as relações assimétricas, sempre há a resistência e protagonismo das pessoas

negras contra o racismo estrutural mascarado pela retórica de passividade do/a negro/a, afirmação que nega sua condição de sujeito:

Nesse sentido, entende-se o silêncio da questão étnico-racial não como ausência, mas como consequência de determinações estruturais manifesta no encaminhamento da temática para a via marginal ou para discussões pontuais em momentos ocasionais. “[...] Esta análise tem em mira que o silêncio sobre os negros na produção incipiente do Serviço Social não é um acidente mnemônico, mas um silêncio” (FERREIRA, 2010, p. 13). Segundo Schwarcz (2001, p.52, apud Ferreira, 2010, p. 13), o “[...] silêncio não é sinônimo de ausência”. Por se constituir estruturalmente, o racismo deve ser compreendido na esfera econômica, social, política e ideológica. ... A questão étnico-racial, conseqüentemente, é entendida como situações históricas de marginalização, opressão, exploração e discriminação vivida por povos negros, indígenas e quilombolas nas práticas sociais no capitalismo (SANTOS, 2013), mas também, e principalmente, é resistência e luta implementada desde o século XVII contra a exploração e dominação. Nesses termos, é importante reconhecer que o silenciamento da temática racial pela profissão é também um aspecto concreto do racismo estrutural que invisibiliza e silencia opressões, exploração e violência, todas amplamente denunciadas por pesquisas e indicadores sociais, inclusive oficiais. Correia (2020, p. 125-126)

O racismo estrutural também se manifesta por dentro e através das instituições como racismo institucional, mas são expressões do mesmo fenômeno, que buscamos através de estudos qualificados demonstrar. Obviamente essa constatação apontada por várias autoras negras tende a incomodar, sobretudo entre nós do serviço social que temos uma íntima ligação com valores humanos universais, mas devemos antes de tudo, compreender que se custa à sociedade saber que se trata de racismo, para nós, pessoas negras, tem custado a própria existência e como a exercemos.

Corroboramos com as defesas de que precisamos lutar, avançar, contribuir com a sociedade para a superação do racismo. Mas também temos que contar com a colaboração das pessoas brancas no movimento de reconhecer que o que vivemos até aqui foi a manifestação concreta de práticas e posições hierarquizantes de cunho racista e que, todos/as temos que optar por mudar radicalmente essa o que é complementado por Eurico (2017, p. 424-425):

O compromisso étnico-racial frente a realidade que se impõe tem instigado diversos profissionais a buscar conhecimento teórico para qualificar seu trabalho, seja na gestão, no planejamento ou na execução das diversas políticas públicas, e a questão étnico-racial emerge nesse contexto e observa-se um crescimento importante da produção acadêmica acerca da temática étnico-racial no Serviço Social. Elaboraões teóricas primam pela articulação entre a direção social da profissão e a luta em defesa da classe trabalhadora e pelo combate ao racismo institucional. Esta deve ser uma luta constante, uma vez que a profissão como um todo tem sofrido com as influências do pensamento pós-moderno e não seria diferente no debate étnico-racial. Análises fragmentadas, desconectadas da realidade social, desprovidas de um conhecimento prévio acerca da contribuição dos povos africanos para a formação do Brasil podem reforçar o racismo, que no nível do discurso tentam combater, como em propostas que buscam fortalecer a identidade negra como saída para solucionar problemas estruturais.

O que pressupõe a necessidade da oferta de uma educação antirracista, que seja capaz de reconhecer esse processo que não se resume à questão histórica de negros e negras no Brasil, como é abordada na formação, mas deve estar contemplada em todo o currículo formativo do serviço social considerando o que está preconizado em normativas do MEC e orientações da ABEPSS, em todos os momentos da graduação em defesa da profissão como forma de construir valores e possibilidades de outras sociabilidades, como Silva (2020, p. 181) adensa:

No Brasil, o racismo não é um fator que matiza a questão social, nem é simplesmente uma das suas expressões. Nesta direção e partindo do racismo como estrutural da vida social é imperiosa a apropriação ampliada da educação das relações étnico-raciais, de forma articulada, na condição de disciplinas específicas, mas também de conteúdos transversais aos três núcleos de fundamentação, abordados no interior das disciplinas e na forma de seminários temáticos, oficinas/laboratórios, incentivo à pesquisa, atividades complementares e outros componentes curriculares.

Como diz a intelectual negra estadunidense Ângela Davis “*Não basta não ser racista, tem que ser antirracista*” e a incisividade nas colocações da intelectualidade presente nessa pesquisa é um destaque para que o serviço social brasileiro passe a sentir desconforto e indignação em constatar como o racismo performa nosso cotidiano, nossos trabalhos, nossa formação, como Correia (2020, p. 134) destaca:

Dadas as constatações expostas, o silêncio em torno de uma questão histórica, tão importante com repercussões materiais fundamentais para o objeto de trabalho do Serviço Social, só pode ser atribuída ao racismo estrutural que impregna a formação, a produção intelectual e o exercício profissional. Não é por acaso que as pesquisas no âmbito da profissão apontam para uma formação cuja questão étnico-racial, quando se faz presente, em sua grande maioria, são tratadas por disciplinas optativas.

Os PPCs das UFAs analisadas, não adentram à questão étnico-racial, apenas cumprem o currículo mínimo. Dito isto, afirmamos que não haverá uma formação que seja efetivamente uma educação para as Relações Étnico-Raciais enquanto se que ignore os estudos da África, da construção sócio-histórica do Brasil com ênfase para o reconhecimento do protagonismo e resistência de povos que constituíram essa nação, como os indígenas e negros, com seus/as descendentes que contribuíram na construção deste país como pessoas escravizadas e após, com a transição para o modelo capitalista e fim da escravização formal, foram marginalizados/as nesse movimento que se reproduz e se alimenta de ideologias e decisões racistas por parte de um estado dirigido por uma burguesia branca que decide diariamente manter seus privilégios e poderes.

Relacionar essa pauta na dimensão da formação é assumir um compromisso de atualização da perspectiva formativa e o reconhecimento desse silenciamento que nos

causa prejuízos nas propostas de formações vigentes, torna precarizada os atendimentos destinados à população negra que é a maior numericamente entre as assistidas pelas políticas públicas e sociais no Brasil. Silva (2021, p. 80) atinge o ponto nevrálgico da questão quando afirma:

A miranda que adotamos toma como premissa a ligação intrínseca entre relações raciais e formação social brasileira. Essa significação, articulada no pensamento social, fundamenta-se na historicização das relações raciais como mecanismo de hierarquização estrutural das relações sociais no Brasil, nas quais a racialização opera como forma concreta de classificação social, demarcação de diferenças e naturalização de desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Esse é um direcionamento necessário para a qualificação crítica dos nexos entre as problemáticas do passado e as indagações contemporâneas, que se irradiam nas variadas dimensões da vida social, por um feixe denso de questões, entre as quais destacamos: a transição da escravidão para o trabalho livre, a identidade nacional fabricada no mito da democracia racial e cidadania regulada pelo racismo.

E Eurico (p. 519), elucida:

Os avanços continuam, e a tarefa que se coloca como urgente é desvendar nas tramas do real a intrínseca relação entre questão étnico-racial e questão social, à luz da teoria marxista, ação que não se coloca apenas como modismo, como tarefa particular de assistentes sociais negras(os), mas como uma imperiosa tarefa do coletivo profissional, à medida que a fragmentação da análise pode produzir pesquisas e intervenções no âmbito das políticas públicas, com um cariz de modernidade, mas apoiadas em posturas conservadoras e autoritárias.

Não há mudança sem processo reflexivo, a práxis é a base para que nossa profissão esteja na vanguarda de mais esse avanço, digo “vanguarda” e “avanço”, pois estamos fazendo debates no interior da profissão e também através de nossas instituições para deixar sublinhada a urgência da inclusão no currículo do serviço social de uma educação para as Relações Étnico-Raciais, o que deveria estar no horizonte de todas as profissões. Da mesma forma como foi na década de 1990 com a proposta inovadora e organizada das Diretrizes Curriculares, nosso patrimônio intelectual e político ABEPSS CFESS/CRESS e ENESSO tem nos permitido ser referência de plataforma político educacional entre profissões de nível superior. Portanto, para que sejamos destaques na formação antirracista, temos que garantir o ensino antirracista na graduação e pós-graduação do serviço social:

Assim, voltados para a superação do racismo, dos preconceitos e das discriminações os desafios da educação das relações étnico-raciais requerem a leitura da dimensão emancipatória da educação a partir de parâmetros concretos, ultrapassando proposições voluntaristas e discursos fatalistas. As contradições que envolvem a educação não estão restritas à macro política, pois, englobam, dinamizam e se expressam nas relações interpessoais diretas, dentro fora da sala de aula. Portanto, a atitude reflexiva e crítica sobre as relações étnico- raciais no Brasil que se espraia prepositivamente para o conhecimento dos conteúdos relacionados às contribuições dos povos indígenas, africanos e das populações afro-brasileiras se materializa numa práxis cotidiana inovadora que não se restringe ao ambiente acadêmico.

Uma educação deste tipo implica revisões críticas no âmbito das relações instituídas para identificar e problematizar nos projetos pedagógicos a hegemonia da branquidade nas formações sociais colonizadas, pois é uma ideologia que se sustenta paralelamente à ausência da história e do pensamento intelectual e político das populações negras e indígenas.

A implementação crítica da educação das relações étnico-raciais e o combate ao racismo na formação universitária ampliam as condições para trabalhar as diferenças, os conflitos e as tensões como movimentos intrínsecos das relações sociais burguesas. Por outro lado, a sua negação e/ou invisibilização são entraves à percepção de contradições que se reatualizam e perpetuam desigualdades. É a partir destas considerações que estão postos os desafios de uma educação antirracista no Serviço Social.

No serviço social as/os intelectuais e militantes negras/os, sobretudo, que sentem o resultado das contradições sociais calcadas nessa hierarquização racial na própria pele, conseguiram desbravar as resistências acerca da temática, principalmente aos que intitulavam como pautas identitárias e, cabe a nós adensar essa luta e tensionar as IES para que construam propostas nos PPCs para uma Educação para as Relações Étnico-Raciais na Graduação e Pós-Graduação do Serviço Social, como Eurico (2018, p. 524) traz:

Entendemos que no cotidiano das instituições, no qual o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, as(os) assistentes sociais podem assumir o compromisso de desvelar o racismo na dimensão organizacional, propor intervenções na direção oposta e desempenhar papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir práticas racistas, que incidem de maneira perversa na vida da população negra.

E Silva (2020, p. 181) amplia quando reivindica nosso Projeto Ético-Político: *“Por outro lado, configura-se como provocação à reflexão crítica dos formatos tradicionais do ensino da prática profissional, na medida em que, na mesma direção do projeto ético-político profissional, o antirracismo exige de docentes e discentes a consciência dos mecanismos que originam as desigualdades que se materializam na realidade concreta do cotidiano das/os assistentes sociais”*.

Uma Educação para as Relações Étnico-Raciais no Serviço Social deve percorrer todos os espaços formativos, seja no ensino que vai para além das disciplinas, ementas e referências bibliográficas e chegue no estágio curricular obrigatório, nas atividades complementares, nos projetos e núcleos de pesquisa e extensão, além de fomentar o debate e organização de estudantes negras/os:

Nesse bojo histórico, as múltiplas determinações e expressões da questão social foram incorporadas como a matéria prima da ação profissional e tornaram-se objeto também do ensino, da pesquisa e da extensão. O serviço social passou a ser entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. O trabalho do assistente social foi interpretado como processo, no interior de processos mais amplos, que se transforma ao modificarem-se as condições e as relações sociais nas quais está inscrito. O caminho percorrido demonstra que muito foi realizado, porém, ainda há muito o que fazer para uma educação das relações étnico-raciais no Serviço Social, voltadas para a eliminação de quaisquer formas de racismo e de discriminação.

Outro aspecto que não podemos deixar de apontar é que os/as docentes não negros/as são fundamentais para encampar essas mudanças no âmbito da formação e, principalmente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, visto que a maioria docente de nível superior brasileiro é branca e, acreditamos que as/os assistentes sociais no exercício da docência tem que estar capacitadas/os e comprometidas/os com uma Educação para as Relações Étnico-Raciais:

No Serviço Social, essa ideologia pode ser apreendida ainda no notável silêncio da questão étnico-racial na sua formação profissional, aqui apreendido na proposta curricular de 1996 e nas pesquisas que tiveram como objeto analisar a sua presença no âmbito do Serviço Social. O notável silêncio na formação profissional, logo, pode ser assim percebido no reflexo das diretrizes curriculares que, embora resultem do amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional, repercutem, no seu interior, os limites nas análises dos processos sociais concretos da formação social brasileira como consequência de uma ruptura com o conservadorismo profissional apoiada em uma apropriação do marxismo sem Marx (QUIROGA, 1991), somada à crença de que a questão étnico-racial foi resolvida no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país. Correia (2020, p. 133)

A pós-graduação no serviço social tem cumprido um papel importante na formação da intelectualidade negra que está sendo inserida na docência do serviço social, mas a escala ainda é deficitária para as necessidades da formação.

Destarte, esta profissão se coloca na linha de frente por entender que essas determinações implicam na reprodução e retroalimentação desse projeto de sociedade vigente, que não coaduna com as necessidades e interesses da classe trabalhadora brasileira a qual nos comprometemos defender em nossos princípios éticos:

No Serviço Social brasileiro o acúmulo teórico-metodológico e ético-político construído nos últimos 40 anos e materializado, particularmente, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993 e nas diretrizes curriculares de 1996 legitima a direção social comprometida com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. À vista disso, o projeto societário afirmado pela profissão coaduna com a apropriação ampliada de uma educação das relações étnico-raciais implicada no reconhecimento da democracia racial no Brasil como mito mantenedor da hegemonia da ideologia da branquidade na sociedade e dos privilégios materiais e imateriais dos sujeitos que a detêm, mesmo aqueles que não advogam tais privilégios. Silva (2020, p. 163-164)

Podemos destacar as mais de três décadas que estamos produzindo debates, reflexões, estudos, eventos e orientações que sejam capazes de introduzir de fato a educação para as Relações Étnico-Raciais no cotidiano dos cursos de Serviço Social e, conseqüentemente na formação. Temos que é imperativo enquanto compromisso ético-político efetivar uma proposta consistente de Educação para as Relações Étnico-Raciais mas não apenas no sentido de “cumprir cotas” nos currículos, mas como um momento em que o serviço social faz essa virada de chave e assume que esse apagamento esteve a

serviço do racismo estrutural e que a decisão coletiva é pelo rompimento, como fizemos com as teorias conservadoras que orientavam o processo formativo antes do Movimento de Reconceituação, como destacam Martins, Santos, Santos e Cavalcante (2020):

O balanço das disciplinas que discutem a questão étnico-racial nos cursos de Serviço Social no Brasil aponta uma formação profissional ainda distante de considerar as determinações étnico-raciais como um dos complexos de causalidade que se entrelaçam à determinação da “questão social” brasileira. Limitada a entendê-la apenas como resultante da relação capital/trabalho (a exploração), a formação profissional esvazia-se de determinações singulares e particulares imprescindíveis à compreensão do objeto base do exercício profissional. Esse esvaziamento torna-se berço para a “produção” de profissionais que facilmente se rendem à lógica formal-burocrática coerente com o ideário neoliberal que exclui a dimensão coletiva da “questão social”. A afirmação acima pode, aparentemente, apresentar um superdimensionamento da questão étnico-racial no âmbito do debate da “questão social” e, evidentemente, da formação profissional, contudo, quando se leva em conta que mais da metade da população brasileira, ou seja, 50,7 (190.732.694 milhões), é composta de negros/as (preta e parda), quando se tem presente que os indicadores sociais vêm apontando a predominância dos/as negros nas principais expressões da “questão social” brasileira e, ainda, quando se considera que os(as) usuários(as) dos serviços nos quais os assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais são fundamentalmente negros(as) (pretos/as e pardos/as) (MARTINS, 2013, p.16), essa armadilha dá a medida da extensão dos limites impressos por uma formação profissional que desconhece e/ou não reconhece a carga da determinação étnico-racial no complexo de causalidade da “questão social”. Isso imprime uma característica importante ao exercício profissional: o despreparo para responder interventivamente à população com um histórico de discriminação - desemprego, trabalho informal, relações de trabalho precárias -, aprofundado no cenário atual de crise do capital.

Isto posto, temos que fomentar, inclusive com pesquisas, um envolvimento de toda a categoria sejam coordenadores/as de cursos, docentes, discentes, supervisores/as de estágio para que em conjunto com a população usuária e todo o conjunto da sociedade, possam de fato avançar na luta antirracista. O ganho é coletivo e os resultados convergem com o PEPSS:

É fato, a posição do Serviço Social frente ao racismo está expressa no seu projeto ético-político. Este, ao se vincular a um projeto societário que visa a construir uma nova ordem social, optou politicamente pela recusa à exploração e à dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 2006) e pela defesa dos direitos humanos e rejeição aos preconceitos. Nesses termos, do ponto de vista do sujeito coletivo – como “unidade não-homogênea” –, a posição do Serviço Social diante da questão étnico-racial pode ser evidenciada no conjunto de valores contidos no seu Código de Ética. Valores que se expressam na “[...] defesa intransigente dos direitos humanos [...]”; e no empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012, p. 23, suprimimos). Entretanto, é patente que o posicionamento acima mencionado não tem feito avançar substancialmente o debate da “questão social” na produção intelectual da categoria e na formação profissional. Mesmo quando os processos históricos, políticos e culturais da sociedade brasileira apontam para a questão étnico-racial como carregada de determinações concretas na conformação da “questão social”, não se verifica a formação profissional lançando-se ao desafio de tratá-la articulada aos componentes curriculares que discutem a formação sócio-histórica do Brasil, por exemplo. Martins, Santos, Santos e Cavalcante (2020, p.151)

A análise dos dados que apresentamos nessa pesquisa, reforçam que existem medidas que precisam ser tomadas com urgência para que essa segunda década do século XXI demarque a mudança de paradigma para uma formação na graduação em serviço social que esteja ancorada numa Educação para as Relações Étnico-Raciais e desloquem essa compreensão histórica que remete à passividade na participação do negro e da negra, visto que muitos avanços civilizatórios que existem no país foram duramente conquistados no contexto das lutas das pessoas negras e do Movimento Negro, como Silva (2020, p. 162) destaca: *“Portanto, as populações negras, duplamente espoliadas (social e racialmente), têm um papel predominante, ainda que por processos lentos e contraditórios, no antagonismo de classe que tem se acirrado nas últimas décadas com a crise estrutural do capital, a prevalência da lógica neoliberal e a ofensiva do pensamento conservador no Brasil e no mundo”*.

Estar majoritariamente compondo a classe trabalhadora nas situações mais exploradas, faz com que a população negra seja um segmento com alto potencial de construção de saídas efetivas para superar todos os desafios impostos pelo sistema que reatualiza as desigualdades de classe:

Vivemos em uma sociedade altamente excludente e que contraditoriamente procura incluir precariamente de forma fragmentada, os segmentos que a formação social capitalista exclui. Tem sido através de políticas afirmativas que busca “superar” as “desvantagens” instituídas historicamente para que a população e negra e outros grupos de pessoas discriminadas possam alcançar a igualdade constituída em Lei. Correia, Menezes, Maciel (2017, p. 05)

O que também pode contribuir para análises e ações de cunho revolucionário que tirem o serviço social dessa inércia acerca da postura frente ao racismo estrutural para uma práxis que considere as experiências das pessoas retintas:

São inegáveis as razões para creditar o silêncio da questão étnico-racial no Serviço Social à ideia de que no Brasil não há nenhum motivo justificador para o seu tratamento. Ora, o “mito da democracia racial” tratou de delimitar o olhar apenas para os episódios mais marcantes da história da questão étnico-racial no país. Mesmo nos dados concretos da realidade e no cotidiano marcado de determinações étnico-raciais visíveis, ela não é compreendida pelo conjunto da categoria como relevante para a formação profissional. Correia (2020, p. 133)

Nos cabe a partir do exposto, sermos propositivas/os e proativas/os no que concerne à questão étnico-racial na formação de assistentes sociais, é uma tarefa que passa por cada um/a de nós e cabe, pois, vivendo no país que tem a história e a realidade do nosso, se posicionar e agir é um dever ético perante aqueles que juramos defender:

Tais sinalizações apontam para uma “questão social” que apresenta “[...] hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a” (IAMAMOTO, 2001a, p. 37-38). Os dados da realidade concreta fazem ver que a ausência no trato das

determinações étnico-raciais como legado da formação profissional impede “[...] projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida [...] já presentes no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência” (IAMAMOTO, 2006, p. 177, grifado no original). Por esse ângulo, não é incorreto afirmar que o fortalecimento das “formas e defesa” da vida dos negros/as, como segmento que vive da venda da força de trabalho, passa também pela formação e exercício profissional do assistente social, mesmo porque a luta antirracista é contra as desigualdades sociais impostas pelas relações de produção capitalista permeadas de racismo. Martins, Santos, Santos e Cavalcante (2020, 157-158)

Que essas contribuições possam acarretar reflexões profundas as quais corroborem nesse estudo e, que docentes de graduação no serviço social coloquem na pauta para a coordenação dos cursos que a questão étnico-racial está umbilicalmente ligada as expressões da questão social no Brasil, que a formação não pode mais esperar para garantir uma educação que considere as relações étnico-raciais na reprodução da vida em sociedade. Da mesma forma, as/os profissionais devem cobrar os/as gestores/as e discentes para com docentes e estagiários/os e usuárias/os para com as/os profissionais nesse mútuo compromisso de tensionar para que não se arraste por mais uma década as intenções que fundamentaram esse estudo. Nossa mudança tem que acontecer a partir de agora porquê as estatísticas não esperam, não congelam e não cessam, assim como apresenta Eurico (2018, p. 523):

As(os) assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional nas diversas políticas públicas, no complexo e contraditório processo de reprodução das relações sociais. No modo de produção capitalista, a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo e, no caso das relações institucionais, sejam elas públicas ou privadas, é dependente do racismo institucional, que possibilita a manutenção de práticas racistas, internalizadas e reproduzidas de maneira automatizada e naturalizada.

É fundamental a uma profissão que possui princípios éticos tão robustos e sólidos, alinhados às suas organizações, que essa atualização sobre a historicidade negra seja realizada, bem como que possam conhecer as histórias, culturas, valores, saberes e ancestralidade oriunda do continente africano para conectar a dimensão brutal de amplas e múltiplas violências que negros/as e os/as descendentes desses povos sofreram aqui para contribuir na construção desse país e, desta forma, respeitar as pessoas negras em suas condições objetivas e subjetivas de vida que tem sido maculada e prejudicada por um projeto que nos forja para reconhecer as pessoas negras como subalternas e submissas aos interesses da branquitude. Raimundo (2021, p. 194) indica:

No caso do Serviço Social, faz-se necessária a continuação da luta iniciada com a ampliação da temática na formação, em revistas científicas, congressos e encontros de pesquisa. Essas ações por parte do Serviço Social têm contribuído para uma revisão da atuação dos/as profissionais. Precisamos retornar à história para compreender as desigualdades, precisamos entender os mecanismos utilizados

para sua perpetuação para que assim possamos elaborar os caminhos para a superação. Sem dúvida, a educação negou ou apresentou de forma distorcida a história da África, e os profissionais de Serviço Social não ficaram isentos a esse processo.

É óbvio que a formação antirracista tem íntima relação com a presença de pessoas negras na universidade como discentes e docentes, mas a construção dessa proposta passa pelo corpo acadêmico não negro composto pela docência hegemonicamente branca que tem que assumir essa educação antirracista para que não tenhamos que esperar mais 20 anos, período que a Lei 9.394/96 está em vigor, sem ver nos PPC os estudos sobre a África e as Relações Étnico-Raciais no contexto da sociedade brasileira. Temos um grupo de intelectuais negras/os que se debruçam sobre a temática e tem aberto portas e capacitado através de várias frentes a formação antirracista no serviço social, inclusive produzindo material acadêmico para destacar autores/as negros/as e superar o epistemicídio ainda presente na formação, como Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 157) destacam:

Essa informação é relevante, considerando que, por conta do racismo, a produção de intelectuais negros e negras é silenciada, alcançando pouca visibilidade e eco nos debates acadêmicos e periódicos. Por consequência, pouca participação em núcleos e grupos de pesquisa, que, ao pensarem suas linhas de pesquisa, poderiam levar em consideração essas temáticas e referências. Se não há debate sobre uma questão, ela não gera inquietudes e indagações de pesquisa. Podemos considerar isso um ciclo que leva ao epistemicídio, isto é, “o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (Ribeiro, 2019, pg. 61), que obstaculiza a materialização de uma formação antirracista para uma práxis antirracista.

Refletir sobre as assimetrias e dicotomias é o primeiro passo para se instituir uma formação antirracista, ter acesso a fontes que nos desvelem esse complexo e dinâmico aparato racial que estruturalmente serve aos interesses da branquitude e da pequena burguesia nacional e também dos grandes acumuladores de capital é *conditio sine qua non* para que consigamos apreender as teias que nos envolvem nessa disputa em que os privilégios brancos nos surrupiam as possibilidades de superação desse quadro de desigualdades, como Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 162) apontam:

Em consonância com esse pensamento, uma práxis antirracista no Serviço Social requer a apreensão dos mecanismos de perpetuação da hierarquia racial, que passam pelo reconhecimento e pela compreensão das manifestações de preconceito e discriminação racial, mas não somente. É preciso romper com a narrativa única do/a negro/a como sujeito de desigualdade de direitos, vítima de opressão e violências, e perseguir a dialética, reconhecendo as resistências e os protagonismos. A construção de uma práxis antirracista como práxis revolucionária requer o reconhecimento do racismo estruturante e da intelectualidade negra como produtora de conhecimento, a despeito do racismo. Exige nomear as manifestações do racismo, mas principalmente reivindicar uma formação antirracista, que dê passagem às existências negras que constroem, reconstroem, moldam e teorizam

a sociedade. O antirracismo requer currículos, epistemologias, bibliografias que lhe permitam vingar.

Não podemos mais admitir que os racismos estrutural e institucional pautem a formação de assistentes sociais no Brasil, temos organizações que lutam e enfrentam historicamente os interesses das classes dominantes e estão nos apontando que não podemos mais aceitar esse cenário. Também não podemos aguardar docentes brancas/os se especializarem para ofertar disciplinas, tampouco coordenadoras/es de cursos que liderem PPCs constituídos por ensino, extensão e pesquisa que contemple as Relações Étnico-Raciais na sociedade brasileira, nesse contexto também como que preconiza a Lei Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 163):

Ainda assim, queremos demarcar a importância do debate das relações étnico-raciais inscritas enquanto estruturais, para que sejam consideradas na elaboração de disciplinas, na escolha das bibliografias, na articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, fundantes do projeto de formação com qualidade em Serviço Social. Também a criação de grupos e linhas de pesquisa que expressem o compromisso com o desvendamento da questão não mais como uma possibilidade, mas como uma orientação da sua necessidade.

Nos é tarefa premente superar das discussões, debates e reflexões e colocar em prática uma educação para as Relações Étnico-Raciais. Sabemos que a burocratização é recurso utilizado para a manutenção das situações, como Machado, Ferrugem e Santos (2021, p. 159) enfatizam:

Lamentavelmente, essas ausências se arrastam como herança e demarcam uma hierarquia racial até os dias atuais, especialmente com a força intermitente do modo de produção capitalista, em que as formas de exploração/opressão ganham maior evidência e fundam as bases estruturantes das relações sociais. Essas são restabelecidas em todos os espaços e instituições da sociedade, portanto também no âmbito da universidade, lugar historicamente marcado pelo acesso majoritário de pessoas brancas, com posses, com visibilidade e reconhecimento social.

Compreender a realidade concreta das propostas dos cursos de Serviço Social no que concerne à Educação Antirracista é uma forma de para além de se debruçar sobre a realidade, criticar e trazer os elementos necessários para supera-la. Enquanto houver naturalização e banalização desses meandros do racismo no país, a estrutura vigente será racista com relações assimétricas e racializadas. Tirar os véus supõe, num projeto que visa a transformação da ordem societária, uma mudança de paradigma. Da mesma forma, como temos que aprofundar a realidade concreta da população brasileira para qualificar nossa intervenção frente as expressões da questão social como Silva (2021, p. 89) trata:

O quadro de intelectuais apresentado nos convoca a pensar a realidade concreta a partir de uma revisão da historiografia e sociologias brasileiras pela miranda dos sujeitos alijados do poder. Um movimento consoante com uma interpretação crítico-dialética de adensamento entre as mediações sócio-históricas particulares e as

categorias centrais do modo de produção capitalista que compõe o nível da universalidade, cujo sentido é promovido pelos componentes concretos dessa mesma realidade. Uma direção que é coerente com os conteúdos das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (Abepss, 1996) e aponta para o aprofundamento das relações raciais em seu aspecto estrutural na vida social como princípio de apreensão crítica dos processos sociais em sua totalidade, conectada a uma análise do movimento histórico da sociedade, fundamental para a compreensão da questão social em suas expressões particulares no interior das relações de classe.

Esse ocultismo acerca dessas ideologias e projetos racistas que perpetuam os lugares sociais da branquitude brasileira, esconde e suprime a enorme contribuição histórica e contemporânea da população negra delegando estereótipos de conotação negativa e depreciativa de sua participação e contribuição social desde a invasão europeia nas terras brasileiras, o que tem que ser combatido veementemente:

As perspectivas não hegemônicas provocam o redimensionamento teórico das particularidades que condicionam as mediações constitutivas do capitalismo nacional. E exigem uma premissa ético-política antirracista para questionar, por exemplo, as proposições clássicas da sociologia do trabalho sobre a estruturação da classe trabalhadora brasileira, que omitem o projeto de branqueamento do trabalho pelo Estado ancorado na inferiorização racial do segmento que por quase quatrocentos anos exerceu todas as atividades produtivas e improdutivas na condição de escravizado. Silva (2021, p. 89-90)

Todavia, como pudemos identificar, a nossa formação deve sofrer uma radical mudança, radical considerando Marx apud Iamamoto: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” e temos que sobretudo mergulhar fundo na compreensão das Relações Étnico-Raciais como possibilidade de alteração da ordem vigente à medida que vamos contribuir na formação de profissionais que terão condições de decifrar a realidade, criticar e contribuir na construção de estratégias para transformar esse contexto, como Silva (2021, p. 91) alude:

A própria realidade contemporânea indica para nós, assistentes sociais, a urgência da incorporação, em nossa formação profissional, do escopo teórico construído por intelectuais negras e negros, referências não hegemônicas de um pensamento social crítico que pode contribuir para a elucidação dos processos organizadores da vida social no Brasil e que tem o racismo como elemento estrutural.

Não podemos aceitar que parte da categoria de assistentes sociais negue o racismo com esses mecanismos de invisibilidade, silenciamento, naturalização, banalização e cerceamento das pautas étnico-raciais demonstrando como nossa formação está frágil e precarizada frente à leitura da realidade deste país, como Costa (2021, p. 102) apresenta:

Em Costa (2016), pude analisar a ênfase com a qual assistentes sociais negavam a existência do racismo no Brasil, associando raça a uma concepção estritamente biológica; assim como o uso da máxima neoliberal de que “somos todos iguais perante a lei” entre os argumentos, insistindo na análise dissociada entre disparidades econômicas e raciais. Em outros momentos, colocava-se em questão

a legitimidade das políticas de ação afirmativa. Tudo isso além da veemência, sem mediações da ideia de que o próprio sujeito negro é que se discrimina.

Todavia, Correia (2020, p. 132-133) destaca que esse cenário tem fundamento em uma formação conservadora que assumiu um marxismo esvaziado, considerando o desprezo pela questão étnico-racial, central na constituição de nosso país e sua entrada no capitalismo, aspectos desconsiderados na graduação, como pudemos verificar, até os dias atuais:

O notável silêncio na formação profissional, logo, pode ser assim percebido no reflexo das diretrizes curriculares que, embora Aline Nascimento Santos Correia 133 resultem do amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional, repercutem, no seu interior, os limites nas análises dos processos sociais concretos da formação social brasileira como consequência de uma ruptura com o conservadorismo profissional apoiada em uma apropriação do marxismo sem Marx (QUIROGA, 1991), somada à crença de que a questão étnico-racial foi resolvida no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país. Essa é uma concepção ideológica dos/as reacionários/as da branquitude que são capazes de omitir os impactos profundos na vida dos/as negros/as causados pelos mais de 300 anos de escravização e de uma libertação processada sem nenhuma medida reparadora e/ou de inserção do/a trabalhador/a oriundo do trabalho escravo no processo de desenvolvimento do país

Outrossim, temos que o ideal para que seja efetivada uma educação para as Relações Étnico-Raciais com fundamento antirracista, é a atualização dos PPCs das UFAs num processo de construção do colegiado acadêmico, em que se privilegie um debate capaz de apresentar uma proposta que considere em todos os espaços e dimensões da formação com as questões nesta pesquisa fundamentadas que perpassam a iniciativa e compromisso político, as bases teóricas consolidadas, a trajetória organicamente construída e as normativas existentes.

4.0 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Neste estudo, buscamos compreender quanto a oferta de um ensino das relações étnico-raciais em cursos de serviço social de Instituições de Ensino Superior privadas no centro-oeste paulista, mais especificamente num raio de 300 km de rota rodoviária a partir do município de Bauru, extensão que não possui graduação em Serviço Social de natureza pública.

Buscamos aprofundar com a realização da pesquisa documental na qual analisamos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social para atender ao objeto acerca do racismo estrutural que atinge a formação superior e a escolha pelos PPCs de Serviço Social

do CEUB e da UNOPAR se deu em virtude de serem os únicos disponíveis nos sites das respectivas instituições no momento dos levantamentos dos documentos.

Para fundamentar a análise construímos dois capítulos que alicerçados em densas referências bibliográficas e tratam no Capítulo I sobre Raça, Eugênia, Democracia Racial, Racismo e dados secundários que retratam a realidade brasileira, impregnada de repercussões resultantes do processo de hierarquização racializada das relações sociais.

Posteriormente, no Capítulo II trouxemos o serviço social como profissão no Brasil, a história e contribuição da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social na construção das Diretrizes Curriculares para cursos de Serviço Social acatadas em partes pelo Ministério da Educação, órgão que regulamenta a oferta de ensino superior no país e, o protagonismo da ABEPSS no avanço de discussões e orientações documentais e normativas que qualificam o ensino em Serviço Social, destacando o profícuo debate que tem desenvolvido sobre a Questão Étnico-Racial como perspectiva de uma mudança política nos currículos formativos da profissão, bem como as legislações que aportam tal debate na formação brasileira para se alcançar uma educação para as Relações Étnico-Raciais que contribua de fato na superação do racismo.

No Capítulo III, apresentamos o Materialismo Histórico Dialético, bem como o percurso metodológico da pesquisa documental que buscou analisar os PPCs que nos levou aos resultados expressos nesta conclusão. Apresentamos estudos que fundamentam a análise e demonstram que por todo território nacional as UFAs de cursos públicos tem empenhado esforços para seguir as orientações da ABEPSS e instituir a Questão Étnico-Racial na proposta formativa, porém, a falta de documentos disponíveis e a constatação de que não existem propostas que estejam considerando uma Educação para as Relações Étnico-Raciais em cursos privados na Região Administrativa de Bauru/SP, o que se tornou um limite para a pesquisa.

Contudo, os resultados da pesquisa documental, demonstram que as UFAs pesquisadas do CEUB e UNOPAR que ofertam cursos privados na região escolhida para a análise, não possuem disciplinas especificamente sobre a temática Étnico-Racial, o que comprova que, tanto as orientações da ABEPSS não estão sendo consideradas, quanto a Lei 11.645/08 não está sendo cumprida, tornando uma **questão** para ser superada na graduação em serviço social com urgência, principalmente entre os cursos privados que formam a maioria dos profissionais no Brasil.

Outrossim, foi possível identificar a partir das ementas das disciplinas pesquisadas, que as propostas das grades curriculares dos cursos contemplam o proposto no Currículo Mínimo do Serviço Social, mas também adentram pontualmente na questão étnico-racial,

mas uma perspectiva da formação que invisibiliza como são construídas e reproduzidas as relações racializadas, assimétricas e hierarquizantes alicerçadas no racismo estrutural.

Destarte, outro aspecto desvelado foi o epistemicídio identificado no fato de não existir um corpo autorial negro nas referências bibliográficas do CEUB entre disciplinas do currículo, reforçando a presença massiva do pensamento branco. E na UNOPAR, o “Guia do Percurso” não apresenta nenhuma referência bibliográfica, nos impedindo a análise.

Por fim, ficou comprovado pela análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que não há uma proposta articuladora no ensino, pesquisa e extensão conhecimentos sobre a reprodução das relações étnico-raciais que sustentam o racismo e o debate em torno de se oferecer uma educação efetivamente antirracista.

Nenhum espaço e/ou conteúdos na formação expostos nos PPCs pesquisados, remetem à preocupação amplamente fundamentada e produzida pela intelectualidade negra do serviço social há mais de 3 décadas, ou seja, é como se não existisse, e não existe nesses espaços, o debate da branquitude e da negritude, do racismo e da superação de suas formas de reprodução, penetração e sedimentação em sociedade.

As lutas das pioneiras negras na introdução desse debate no serviço social, com mais de mais de 30 anos de jornada, tem escancarado que a formação como se apresenta, considerando as expressões da questão social e suprimindo, no Brasil, os determinantes e resultantes das relações racializadas, é uma formação limitada e que tende a reproduzir racismos a partir do momento que negligenciando a questão negra, torna as teorias racistas mais perenes e a vida concreta da população negra mais exposta às “expressões da questão social” pela incidência de desigualdades que sobre elas recaem, sendo a partir da racialização das relações sociais a divisão das classes sociais no país e se constituem relações assimétricas e hierarquizadas nas quais a população negra ocupa com frequência lugares de subalternidade e subserviência, num movimento que sistematicamente reatualiza as condições desumanas para negros/as.

Formar profissionais numa perspectiva educacional antirracista, pressupõe o compromisso político com a construção de uma sociedade livre e emancipada com ensinamentos que pressupõe a superação de desigualdades, como o Código de Ética traz em seu escopo: “Defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e do autoritarismo” “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Portanto, essa transformação que aqui apontamos como necessária e urgente, nos convoca a empenhar esforços pelo reconhecimento e defesa de nossos princípios

profissionais, considerando que, se identificamos uma lacuna em nossa formação e existem apontamentos de como superar, é nosso dever ético-político, buscar as estratégias que resolvam essa, que ainda é uma questão para o serviço social.

A contribuição dessa pesquisa está no adensamento da discussão, pois corrobora a partir da realidade de instituições privadas no debate para implementar avanços na graduação do serviço social. Também, possibilita a qualificação de docentes, discentes e profissionais que a partir da leitura podem suspender o cotidiano e realizar uma avaliação crítica e fundamentada da Questão Étnico-Racial e, para as UFAs pesquisadas e outras similares, estarão disponível os apontamentos, que almejamos, sejam superados. O estudo também pode estimular a formatação de cursos, palestras e estudos que contribuam com uma educação antirracista e uma sociedade livre dos racismos.

Esforços para que estudos antirracistas sejam socializados devem envolver as organizações do serviço social, as instituições formadoras, as coordenações de cursos, docentes, discentes, supervisoras/es, estagiárias/os, profissionais, intelectuais, a classe trabalhadora e pesquisadoras/as para mantermos sinalizado e acesso o debate até que a que seja implementada uma Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Os limites impostos tanto na construção da pesquisa, quanto no levantamento de dados nos permitem indicar que existem possibilidades de estudos que estendam a pesquisa empírica à coordenadores de cursos, docente e discentes com temas que possam contribuir nessa trajetória de luta por um serviço social antirracista.

Decifrar a realidade para garantir acesso, possibilidades, políticas públicas e sociais para a população negra e a construção de novas formas de resistência e enfrentamento do racismo estrutural é uma tarefa a qual devemos nos enfileirar junto às nossas instituições nessa quadra histórica. É um passo, o passo que temos o dever de dar.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. ABEPSS, 1996. Rio de Janeiro. https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Disponível em 11/11/2022; Acessado em: 11/11/2022.

_____. Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999. Brasília. https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf.

Disponível em 12/11/2022; Acessado em: 12/11/2022.

_____. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Brasília. https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Disponível em 13/11/2022; Acessado em: 13/11/2022.

_____. Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social Vitória: ABEPSS, 2018. https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Disponível em 15/11/2022; Acessado em: 15/11/2022.

_____. Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/ementa-14>. Disponível em 16/11/2022; Acessado em: 16/11/2022.

_____. Relatório do GTP Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades biênio 2015-2016. <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>. Disponível em 18/11/2022; Acessado em: 18/11/2022.

_____. Relatório do GTP Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades biênio 2013-2014. <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>. Disponível em 18/11/2022; Acessado em: 18/11/2022.

ABRAMIDES, M. B. C. Org. Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. NEAM. EDUC Editora. São Paulo. 2021.

ABREU, M. H. E. A experiência da “ABEPSS itinerante”: a atualidade do projeto de formação profissional frente a contrarreforma da educação. Brasília. Revista Temporalis, 2013.

AGUIAR, A.G. Serviço Social e Filosofia, das origens a Araxá. São Paulo. 6° ed. Cortez Editora. 2011.

ALMEIDA, M. S. Pioneirismo da discussão étnico-racial no serviço social. Juiz de Fora. Revista Libertas, 2013.

_____.; EURICO, M.C. Ação afirmativa para negras/os na pós-graduação brasileira: contributos do serviço social ao debate sobre acesso e permanência. Editora UFS, 2020. MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira ORG.

ALMEIDA, S. D. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Revista Temporalis, ABEPSS. Brasília, vol.15, n.29, p.p. 331-333, 2015.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. Feminismos plurais. São Paulo. Editora Jandaíra. 2021.

ANHANGUERA. Curso de Serviço Social. https://www.anhanguera.com/curso/servico-social/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=AEDU::L1::Performance::Cursos::CPA::PIM&gclid=CjwKCAjwue6hBhBVEiwA9YTx8JscI7bAJ9E3xs0IzBivMq0y_xi0nAwX04d8IVszMNE8sxBW4807XBoCt6AQAvD_BwE&gclsrc=aw.ds. Acessado em 17/05/2022. Disponível em 17/05/2022.

AZEVEDO, A. F.; SARMENTO, H. B. M. Projeto ético-político, necessidades e direitos sociais. São Paulo. Cortez Editora, 2007.

BAPTISTA, M.V. As Primeiras Lutas ... As Primeiras Organizações. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 12, 1983. 1º reimpressão.

BARROSO, M.F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 133, 2018.

CEUB. Instituição Toledo de Ensino. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Bauru. 2015. <https://ite.edu.br/cursos/bacharelado/servico-social>. Disponível em 10/05/2022. Acessado em 10/05/2022.

CFESS. Assistente Social no combate ao preconceito – Caderno 3: “Racismo”. Brasília: CFESS, 2016.

_____. <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>
Seminário Nacional 30 anos Congresso da Virada 1979-2009. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022.

CBCISS. Coleção Temas Sociais. Conceitos e Definições de Serviço Social. Nº 186. Material indicado na disciplina de Fundamentos do Serviço Social. PEPGSS. PUC/SP.

CORREIA, A.N. O silenciamento da questão étnico-racial no serviço social brasileiro. Editora UFS, 2020. MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmires Ferreira ORG.

CORREIA, A. N. S. MENEZES, D. L.; MACIEL, R. S. Questão étnico-racial e serviço social: repercussões da sua ausência no debate da “questão social”. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão. UFM, 2017.

DIAS, S. A. Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classe. Brasília: Revista Temporalis ABEPSS. 2015.

DESENVOLVESP. Mapa da Economia Paulista. Sobre essa Região Administrativa (RA). https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomia paulista/ra/bauru/#section_info-geral. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022.

DIEESE. O Boletim Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Publicado em 19/11/2021 intitulado: “*Desigualdade sobre negros e não negros se aprofunda na pandemia*”

DOMINGUES, P. O Mito da Democracia Racial e a Mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos. REDALIC. 2005.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. 2007.

ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Florianópolis. Revista Katályses. UFSC. p. 519-527. 2020.

_____. A experiência da “ABEPSS Itinerante”: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. Revista Temporalis. Brasília, ano 13, n 25, p.113-132 jan/jul 2013.

EURICO. M.C org. et all. Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Editora Papel Social. Campinas. 2021. 1° ed.

_____. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. SerSocial, Brasília, vol.19, n.41, p. 41-42, 2017.

_____. Racismo na Infância. Cortez Editora. São Paulo. 1° ed.

_____. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social Márcia Campos Eurico. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 133, .2018.

Entrevista com Magali Silva Almeida. Pioneirismo da discussão Étnico-Racial no Serviço Social. Revista da FSS, Libertas. UFJF. 2013.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Florianópolis. Revista Katályses UFSC, vol 21 p. 514-522. 2018.

GRANTIETÊ. Curso de Serviço Social. <https://grantiete.com.br/home.html>. Acessado em 12/05/2022. Disponível em 12/05/2022.

GUIRALDELLI, R. Perspectiva ontológica e histórias de vida: uma tessitura investigativa.

IAMAMMOTO, M.V. O Serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. São Paulo. Cortez Editora.

_____. YAZBEK, M. C. Serviço social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo. Cortez Editora, 2019.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente a história na mão. São Paulo. Cortez Editora.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 20, p.609-639, ou/dez. 2014.

IANNI, O. A metáfora da viagem. Enigmas da Modernidade. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 3° ed. 2003.

_____. Construção de categorias. Transcrição de aula no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. 1986.

_____. A questão social. Capitalismo, violência e terrorismo. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2004.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2021. <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Disponível em 24/10/2022. Acessado em 24/10/2022.

_____. Coleção Ibegeana de Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2º edição. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Disponível em 26/11/22. Acessado em 26/11/2022.

_____. Cidades/Histórico/Bauru. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bauru/historico>. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022.

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira: (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). 2019

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2021. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Disponível em: 20/11/2022. Acessado em: 20/11/22.

IRINEU, B.A; LEMOS, E.L.S.; ÁLVARO, M.C.; FORTUNA, S.L.A. As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Revista Temporalis. Brasília, jul/dez 2020.

JANOARIO, R. S. ROCHA, R. F. DIAS, Entrevista com Magali da Silva Almeida. Revista Libertas, Juiz de Fora, vol. 13, n.1, pgs. 231-239, 2013.

KOGA, D.; SANT'ANA, R. S.; MARTINELLI, M. L. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. São Paulo. Ed. Cortez. Serviço Social e Sociedade n° 133. set/dez, 2018.

KROTON. <https://www.kroton.com.br>. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022

MARTINS, T.C.S.; SANTOS, J.; SANTOS, A.C.T.; CAVLCANTE, I.G. "Questão Social" na formação profissional: como compreendê-la sem as determinações étnico-raciais? São Cristóvão. Editora UFS, 2020.

MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. Org. Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristóvão/SE. Editora UFS. 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D.O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 133, .2018

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo. 2º ed. Editora Altas.

MESA REDONDA PUC/SP. História do Serviço Social no Brasil. São Paulo. 1984. Cortez Editora.

MORAES, G. A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. XCOPENE. Uberlândia. 2018.

MOURA. C. S.A. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo Editora Anita Garibaldi. 3º ed.

_____. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. Estudos Econômicos. São Paulo. Vol 17. N° especial. 1987.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2003. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em [https://www. ufmg.br/inclusaosocial/?p=59](https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59).

PMB. Conheça a cidade. <https://www2.bauru.sp.gov.br/bauru.aspx?m=2>. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022.

NASCIMENTO, B. Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2021.

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Editora Cortez. São Paulo. 2006. 5° ed.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. 1996.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf). Disponível em 22/10/22. Acessado em 22/10/22.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Brasília: CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UNB. 1999.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 133, .2018

PEREIRA, E.C.; SAMPAIO, S.S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. 2018. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 133, .2018

PINTO. M. B. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. Cortez Editora. São Paulo. Revista Ser. Soc. Soc. N° 120, p. 682-876. 2014.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. São Paulo. Editora, 2013.

RIBEIRO, D. O Brasil como problema. Global Editora. São Paulo. 2015.

ROCHA, R. F. A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez Editora, n. 99, pgs. 54-56, jul./set. 2009.

ROY, M.T. Entrevista com D. Odila Cintra Ferreira. São Paulo. Cortez Editora. Ser. Soc. Soc. n 12, 1983. 1° reimpressão.

SILVA, A.P. Desafios à educação antirracista no serviço social: o racismo estrutural e a formação social e histórica brasileira. São Cristóvão. Editora UFS, 2020.

SOUZA, N.S. Tronar-se negro. As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro. 1983. Edições Graal. 2° ed.

SOUZA, G. M.; BARBOSA, I. C. L.; A Questão Étnico-Racial e o Serviço Social: por que pensar uma formação antirracista?

<https://www.nieparx.blog.br/MM/MM2019/AnaisMM2019/MC33/MC334.pdf>. Disponível em 11/11/2022. Acessado em 11/11/2022. Rio de Janeiro: UFRJ.

UNIFAC. Curso de Serviço Social. <https://www.unifac.edu.br/index.php/br/cursos/graduacao/servico-social?phpMyAdmin=a6772f0fac0ba077c96c022f7240a442>. Acessado em 05/05/2022. Disponível em 05/05/2022.

UNIFSP. Curso de Serviço Social. <http://unifsp.edu.br/avare/servico-social-2/>. Acessado em 05/05/2022. Disponível em 05/05/2022.

UNILINS. Curso de Serviço Social. <https://unilins.edu.br/graduacao/servico-social/>. Acessado em 12/05/2022. Disponível em 12/05/2022.

UNOPAR. Curso de Serviço Social. <https://winnerunopar.com.br/cursos/31>. Acessado em 19/05/2022. Disponível em 19/05/2022.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. Natal. <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>. Disponível em 28/10/2022. Acessado em 28/10/2022.

_____. A Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. Cadernos PUC n° 06. 1980. EDUC/Cortez Editora.

WIKI. Lista de Regiões Administrativas de São Paulo. https://saopaulo.fandom.com/pt-br/wiki/Lista_das_unidades_administrativas_de_S%C3%A3o_Paulo#Mesorregi%C3%A3o_de_Bauru. Disponível em 20/11/2022. Acessado em 20/11/2022.